



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC
COORDENAÇÃO DE PESQUISA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

MARIA JEANE DOS SANTOS ALVES

MULHERES CONTRA O ARBÍTRIO:

**As Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em
Maceió em Tempos de AI5**

MARIA JEANE DOS SANTOS ALVES

MULHERES CONTRA O ARBÍTRIO:

**As Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em
Maceió em Tempos de AI5**

**Dissertação Apresentada ao Mestrado em Ciências
da Religião como requisito à obtenção do título de
Mestre em Ciências da Religião, pela Universidade
Católica de Pernambuco.**

Área do conhecimento: Ciências Humanas

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques

MACEIÓ / 2008

A474m Alves, Maria Jeane dos Santos

Mulheres contra o arbítrio : as missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em Maceió em tempos AI5 / Maria Jeane dos Santos Alves ; orientador Luiz Carlos Luz Marques
96 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Pró-reitoria Acadêmica. Mestrado em Ciências da Religião, 2008.

1. Igreja e Estado. 2. Congregação Missionárias de Jesus Crucificado.
3. Religião e Estado. 4. Serviço social - Atividades políticas. 5. Cidadania.
I. Título.

CDU 261.7

MARIA JEANE DOS SANTOS ALVES

MULHERES CONTRA O ARBÍTRIO:

**As Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em
Maceió em Tempos de AI5**

Dissertação apresentada à Universidade Católica de
Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Ciências da Religião.

Aprovada em 19 / 03 / 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Nainôra Maria Barbosa de Freitas – Examinadora externa

Prof. Dr. Ferdinand Azevedo, S.J. – Examinador interno

Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques – Orientador

DEDICATÓRIA

Dedico às Missionárias de Jesus Crucificado, especialmente à Madre Zelly Perdigão Lopes e Irmã Maria de Lourdes Mafra, que aprendi a admirar e respeitar pelas lições de vida e consciência cidadã, que conseguiram me transmitir, desde quando as conheci na Escola de Ministérios. São para mim exemplo de fortaleza, determinação, firmeza e amor.

AGRADECIMENTO

Neste momento, é muito difícil dizer muito obrigada a todos que contribuíram para que eu conseguisse chegar até o fim desta dissertação. É muito difícil nominar a todos. Pois todos foram importantes.

Ao meu Deus, que me sustentou neste propósito, como fonte iluminadora e gratificante do existir humano.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Luiz Carlos Luz Marques, que acreditou em mim e nesta pesquisa, que nem mesmo a distância entre Maceió e Recife impediu que a realizássemos.

Aos meus colegas de mestrado, principalmente aqueles que me apoiaram nos difíceis momentos longe de casa.

Ao Prof. José Nascimento de França, responsável pelo meu ingresso no Grupo de Pesquisa, da Universidade Federal de Alagoas, o qual foi de grande importância para a realização deste trabalho.

Aos meus familiares, especialmente meus pequeninos sobrinhos, que com seu carinho me doaram importante alento afetivo.

Aos meus amigos, que estiveram comigo em todos os momentos, desde as pesquisas até às correções finais, feitas, muitas vezes, em meio ao sono das madrugadas.

A “Fundação Porticus”, sem ela nada disso teria sido possível.

Meu muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa aborda, do ponto de vista das Ciências da Religião, o trabalho que a Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado desenvolveu na Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Maceió, desde sua criação, em 1957, até o momento em que a Escola foi, em 1971 incorporada à Universidade Federal de Alagoas. Interessa-se pela tomada de uma posição sócio-política-educacional engajada, por parte de mulheres pertencentes a uma Congregação religiosa, no seio de uma Igreja, a Católica Romana, que passava por um significativo momento de renovação, em função do Concílio Vaticano II (1962-1965). Serão abordados, por suas implicações na criação e rumo da Escola: o momento social, político e eclesial do Estado de Alagoas, nas vésperas e na seqüência do Golpe Militar de Abril de 1964; a postura do Arcebispo de Maceió, Dom Adelmo Cavalcanti Machado nesse contexto, e seu convite às Missionárias de Jesus Crucificado para que assumissem a direção da Escola; as características específicas dessa Congregação, que contribuíram para definir o rumo progressista que a Escola tomou, mesmo em condições adversas; a primeira direção, com Madre Zilda Galvão e principalmente, a administração de Madre Zelly Perdigão Lopes, no período compreendido entre 1963 e 1972. Naquele momento histórico, em que a direita civil e militar valiam-se do “medo do comunismo”, como principal arma publicitária, na busca de consenso para bloquear o crescimento de consciência e organização das camadas populares. Quaisquer ações a favor delas passaram a ser incompreendidas, e perseguidas, como uma ação comunista. Em tal cenário, Madre Zelly e suas co-irmãs, transformaram a Escola em um espaço democrático de estudos, reuniões, debates, discussões e ações, numa atitude oposta ao que se esperava de mulheres “obedientes”, quando a própria hierarquia da Igreja de Maceió respaldava as ações repressivas do poder militar.

Palavras Chaves: Evangelho, Gênero, Política, Cidadania, Repressão e Igreja.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze, using the point of view of the Sciences of Religion, the work that the Congregation of Missionaries of Jesus Crucified developed at the School of Social Service of Maceió Padre Anchieta, since its creation in 1957 until the time the school was built in 1971 at the Federal University of Alagoas. Our interest is to study a socio-political-educational position, engaged by the women belonging to a religious congregation, the Roman Catholic Church which spent a significant time of renewal in the light of Vatican II (1962-1965). The following position will be addressed, for its implications in the creation and direction of the School: 1) the time social, political and Church of the State of Alagoas, on the eve and the sequence of the military coup of April 1964, 2) the position of Archbishop of Maceió, Dom Machado Cavalcanti Adelmo and his invitation to the Missionaries of Jesus Crucified to take the direction of the School, the specific characteristics of that congregation, which helped define the progressive direction that the School has, even in adverse conditions, the first direction, and with Mother Galvão Zilda mainly, the administration of Mother Zelly Perdigão Lopes, the period between 1963 and 1972. At that historic moment in which the civil and military used the "fear of communism", as the main gun advertising ploy in the search for consensus to block the growth of consciousness and organization of social classes, any actions in favor of the religions were misunderstood, and persecuted as being Communist. In such a circumstance, Zelly Mother, and her colleagues transformed the school into a democratic space for studies, meetings, debates, discussions and activities, an attitude, opposite to what was expected of "obedient" women, where the hierarchical church in Maceió supported the actions of the repressive military power.

Keywords: Gospel, Gender, Politics, Citizenship, Church and Suppression, religions.

SUMÁRIO

INTRUDUÇÃO	8
CAPITULO 1 - FATORES QUE MOTIVARAM A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL PADRE ANCHIETA.	20
1.1 - A Conjuntura eclesiástica nas décadas de 50 e 60.	27
1.2 - A Escola de Serviço Social Padre Anchieta	34
CAPITULO 2 - AS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO E A VIDA RELIGIOSA	43
2.1 - As Missionárias de Jesus Crucificado	50
2.2 - As Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta	52
2.3 - Exemplo de Vanguarda	56
2.4 - As missionárias de volta às terras alagoanas	59
CAPITULO 3 - A ESCOLA PADRE ANCHIETA FRENTE AO REGIME MILITAR DE 1964	61
3.1 - Reflexos do Golpe Militar em Alagoas	63
3.2 - A posição da Igreja em Alagoas no Golpe Militar	65
3.3 - A Escola de Serviço Social Padre Anchieta e sua posição frente ao regime militar	69
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
5- REFERÊNCIAS	82
6- ANEXOS	86

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo reconstruir e analisar, sob a ótica das Ciências da Religião, a atuação das religiosas Missionárias de Jesus Crucificado na direção da Escola de Serviço Social Padre Anchieta na Igreja de Maceió. A Escola de Serviço Social Padre Anchieta foi a primeira instituição de nível superior criada no Estado de Alagoas, destinada à formação de Assistentes Sociais. Para esta reconstrução foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais nos Livros de Tombo e documentos eclesiais da época, cartas circulares, decretos, estatutos e relatórios diversos, nos livros de Atas da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social e recortes de jornais. Todos estes documentos se encontram hoje no arquivo da Arquidiocese de Maceió, em livros, revistas e jornais da época pertencentes ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Documentos da criação da Escola Padre Anchieta, relatórios da Congregação e documentos diversos que hoje pertencem ao arquivo da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Também em depoimentos e discursos coletados nos eventos realizados, por ocasião da comemoração dos 50 anos do curso de Serviço Social, realizados no ano de 2008 pela Universidade Federal de Alagoas.

A Escola de Serviço Social Padre Anchieta, em Maceió, foi um marco na política de Assistência Social e na institucionalização dos Serviços Sociais no Estado de Alagoas. Aconteceu em um momento de turbulência no campo político. Ao mesmo tempo a Igreja católica vivia um momento de afirmação e compromisso junto ao povo.

A Escola de Serviço Social Padre Anchieta completava o trabalho que a Arquidiocese já vinha desenvolvendo entre tantas outras instituições de Assistência Social. Nessa rica fermentação histórico-social brasileira a Igreja através da Ação Católica em seus vários seguimentos, participava da reflexão evangélica de grupos e militantes cristãos em todo o território alagoano.

Neste período que antecede ao Vaticano II, Dom Adelmo Machado, homem de forte personalidade, destacou-se nitidamente. Esse ambiente de Igreja contribuía para o crescimento de seu compromisso evangélico social e a participação da liderança feminina das religiosas de Jesus Crucificado. “*As mulheres de batina rosa*”, termo empregado para

algumas lideranças femininas do Canadá, comparativamente, aplica-se às missionárias de Jesus Crucificado em sua atuação na Igreja de Maceió. Sua competência e a fidelidade ao Evangelho fizeram das Missionárias de Jesus Crucificado mulheres dignas, dentro de uma Igreja comprometida, segundo as luzes vindas do Concílio Vaticano II.

Dom Adelmo Cavalcanti Machado, nascido em Penedo, cursou Filosofia e Teologia no Seminário de Maceió. Ordenou-se padre em 1927. No Seminário foi Prefeito de Estudos e professor de Português, Latim, Grego, Francês e Exegese Bíblica. Em 1940, foi nomeado Assistente Eclesiástico da Ação Católica e, em 1945, promoveu o Congresso Eucarístico. Em 1948, foi nomeado Bispo de Pesqueira no Estado de Pernambuco, onde permaneceu por sete anos. Retornou a Maceió, em 1955, por ocasião de sua nomeação para Arcebispo Coadjutor, com direito à sucessão. Neste tempo, aconteceu um despertar para as questões sociais, em todos os níveis. A Arquidiocese de Maceió, através de Dom Adelmo Machado, participava conscientemente desse novo momento. Através de sua assessoria na Ação Católica promoveu as Semanas Ruralistas, estimulou a criação de Sindicatos Rurais, instalou a Rádio Educadora Palmares, integrada ao Movimento de Educação de Base (MEB), com o apoio do Ministério da Educação e Cultura. Com a criação dos Centros Sociais, abria-se, na Igreja de Maceió, para a formação e treinamento de agentes sociais.

Dom Adelmo Machado convidou as Missionárias de Jesus Crucificado para assumirem a direção da Escola de Serviço Social Padre Anchieta. Estas Missionárias de Jesus Crucificado traziam em sua bagagem a formação e a experiência em Serviço Social. A liderança eclesial destas religiosas se estenderá por muitos anos na Igreja de Maceió, tanto na Escola Padre Anchieta, quanto na Paróquia de Santa Maria Madalena, em União dos Palmares, e na formação de leigos para a Arquidiocese no projeto chamado Escola de Ministérios.

A Arquidiocese de Maceió, através de seu Arcebispo Coadjutor, Dom Adelmo Machado criou a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em dezembro de 1955, em sessão registrada no Livro de Atas da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social¹. Em 1971, através de um convênio, a Escola foi incorporada à Universidade Federal de Alagoas.

¹ Livro de Atas da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social, página 08, pertencente ao arquivo da Cúria da Arquidiocese de Maceió.

No primeiro capítulo, serão identificado através de uma análise do contexto político, social e eclesial dos anos 50 e 60, os fatores que possibilitaram a criação da Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Maceió. Nele relataremos o fenômeno político populista, que teve início no governo de Silvestre Péricles, na década de 40, e que sofreu uma quebra no início da década de 50, com a eleição de Arnon de Mello e terá novamente sua continuidade no governo de Muniz Falcão, que administrou o Estado de Alagoas, de 55 até 61. Neste período, o agravamento das questões sociais no Estado de Alagoas suscita mudanças urgentes na política alagoana. A Igreja de Maceió, com a chegada de Dom Adelmo Machado para Arcebispo Coadjutor, implementa ações no sentido de minimizar o quadro dos graves problemas sociais existentes no Estado. Porém para o Arcebispo, todas as ações ainda não são suficientes. Necessário se faz *a profissionalização dos serviços para que haja um melhor resultado* de todas as medidas. Surgiu então a idéia da criação da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, que viria fornecer a profissionalização necessária aos serviços sociais.

No segundo capítulo, apresentaremos a atuação das Missionárias de Jesus Crucificado na Direção da Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Alagoas. Uma Congregação religiosa, com formação universitária, pois, além da formação adequada, essas religiosas já dirigiam outras oito escolas de serviço social distribuídas pelo país: Em Campinas e Lins (SP), Florianópolis (SC), Brasília (DF), Juiz de Fora (MG), Aracaju, Maceió, João Pessoa e São Luiz do Maranhão. Aqui em Alagoas foram responsáveis pela profissionalização dos serviços sociais, atuaram ainda na Paróquia de Santa Maria Madalena em União dos Palmares, e no projeto arquidiocesano para a formação de lideranças cristãs, chamado de Escola de Ministérios. Ainda neste capítulo destacaremos outro trabalho das Missionárias de Jesus Crucificado, realizado na mesma época da criação da Escola. No Município de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, a convite de Dom Eugênio de Araújo Sales, elas foram vigárias de uma paróquia sem padre.

No terceiro capítulo, procuraremos resgatar os elementos que demonstraram o caráter da referida Escola, como centro de resistência à repressão militar de 1964. Isto ficou constatado no discurso de Madre Zelly², por ocasião do título de Doutor "*Honoris Causa*", que lhe foi conferido pela Universidade Federal de Alagoas:

² Madre Zely Perdigão Lopes, natural do Maranhão, religiosa da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, formada em Serviço foi diretora da Escola de Serviço Social Padre Anchieta de 1963 até 1971.

Foi intensa a participação acadêmica universitária nos anos 60 e nossos alunos participaram também de debates e fóruns que levaram à tomada de posição, em face à situação do país, enfrentando corajosamente o golpe ditatorial de 64. (1987)

Para entendermos o nascimento da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, será necessário nos reportarmos ao processo histórico, social e político do país nos idos de 1950, bem como ao momento em que se encontrava a Igreja Católica, já que saiu daqui a inspiração para a criação da Escola. Pois, segundo Berger: *“É impossível compreender uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida”* (2004, p.79).

Segundo Peter Berger, *“é a sociologia do conhecimento que deve ocupar-se com tudo aquilo que passa por conhecimento em uma sociedade...”* (2004, p.14) por isso é nosso interesse fazer uma análise sociológica daquele momento. Nesta ocasião, levantava sua voz a instituição Igreja Católica, posicionando-se contra o momento político, de cunho autoritário, pelo qual passava o país. Com uma consciência de Igreja do Concílio Vaticano II presente no meio do povo, a Igreja Católica assumia sua missão junto ao povo.

O Brasil, assim como a América Latina, assumia, na década de 50, uma política econômica desenvolvimentista, aliada ao capital estrangeiro. Como consequência, este fator gerou uma crise econômica e inflacionária até então sem precedentes. A repercussão incidiu agravando as condições de vida da população. O processo de urbanização provocava o inchaço das cidades, tendo como causa principal o êxodo rural. O discurso desenvolvimentista brasileiro mantinha as mesmas bases da sociedade escravista: uma elite conservadora e detentora de privilégios e uma sociedade civil, alheia ao poder decisório. Com a entrada do capitalismo, as mudanças, que vieram a ocorrer, foram efetivadas pelas elites que resguardaram seus interesses, em detrimento dos interesses coletivos. Mantiveram assim o seu *status*, contrariando o Documento de Medellín, que fora publicado naquele momento, isto é, em 1968, como resposta da Igreja Latino-americana à realidade marcada por graves dependências. O documento de Medellín afirma:

A América Latina está evidentemente sob o signo da transformação e do desenvolvimento. Transformação que afeta todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso. (MEDELLIN. 4).

Medellin afirmava que o verdadeiro desenvolvimento proporcionava a todos os homens condições mais humanas de vida, onde todas as privações e carências, abusos, opressões e explorações são superadas por condições mais humanas e dignas.

Com o aprofundamento do modelo econômico, favorecedor do processo de industrialização, surgiram as contradições. A política do Estado voltou-se para a questão social, ampliando e revisando a legislação social, paralelamente, à criação de uma legislação sindical. O governo criava instituições assistenciais como o Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Legião Brasileira de Assistência (LBA) que são uma estratégia de controle social dos trabalhadores e favorecimento ao processo de industrialização. Tudo isto numa tentativa de impedir a organização dos trabalhadores, e ainda como forma de controlar e regular os mecanismos de organização como os sindicatos. De acordo com Peter Berger,

O desenvolvimento de mecanismos específicos de controle sociais torna-se também necessário com a historização e objetivação das instituições. (2004, p.)

No Nordeste, e, particularmente em Alagoas, a situação se agravava. Este era um dos Estados mais marginalizados pela falta de investimentos. Havia também o protecionismo aos usineiros no setor canavieiro, em detrimento da implantação e expansão de outras indústrias, conforme o novo modelo industrial ora implantado no país. Além disso, acresceram-se as próprias condições climáticas da região, levando a um maior agravamento do quadro social. (Medeiros. 2007, p.97)

Anteriormente a década de 40, a Igreja já se preocupava com as obras meramente caritativas e assistenciais. Era uma época de modificações no pensamento da Igreja Católica. A Ação Católica ganhava destaque na formação de lideranças leigas na Igreja Católica, na busca de um compromisso com as questões sociais, presente nos diversos momentos históricos e políticos vividos, sobretudo na América Latina.

A Ação Católica Brasileira criada em 1940³, levou a Doutrina Social da Igreja às Escolas, Universidades, Meios de Comunicação, Sindicatos, Fábricas e ao campo. Estimulou a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã. Entre 1950 e 1960, a Ação Católica se especializou através de seus grupos: JAC – Juventude Agrária Católica; JUC – Juventude Universitária Católica; JEC – Juventude Estudantil Católica; JOC – Juventude Operária Católica.

³ MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. O homo Inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anti-comunista, Maceió, Edufal, 2007, p.63.

Em Alagoas, a Ação Católica surgiu em 1945, por iniciativa de Dom Ranulpho da Silva Farias, então Arcebispo de Maceió. Este nomeou o então Padre Adelmo Machado para assessor eclesiástico da Ação Católica. A dimensão política da fé, do protagonismo dos jovens e a presença de um Deus libertador, na vida do povo, marcaram esse momento. Dentro de um clima de mudanças e de ações sociais, a Igreja ensejava uma reestruturação da sociedade brasileira sob as bases cristãs. Tais propostas tinham como fundamento as Encíclicas sociais “*Rerum Novarum*” e “*Quadragesimo Anno*”, que tratavam das questões sociais dos trabalhadores tais como: questões salariais, direito à greve e ao repouso semanal.

O trabalho muito prolongado e pesado e uma retribuição mesquinha, dão, poucas vezes, aos operários ocasião de greves. É preciso que o Estado ponha cobro a esta desordem grave e freqüente, porque estas greves causam dano não só aos patrões e aos mesmos operários, mas também ao comércio e aos interesses comuns; e em razão das violências e tumultos, a que de ordinário dão ocasião, põem muitas vezes em risco a tranqüilidade pública. O remédio, portanto, nesta parte mais eficaz e salutar é prevenir o mal com a autoridade das leis, e impedir a explosão, removendo a tempo as causas de que se prevê que hão de nascer os conflitos entre os operários e patrões. (RERUM NOVARUM, 1891, p. 41)

O Serviço Social surgiu fruto da ação da Igreja Católica, como proposta de enfrentamento das questões sociais. Enquanto isso, as leis sociais se apresentavam como uma resposta do Estado à pressão dos trabalhadores. Neste contexto social, o serviço social se tornava um paliativo e não uma resposta, pois somente vinha reforçar os mecanismos de controles sociais criados pelo Estado. Neste contexto social, qualquer tentativa da classe trabalhadora em exigir respostas a tais questões era sufocada pelo Estado. As elites, que estavam no governo, eram insensíveis a toda e qualquer necessidade de mudança.

Arnon de Mello assumiu o governo do Estado de Alagoas em 1951 e indicou a 1ª Dama, Leda Collor de Mello, para a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Esta fazia a mesma política assistencialista nacional, dando continuidade ao processo, que não proporcionava à classe trabalhadora alagoana nenhuma perspectiva de mudança nas questões sociais apresentadas. (Seixas, 1978,p.10)

Dom Adelmo Machado foi nomeado Arcebispo Coadjutor de Maceió, em 24 de Junho de 1955. Sua posse ocorreu em 27 de novembro do mesmo ano⁴. Nesta época, iniciava-se por parte da Igreja Católica um novo enfrentamento para as questões sociais no Estado de Alagoas. Homem austero, dinâmico e de visão crítica, Dom Adelmo deu atenção necessária às

⁴ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Maceió, gaveta dos Arcebispos.

questões sociais e educacionais, segundo os princípios da Ação Católica. Na área da educação, trouxe para Alagoas o Movimento de Educação de Base (MEB), promoveu as Semanas Ruralistas e acompanhou sua realização em todos os municípios do Estado onde elas aconteceram. Fundou ainda a Biblioteca Infantil Pio X, a Livraria D. Expedito, a Rádio Educadora Palmares de Alagoas e o Museu de Arte Sacra, este funcionando provisoriamente na Igreja do Rosário. Criou também o Centro Social Rural, no bairro do Vergel do Lago, e o Centro Social do Pinheiro destinado à formação de leigos.

Os trabalhos desenvolvidos por Dom Adelmo valorizavam o aspecto sócio-cultural, renovando a postura da Igreja de Alagoas, diante das questões sociais do Estado, agravadas pelo processo de industrialização. Essa preocupação de Dom Adelmo com as questões sociais transformava o homem de formação conservadora, em um progressista avançado para o então modelo de Igreja.

Dentre suas obras temos, em 1957, a criação da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, pertencente à Fundação Arquidiocesana de Assistência Social, juntamente com o Centro Social Pedagógico da Arquidiocese e a Escola Artesanal São José⁵. A Escola de Serviço Social Padre Anchieta surgiu como consequência de um trabalho social desenvolvido pela Arquidiocese e deu seu primeiro passo para a capacitação de profissionais na área social. Para a criação, conforme registro no livro de Atas da Fundação, Dom Adelmo contou apenas com a presença e o apoio das Missionárias de Jesus Crucificado, representadas por Madre Zilda Galvão Leite, de Monsenhor João Batista Wanderlei, Cônego Antônio Assunção, do Senhor Roldão de Oliveira, e das Senhoras Maria Pedrosa Vieira e Alayde Athayde de Oliveira. Contou com o apoio do médico e industrial Lourival de Melo Mota. Figura ilustre da sociedade alagoana, posteriormente, Dr. Lourival, juntamente com o Senhor Arcebispo, criaram uma fundação denominada Fundação Leobino e Adelaide Mota, para que assim pudessem ceder um imóvel pertencente à família Melo Mota localizado na Rua Ângelo Neto, onde a Escola Padre Anchieta passaria a funcionar, a partir do seu segundo ano⁶. O nome da Fundação Leobino e Adelaide era uma homenagem que Dr. Lourival prestava a seus pais. Sem a participação da esfera governamental, a Escola vivia total independência do poder público, até o momento em que foi integrada à Universidade Federal de Alagoas, em 1971.

⁵ Livro de Tombo no. 15 da Arquidiocese de Maceió, página 51 e 52. Pertencente ao arquivo da Cúria Arquidiocesana de Maceió.

⁶ Livro de tomo no. 15 da Arquidiocese de Maceió, pertencente ao Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Maceió.

Vale destacar que a preocupação de D. Adelmo com o social não obteve o mesmo tratamento por parte do governo, pois não recebeu nenhum apoio do Estado para as obras por ele desenvolvidas principalmente para a Escola Padre Anchieta. Somente, em 1959, com as reformas administrativas promovidas pelo governo de Muniz Falcão é que foi criado o Departamento de Serviço Social, integrado à Secretaria de Saúde. Este Departamento viria posteriormente servir de campo de trabalho para as primeiras Assistentes Sociais formadas pela Escola.

A autorização para o funcionamento da Escola foi dada em janeiro de 1957, através do Parecer n.º - 537 do processo n.º - 100.892/56⁷. Inicialmente funcionou em um prédio cedido pela Ação Católica, localizado na Praça D. Pedro II, justamente ao lado da Catedral. Posteriormente, transferiu-se para a Rua Ângelo Neto, em um imóvel doado pelo Sr. Lourival de Mello Mota, industrial e político alagoano, que depois viria a ser professor da mesma Escola.

O primeiro vestibular se realizou ainda em 1957, com 40 inscritos dos quais somente 19 obtiveram a aprovação⁸. As aulas tiveram seu início em março daquele mesmo ano, onde apenas 10 concluíram o curso na sua primeira turma. Com este fato, as práticas assistenciais, em Alagoas, sofreriam uma ruptura: O antes e o depois da Escola. Com a reestruturação destas práticas ocorreu o processo da institucionalização da profissão. Por institucionalização, Berger diz:

É importante acentuar que este caráter controlador é inerente à institucionalização enquanto tal” “Dizer que um segmento de atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social”. (Berger 2004, p.80)

A década de 50 se iniciava com o processo de industrialização. O discurso governamental visava assegurar a democracia e a liberdade, bem como a defesa dos valores comuns e democráticos. O governador de Alagoas, Arnon de Melo, deu o primeiro passo na tentativa de profissionalização dos serviços sociais no Estado. A então primeira Dama do Estado, Senhora Leda Collor de Melo, sem muito êxito, conseguiu apenas um cursinho de preparação para os serviços sociais. Por parte do poder público as tentativas por aí se encerravam. (Santos, 1978, p.11 e 12)

⁷ Livro de Tombo n.15 da Arquidiocese de Maceió, p. 135 a 139.

⁸ Relatório da Congregação ano de 1957, pertencente ao arquivo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Em Alagoas, o populismo que teve início no governo de Silvestre Péricles sofreu um processo de descontinuidade no governo de Arnon de Melo, de 51 a 55. O Populismo teve sua maior força com Muniz Falcão (56 a 61). Foi um período conturbado. Muniz que não fazia parte das oligarquias alagoanas, por este e vários outros motivos, sofreu um processo de “*Impeachment*”, ficando afastado do governo por 11 meses, num dos episódios mais violentos da história da política alagoana. O governo de Muniz foi marcante para o Estado de Alagoas na implantação de uma política de modernização e de reforma administrativa. Foi ainda, neste governo, que se criou o primeiro plano de desenvolvimento econômico para o Estado. (Tenório, 1995, p. 28 e 29)

Dentre os vários feitos do governo Muniz Falcão, o de maior importância para a Escola, foi a criação da Secretaria de Saúde e Serviço Social. Foi também criado o Departamento de Assistência Social, integrado a esta mesma Secretaria. Para assumir este Departamento, foi contratada a ex-aluna da Escola Almira Alves. Com isso mudava assim a política assistencial governamental e também o relacionamento da Escola com o Poder Público. Sucedeu a Muniz Falcão no governo do Estado, o Major Luiz Cavalcante, tendo como Vice, o usineiro Viçosense, Teotônio Vilela.

A Igreja Católica, neste momento, já contava com a atuação de Dom Adelmo Machado, alagoano de perfil moderado / conservador. Por este tempo, a Ação Católica era atuante e envolvente, formando um laicato consciente e politizado.

Nos primeiros anos da década de 60, consolidava-se o processo de industrialização. O discurso governamental visava assegurar a democracia e a liberdade, bem como a defesa dos valores comuns e democráticos. Foi um período marcante e decisivo para a Escola de Serviço Social. Em Alagoas, o governador Luiz Cavalcante continuava a reforma administrativa iniciada no governo de Muniz Falcão, criando vários órgãos públicos, como forma de dar suporte ao desenvolvimento industrial, e implementarem assim o primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado.

Em seu discurso, por ocasião dos trinta anos do Curso de Serviço Social, no qual recebeu o título de Doutor “*Honoris Causa*”, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Ir. Zelly colocava que o trabalho por elas desenvolvido era acima de tudo uma missão:

A vocação de servir era considerada uma escolha, oriunda de um chamado, a que vão aderindo pessoas com certas aptidões, dispostas a engajar a

totalidade de suas vidas a um projeto, que antes de ser trabalho, profissão constituía-se uma missão..(Perdigão,1987,mimeo)

E qual seria a missão daquelas religiosas desbravadoras das terras alagoanas? A missão seria somente a profissionalização dos serviços? Não cremos ser apenas este o sentido de “servir” e da ‘missão’ a que se referia Ir. Zelly no seu discurso. Somente conhecendo o trabalho desenvolvido por elas não só na Escola, mas em toda a Arquidiocese de Maceió é que poderemos entender sua vida de doação e serviço. A sua missão se deu à frente da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, e no meio do povo, na Paróquia de Santa Maria Madalena, em União dos Palmares no Estado de Alagoas. Aqui elas formaram mentalidades, como fermento no meio da massa. Exerceram sim o ministério de Jesus, no mais amplo sentido da palavra, segundo Arns:

Lucas mostra que de fato as mulheres exerciam o ministério de anunciar a palavra do reino de Deus e sua realização na ressurreição de Jesus. (Arns, 204, p 246).

Em Puebla, encontramos destaques referentes à mulher e à sua participação na realidade temporal:

A mulher deve estar presente nas realidades temporais, contribuindo com seu ser próprio de mulher para participar com o homem na transformação da sociedade. (DP, 48).

Internamente, a mulher, em Puebla, foi reconhecida como evangelizadora, resgatando assim sua presença, apesar de ter sido subestimada na Igreja.

A mulher deve contribuir eficazmente na missão da Igreja, não como recurso suplementar da hierarquia, mas como agente de pleno direito e como parte da comunidade eclesial tanto na coordenação pastoral quanto na tomada de decisões e na coordenação de tarefas. (DP, 45).

Foi também, neste tempo, que o Brasil almejando Reformas de Base, levantou muitas expectativas. O desenvolvimentismo apresentava como meta o prazo de cinco anos para que o Brasil entrasse na lista dos países desenvolvidos. Além disso, ao lado de uma crise do capitalismo, observávamos a ascensão de movimentos populares e revolucionários socialistas nos países do Terceiro Mundo. Nesta fase histórica, Fidel Castro e Che Guevara saíam do cenário latino-americano para o internacional.

Outro movimento marcante se deu através do Reformismo dos governos de Jânio Quadros e João Goulart. No Estado de Alagoas o reformismo representava o fortalecimento

da sociedade civil brasileira, através do sindicalismo urbano. Entravam em cena a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o sindicalismo rural com as Ligas Camponesas. Os estudantes se agrupavam ao movimento da União Nacional dos Estudantes (UNE). Neste contexto não se podia esquecer da Ação católica, em sua última fase de organização.

Estava plantada a semente da reação da sociedade dominante, que haveria de se aliar aos militares. O ponto final foi o célebre comício da Central do Brasil, organizado por João Goulart (Jango). Para a derrubada de Jango, o Pentágono entrou com um projeto ideológico. Sobre esta ideologia, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunida no Rio de Janeiro em outubro de 1976, assim escreveu em sua comunicação pastoral.

A ideologia da segurança nacional, colocada acima da segurança pessoal, expande-se por todo o continente latino-americano de modo semelhante ao que aconteceu nos países sob domínio soviético. Inspirada nela, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e a favor do desenvolvimento econômico [capitalista], declaram guerra anti-subversiva a todos os que não concordam com a visão autoritária da organização da nova sociedade. O treinamento em vista dessa ‘guerra anti-subversiva’ contra o comunismo na América Latina leva a um embrutecimento crescente de seus próprios agentes e gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. As liberdades de pensamento e de imprensa são sacrificadas, as garantias individuais são suprimidas. Essa doutrina leva os regimes de força a recorrer às mesmas características e às mesmas práticas que são empregadas nos regimes comunistas: o abuso do poder do Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento (CNBB, 1976, p 6,7).⁹

Os regimes militares da América Latina tinham como suporte a Doutrina da Segurança Nacional, que, segundo Comblin, havia sido desenvolvida nos Estados Unidos. Tal Doutrina serviria para legitimar os regimes autoritários, justificando todas as suas ações na segurança do Estado. Comblin denomina Doutrina da Segurança Nacional como a Ideologia que estrutura e legitima regimes militar latino-americanos.

Por outro lado, a permanência dos regimes militares latino-americanos supõe a existência de uma ideologia que ultrapassa as peculiaridades nacionais e mantém a estrutura e a coerência de cada um. Essa ideologia chama-se Doutrina da Segurança Nacional. (1978, p. 13).

O Golpe Militar aconteceu de 31 de Março a 1º de Abril de 1964. Cerca de vinte anos de repressão sofreu o povo brasileiro, sobretudo os que haviam avançado em consciência nacional. A CNBB, através de Dom Hélder Câmara, havia apoiado as Reformas de Base, em

⁹. Essa comunicação somente foi publicada após 15 de novembro de 1976 por conta das eleições daquele ano.

seu discurso de posse na Sé de Olinda e Recife. Durante o primeiro momento do Golpe Militar, a Igreja Católica, com sua ala conservadora, esteve ao lado do movimento militar. Somente depois, quando os casos de tortura ganhavam notoriedade e os desaparecimentos e mortes foram seriamente denunciados, a Igreja Católica tomou a defesa da sociedade brasileira, passando a CNBB a exercer uma reconhecida defesa da dignidade humana, ao lado da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O clamor nacional se levantou através de Igrejas, aliadas ecumenicamente, contra a tortura. Esta intervenção gerou o Documentário: “*Brasil, nunca mais!*”, sob a organização de Dom Paulo Evaristo Arns e de Philip Potter, ex-secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas. Este livro foi lançado logo após o fim da ditadura militar.

Em nosso Estado, assim como em todo o país, houve perseguições, desaparecimentos, prisões e mortes, por terem sido considerados subversivos e perigosos à sociedade. A Escola de Serviço Social abriu suas portas ao debate político nacional. Por causa disso sofreu as penas com invasões às suas instalações, onde alunos e professores foram fichados como subversivos.

1 – FATORES QUE MOTIVARAM A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL PADRE ANCHIETA

A formação de Assistentes Sociais em Alagoas teve início nos anos 50, período profundamente marcado pelo avanço do capitalismo. Nesse período foi registrada a ascensão dos movimentos populares e revolucionários socialistas, especialmente na América Latina. Um aspecto relevante foi o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII em 1959, e realizado entre 1962-1965.

Pela política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil viveu a experiência de alcançar um lugar no bloco dos países desenvolvidos. O Presidente teve como meta colocar o Brasil entre os países desenvolvidos em cinco anos (foram os famosos cinquenta anos em cinco). A implantação da industrialização impulsionaria o crescimento, o combate à miséria e à pobreza, dentro do período pré-determinado.

Seu programa de governo visava uma industrialização acelerada e a realização de obras de infra-estrutura, sendo definido pelo investimento em cinco áreas: energia, transporte, alimentação, indústria e educação. Esse tempo foi marcado pela inflação e endividamento. Outra questão bastante significativa no desenvolvimentismo brasileiro, foi a invasão do país pelo capital estrangeiro, principalmente o capital americano. (Cabral, 2005, p.31)

Entre os anos de 1955 a 1961, a produção industrial cresceu 80%. Os incentivos para a instalação de indústrias e os benefícios do governo foram dados, sobretudo para Região Sudeste do país, acentuando as desigualdades regionais, e aumentando os níveis de pobreza e miséria da população. A situação se agravava para os trabalhadores rurais por conta da mecanização da lavoura. Como consequência surgia o desemprego e a migração principalmente para o Centro-Sul, em busca de emprego. No Nordeste, acentuou-se o processo de migração tanto para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, como para os trabalhos na construção de Brasília. (Cabral, 2005, p.32 e 33)

No aspecto político, caracterizou-se pela estabilidade política, pois o governo possuía a maioria no Congresso. Respeitou-se, também a liberdade de imprensa e a livre

manifestação dos partidos políticos, com exceção do Partido Comunista, que continuava na clandestinidade.

A ideologia desenvolvimentista de JK encobriu um fato crucial: o de que o desenvolvimento capitalista foi gerador da pobreza e da miséria e que em cinco anos o Brasil não poderia, nos moldes do Capitalismo, construir uma sociedade rica, como as que foram construídas na Europa. Estas potências capitalistas construíram suas riquezas através do espólio dos países da América do Sul, da África e da Ásia. Desse modo, o desenvolvimentismo e os programas internacionais de combate à pobreza e à miséria redundaram em fracasso. A industrialização urbana e a política econômica que privilegiavam a monocultura e o latifúndio, apenas aumentaram os níveis de pobreza e miséria existentes no Brasil, fenômeno que praticamente foi repetido em todos os países do Terceiro Mundo.

Alagoas é um Estado até hoje caracterizado pela dependência econômica da agroindústria do açúcar e pelo latifúndio. Com baixo índice de desenvolvimento, possui uma concentração de terras nas mãos de poucas famílias, que também concentram o poder político. São as chamadas oligarquias, com resquícios de coronelismo.

A economia se caracterizava pelo latifúndio e pela total dependência da agroindústria do açúcar. O setor agroindustrial era gerador de mais da metade da renda interna do Estado, e maior proprietário das terras alagoanas. (Cabral. 2005. p.32)

De acordo com Luiz Antonio Palmeira Cabral¹⁰ a década de 50, marcada pela pobreza e miséria, com baixo nível de alfabetização, o Estado sofria com as condições sociais impostas por estes fatores e pelas secas e enchentes em algumas de suas regiões, agravadas pela situação sócio-econômica do país. As estratégias de desenvolvimento sempre foram reflexos dos projetos nacionais, até o momento em que o governador Muniz Falcão assumiu o poder e propôs a criação do primeiro Plano de Desenvolvimento para o Estado em 1956.

Economicamente, Alagoas apresentava um quadro de desenvolvimento lento, caracterizado em fases que vão desde a abolição da escravatura até os dias atuais, com aspectos peculiares a cada uma destas fases. Na fase escravocrata, o desenvolvimento se dava pelo plantio da cana - de açúcar e instalação de engenhos. Em 1933, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, houve as instalações das usinas. Então, Alagoas apresentava um grande avanço do seu desenvolvimento, o que caracterizava a segunda fase, reforçando,

¹⁰ Plano de Desenvolvimento de Alagoas 1960 – 2000, Edufal, 2005.

porém o modelo econômico marcado pela monocultura e subdesenvolvimento. A terceira fase já apresentava uma maior organização com o estabelecimento do sistema de cotas de produção. Vale a pena ressaltar que neste período, com a construção de estradas e a utilização do caminhão, o aproveitamento da mão-de-obra sertaneja vem provocar a migração dos trabalhadores rurais do sertão para a zona canavieira. Com este processo migratório houve um aumento considerável na população da zona urbana, agravando os problemas sociais já existentes. Ainda nesta fase se deu em nível federal a criação da SUDENE, em 1959, que representava uma esperança de desenvolvimento para os Estados nordestinos. Foi neste contexto sócio-político e econômico que foi criada a Escola de Serviço Social Padre Anchieta, que será detalhada mais adiante. (Cabral, 2005 p. 24 e 25)

No período da criação da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, governava o Estado de Alagoas Sebastião Marinho Muniz Falcão. Era um governo considerado populista, por sua aproximação com o povo, preocupação com o social e por apresentar pela primeira vez um projeto de modernização para o Estado o que não havia acontecido nos governos anteriores.

Eleito em 1955, Sebastião Marinho Muniz Falcão, foi profundamente ligado ao líder populista Silvestre Péricles, o que de certa forma o transformou em herdeiro de sua linha política. Delegado Regional do Trabalho, foi conhecido como amigo e advogado das classes populares, o que levou seu governo a ter uma aproximação com estas categorias, e com os sindicatos. Ambos os governos, de Muniz e Silvestre Péricles, foram caracterizados pelo afastamento das elites e oligarquias alagoanas e com a aproximação com as classes menos favorecidas, o que teve conseqüências marcantes nos dois casos, sendo o caso de Muniz muito mais grave e com repercussão em nível nacional. O impeachment Muniz Falcão foi um episódio sem precedentes na história de Alagoas. (Tenório, 1995. p.48 e 49).

No Pleito de 1955, Muniz Falcão derrotou Afrânio Lages que foi o candidato representante das famílias mais poderosas, herdeiras do latifúndio e da política coronelista vigente no Estado, apoiado pela UDN de Carlos Lacerda. Desde o início, esse grupo tentou desestabilizar o governo de Muniz Falcão, antes mesmo de sua posse, em 1956, ano em que Dom Adelmo Machado implementava esforços no sentido de implantar no Estado uma Escola de Serviço Social. Os fatos ocorridos neste governo marcaram tanto a criação da escola quanto a sociedade alagoana.

O governo Muniz Falcão foi de caráter populista, implantou uma política reformista impulsionadora do desenvolvimento no Estado. Através de uma série de ações que visava reduzir o déficit estadual. Herdou de seu antecessor (Arnon de Mello) um Estado completamente endividado, comprometendo inclusive a receita daquele ano, com graves questões sociais e com uma sociedade cheia de expectativas que até então não eram atendidas. Para reduzir esse quadro implantou uma série de medidas administrativas de contenção em todos os setores, com a redução e demissão de funcionários nomeados em período eleitoral, aumentando a ira de seus opositores, pois tais cargos serviam de base eleitoreira para eles. Pela primeira vez se ouviu falar em reforma administrativa em Alagoas. Aumentou os impostos e instituiu a Taxa Pró-Economia, de Educação e Saúde, que incidia principalmente sobre o principal produto da economia alagoana, o açúcar. Isto colocou seu governo, segundo Tenório, *“em rota de irreversível colisão com as forças das oligarquias alagoanas”* seus principais opositores. Esse imposto tinha como objetivo garantir as realizações na área social. Estes e outros motivos instigaram o impeachment de Muniz. Este foi um dos episódios mais sangrentos da história da política alagoana, num Estado conhecido nacionalmente pela violência política. (Tenório, 1995, p18)

Os sindicatos que viviam até então, no Estado, uma situação de recolhimento e de pouca atuação, encontraram no governo recém-eleito o apoio necessário ao seu desenvolvimento. Transformaram-se ao mesmo tempo em base de apoio para o governo, reconhecidamente amigo e representante desta classe por suas atitudes. No seu governo houve incentivo da sindicalização nos mais diversos setores, em todo o território alagoano.

As denúncias contra o governador iniciaram-se tão logo ele fora eleito, somando a isso todos os fatores que já citamos anteriormente. Estes fatos desencadearão o processo de “impeachment” que se agravou com o assassinato ocorrido em Arapiraca, do Deputado Marques Silva. O governador foi acusado de conivência com o crime e de violência contra o Legislativo, levando o deputado Oséas Cardoso a apresentar ao presidente da Assembléia denúncia contra o governador. O presidente da Assembléia, Lamenha Filho, havia rompido com o governador Muniz Falcão por não concordar com a taxa pró-economia. O processo tramitou com uma agilidade nunca vista anteriormente nesta Casa Legislativa. O povo não concordava com a derrubada do governador e passou-se a travar um embate entre os representantes das oligarquias, autores do processo, e os representantes das classes populares e a população de um modo geral.

O momento crítico ocorreu na tarde do dia 13 de setembro de 1957, quando foi então votado o “impeachment”. De nada adiantou o pedido do governador para que os deputados da situação não comparecessem à votação. Tão pouco atenderam às intervenções da Igreja, através de Dom Adelmo, que pedia para que eles comparecessem desarmados. O grupo liderado pelo sogro do governador, o deputado Humberto Mendes, de família conhecida pela violência, e os deputados Claudionor Lima e Abraão Moura afirmaram que era uma questão de honra. Armou-se uma verdadeira praça de guerra na conhecida Casa de Tavares Bastos, inclusive com presença de barricadas feitas com sacos de areia, dando a idéia do confronto que iria se seguir. Segundo Douglas Apratto Tenório, os deputados chegaram envoltos em pesadas capas de chuva, apesar do calor que fazia. Tudo isso para esconder as pesadas armas que carregavam. O embate durou cerca de quarenta minutos e teve como resultado deste triste episódio, a morte do deputado Humberto Mendes, além de vários feridos entre jornalistas, deputados e funcionários. (1995, p 51 e 52)

Neste mesmo ano de 1957, em meio dessa efervescência política que a Escola de Serviço Social recebeu a sua autorização e iniciou o seu funcionamento. Ocupando provisoriamente um prédio da Ação Católica, bem próximo à Assembléia Legislativa, onde ocorreu aquele episódio e neste dia não houve aulas. Pois a tragédia que há dias vinha sendo anunciada, deixou a cidade em estado de alerta. Os ônibus e os bondes não funcionaram. As ruas próximas à Assembléia foram interditadas, e a cidade ficou sem energia pois as linhas de transmissão haviam sido derrubadas a tiros. A multidão que estava na manifestação na Praça em frente da Assembléia, em apoio ao governador, se dispersou tão logo se iniciou o tiroteio. As casas comerciais, cinemas e cafés estavam fechados. Nas ruas, somente soldados e tropas federais. O Palácio dos Martírios, sede do governo, teve sua guarnição aumentada. (Tenório.1995, p 53 - 55)

O presidente Juscelino Kubitschek decretou intervenção parcial no Estado, fato que o governador não aceitou, tendo passado o cargo ao Vice-Governador Sizenando Nabuco. Muniz Falcão partiu para o Rio de Janeiro a fim de lutar por seus direitos na Justiça. (Tenório.1995, p.81)

O governo de Muniz Falcão pagou o preço de não ter sido o representante no poder executivo das oligarquias alagoanas. De acordo com o deputado Oliveira Brito, *Muniz “cometeu o grave erro: querer fazer uma política pessoal numa terra de tradição partidária arraigada.”* Era um erro fazer política pessoal em um Estado profundamente marcado pelo

coronelismo e pela política partidária, sob a mão de ferro dos latifundiários do setor açucareiro. Durante o desempenho de seu mandato, Muniz sofreu duras críticas. Foi submetido ao processo de “impeachment” que o deixou afastado do governo durante 11 meses, voltou após ser absolvido em julgamento, que ocorreu em 11 de dezembro de 1957, na então Faculdade de Direito de Alagoas, dada a interdição que sofreu o prédio da Assembléia Legislativa estadual, devido aos danos causados pelo tiroteio. Muniz pôde assim concluir seu mandato que durou até janeiro de 1961. Sobre sua absolvição encontramos no Livro de Tombo 15 da Arquidiocese de Maceió o seguinte registro, transcritos de nota do Semeador.

Finalmente foi resolvida a questão do impeachment contra o governador Muniz Falcão. É a seguinte a íntegra do veredito do Tribunal Misto: “Vistos, relatados e examinados estes autos de processo crime de responsabilidade em que é denunciante o deputado Oséas Cardoso Paes, e denunciado o Doutor Sebastião Marinho Muniz Falcão, governador do Estado: Preliminarmente, acorde o tribunal misto,” rejeitar as nulidades do processo que foram levantados. “De meritis” acorde o mesmo tribunal pelas razões expostas na sessão, absolver o acusado, por não haver cometido os crimes que lhe foram imputados. Assinado Meroveu Cunha de Oliveira Mendonça, presidente do tribunal misto. (p. 260,261)

O populismo nasceu de uma situação de transição de uma sociedade para a outra. Caracterizou-se pela insatisfação de uma maioria que teve durante muitos anos suas expectativas não satisfeitas e sem lideranças que os representasse. Geralmente advindas das classes populares que encontram naqueles que atendem suas expectativas uma espécie de mito ou herói. Neles depositaram todas as suas esperanças e anseios. Em Alagoas, o quadro social e político dividido no grupo dos muitos ricos, representados pelo baronato das famílias que sempre tiveram seus representantes no poder, e o grupo dos menos favorecidos, da classe trabalhadora que teve ao longo dos anos suas expectativas sufocadas por aqueles que sempre estiveram no poder. Esse quadro favoreceu o aparecimento de lideranças como as de Silvestre Péricles e Muniz Falcão. Segundo o historiador alagoano Douglas Apratto Tenório, o populismo em Alagoas apresentou duas vertentes: o silvestrismo, proveniente de Silvestre Péricles, que governou o estado de 1947 até 1951; e o munizismo, advindo de Muniz Falcão, ambos caracterizados pelo afastamento das elites e oligarquias alagoanas e aproximação com as classes menos favorecidas. Sobre populismo alagoano nos diz Tenório:

O populismo exige lideranças carismáticas para prosperar. O aparecimento do mito populista de Muniz Falcão é consequência da trajetória do silvestrismo, de sua luta, de suas contradições, de sua afirmação. A exaltação a combatividade do ex-delegado do trabalho no confronto com as classes intocáveis, construiu uma espécie de lenda entre os mais humildes edificada sob o seu carisma, e já ocupa, desde a década

de 30, um espaço consolidado no território da política alagoana. (1995. p.187)

Muniz Falcão tentou dar um caráter desenvolvimentista ao Estado, de acordo com momento político pelo qual passava o país. Com medidas de caráter reformista, buscou implantar ações que pudessem combater a miséria e a pobreza, atendendo às necessidades da população. A política por ele estabelecida foi considerada um avanço dentro das possibilidades do Estado, dada à dependência que Alagoas e todos os Estados nordestinos tiveram do governo federal, conforme nos diz Cabral.

O Governo Muniz Falcão tentou dar os primeiros passos na direção de um Estado desenvolvido e planejado. Mesmo com quase total dependência do governo federal no que se refere ao estabelecimento de linhas gerais de desenvolvimento, o governo apresentou uma proposta concreta e coerente com as possibilidades da época. (2005. p.32)

No ano de 1959, o governo Federal criou a SUDENE, o que representava uma esperança para os Estados nordestinos. Neste mesmo ano, em Alagoas, o governo Muniz Falcão criou a CODEAL (Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoas) com o objetivo de promover ações de desenvolvimento para o estado. Esta comissão tinha como principal objetivo elaborar o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento de Alagoas, apresentado no ano de 1960. (Cabral, 2005, p.31)

Este Plano Diretor representou uma proposta econômica para o Estado de Alagoas, com ações previstas para as questões de saúde, educação e assistência social, habitação e abastecimento de água. Era uma nova forma de governar que valorizava o planejamento adequado das ações. Mesmo enfrentando duras críticas de seus opositores, conseguiu com estas medidas o desenvolvimento do Estado. Entre elas estão: a construção da estrada que ligava Maceió a Palmeira dos Índios; a construção de um Centro Educacional no bairro do Farol; a implantação das Secretarias de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Viação e Obras Públicas. (Tenório. 1995, p.204-205)

Neste período, ampliou-se o número de escolas primárias e secundárias, e reformou-se outras tantas. A educação superior, porém, continuava sem muita atenção. A Assistência Social era coordenada pela Secretaria de Saúde através do Departamento de assistência social e suas principais ações estavam voltadas para as construções de postos de saúde e hospitais, e algumas construções de casas para as famílias carentes. Promoveu a assistência social para os mais carentes. Construiu a Cidade de Menores para as crianças

abandonadas; o prédio do Lyceu Alagoano; o Terminal Rodoviário, a penitenciária São Leonardo. (Tenório. 1995, p. 204)

Promoveu a expansão do ensino secundário no interior do Estado, apoiando a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Promoveu a valorização da Imprensa Oficial composta pela Rádio Difusora de Alagoas e o Diário Oficial do Estado, através de renovação de seus equipamentos e aperfeiçoamento do quadro de pessoal. Construiu ainda a rodovia interestadual ligando Alagoas a Pernambuco. (Tenório. 1995,p.205)

Outro aspecto merecia destaque no governo de Muniz Falcão, sua habilidade política demonstrada quando ajudou a colocar na presidência da Federação da Indústria do Estado, o dono de uma pequena fábrica de móveis. Napoleão Barbosa, que foi presidente do pequeno sindicato da marcenaria e não tinha o peso e a tradição das famílias importantes do Estado. Muniz que havia se aproximado e apoiado os pequenos sindicatos, através de Napoleão, acabou com a hegemonia dos grandes industriais principalmente do açúcar e do setor têxtil. E finalmente conseguiu iniciar o diálogo com o setor empresarial através dos setores minoritários da categoria. Em virtude de sua função de Delegado do Trabalho, incentivador da sindicalização, entre tantas outras medidas, Muniz não era bem visto e tampouco aceito pelo empresariado local, setor com o qual não conseguiu estabelecer um diálogo. Essa manobra na eleição de Napoleão Barbosa foi considerada até hoje, como uma grande estratégia política do Chefe do Estado. (Tenório. 1995, p.198)

1.1 - A Conjuntura eclesiástica nas décadas de 50 e 60.

Desde a criação da Diocese de Alagoas em 1900, Alagoas já apresentava um quadro onde parte de sua população vivia em condições de miséria e extrema pobreza, fruto das condições política e econômica que foram impostas a este Estado durante várias décadas, e que, em grande parte, permanecem até hoje. Estas condições se agravaram ainda mais em 1920, como resultado da migração da população do campo para a zona urbana. Isso provocou um aumento populacional na cidade, sobretudo em Maceió, que não possuía infra-estrutura para absolver tal demanda.

A Igreja em Maceió, no entanto, só despertou para o agravamento do quadro social e conseqüente intervenção a partir da década de 40, quando, em 1939, chegou para assumir a Arquidiocese de Maceió, Dom Ranulpho Farias. Não se podia afirmar quais as razões que levaram a esse despertar e conseqüente intervenção. Provavelmente esta intervenção ocorreu graças à criação da Ação Católica na Arquidiocese de Maceió. Consideremos que a instalação da Ação Católica em Alagoas aconteceu cinco anos após a criação da Ação Católica Brasileira. Assim que chegou a Maceió, Dom Ranulpho nomeou Padre Adelmo para Reitor do Seminário e depois Vigário Geral dando-lhe um “status” maior na hierarquia da Igreja local. Para aquele momento da igreja isso seria uma prerrogativa de indicação para um futuro episcopado. (Medeiros. 2007, p.62)

Padre Adelmo era considerado um dos maiores colaboradores de Dom Ranulpho, que por ele demonstrava carinho e apreço. Foi a ele que Dom Ranulpho confiou a Assistência Eclesiástica da Ação Católica. Sua nomeação ocorreu em fevereiro de 1940. Todas as iniciativas da Ação Católica no campo social, em Alagoas, foram a ele atribuídas, pois foi a partir desse momento que a Arquidiocese passou a intervir nas questões sociais através da criação de várias instituições que embora fossem de caráter assistencialista atendia às carências da população desassistida. Cabe constatar que até esse momento a Igreja contava com apenas duas instituições de assistência social: a Santa Casa de Misericórdia, com 412 leitos aos cuidados de apenas 16 religiosas da Congregação das Missionárias da Imaculada Conceição e com a Casa do Pobre contando com 212 leitos, sob a responsabilidade de 06 religiosas de São Vicente de Paulo¹¹. Outras instituições de Assistência Social da Igreja em Maceió foram: Juvenópolis, de Padre Pinho, destinado aos meninos; o abrigo Dom Bosco de Monsenhor Oliveira e a Escola para domésticas, também chamada de Santa Zita, na Paróquia da Catedral, sob a responsabilidade de Monsenhor Valente.

A Igreja, desde a década de 40, preocupava-se com as obras principalmente caritativas e assistenciais. Era uma época de modificações no pensamento da Igreja Católica. A Ação Católica ganhava destaque na formação de lideranças leigas, na busca de um compromisso com as questões sociais, fazendo-se presente nos diversos momentos históricos e políticos. Em 1940, surgiu o Círculo Operário pelo Padre Antônio Monteiro. Em 1943, organizou-se a Juventude Masculina Católica, Entre 1950 e 1960, a Ação Católica se especializou: foram criadas inicialmente a Juventude Feminina Católica (JFC), a Juventude

¹¹ Livro de Tombo n. 06 da Arquidiocese de Maceió, p.14.

Estudantil Católica (JEC). Estes departamentos foram de fundamental importância para o desenvolvimento das lideranças que posteriormente atuaram nas ações de assistência social desenvolvidas pela Arquidiocese.

O Departamento Arquidiocesano de Ação Social (DAAS), órgão da Ação Católica, desempenhou um grande papel nestas ações através da criação de associações e fundações. Como resultado do trabalho desenvolvido por esse departamento, foi criado em 1945, no bairro do Pinheiro a Escola Nossa Senhora de Nazaré, que veio a funcionar em 1947. No local da Escola passou a funcionar provisoriamente um ambulatório com a mesma denominação. Em 1948, por iniciativa do Pe. Adelmo, antes mesmo da sua nomeação como bispo de Pesqueira, idealizou e construiu um posto de puericultura, para este carente e populoso bairro. Este posto foi inaugurado por Dom Ranulpho em 1950, contando com sua presença, já como bispo de Pesqueira, onde posteriormente abrigaria o ambulatório.

Quando Pe. Adelmo Machado foi nomeado para bispo de Pesqueira no Estado de Pernambuco, a Ação Católica Alagoana perdia temporariamente seu Assistente Eclesiástico e principal apoiador de todas as suas iniciativas na área social. Após sua nomeação, assumiu a assistência da Ação Católica, o cônego Hélio Lessa Souza, que não conseguiu impor a mesma dinâmica de trabalho. Dom Adelmo possuía um carisma e uma liderança literalmente reconhecidos tanto no clero como no meio social e político. Este fato foi percebido pela facilidade com que tinha de se comunicar com todos os setores da sociedade alagoana. Ficando ainda constatado nos registros dos Livros de Tombo da Arquidiocese, bem como em jornais da época e nas homenagens por ele recebidas quando da sua nomeação. Tais homenagens foram prestadas por todos os setores da sociedade alagoana. Talvez por isso, não fosse tão fácil substituir-lhe e os trabalhos continuarem com o mesmo dinamismo.

No ano de 1954, Dom Ranulpho, por razões de saúde, solicitava um coadjutor, sendo então nomeado, em 1955, Dom Adelmo Cavalcante Machado, que retornava a Maceió na qualidade de Arcebispo Coadjutor com direito à sucessão plena. Dom Adelmo já se encontrava em Maceió desde junho de 1955, embora sua celebração de posse somente ocorreu em dezembro deste mesmo ano. A nomeação com direito à sucessão lhe dava certas garantias quanto à sua atuação frente à Arquidiocese. Com sua volta, as questões sociais ganharam novamente uma dinâmica de freqüente atuação.

Na sua Carta Pastoral, por ocasião de sua nomeação para Bispo de Pesqueira, aparecia o seu empenho pela Ação Católica, onde discutia teologicamente, de acordo com os recentes teólogos, o papel do leigo no apostolado da Igreja. Aqui nasceram as raízes do perfil do homem voltado para o social. Certamente, a Ação Católica lhe ofereceu a visão bíblico-teológica de sua atuação social, sobretudo quando voltou para Maceió, em 1955, para assumir o Arcebispado.

Entre as suas realizações encontra-se a fundação da Biblioteca Infantil Pio X, a Livraria D. Expedito e o Museu de Arte Sacra, que funcionou provisoriamente na Igreja do Rosário. Criou também o Centro Social Rural, no bairro do Vergel do Lago e o Centro Social do Pinheiro destinado à formação de leigos.

A Arquidiocese de Maceió, através de Dom Adelmo Machado, participou conscientemente do momento social com a promoção das Semanas Ruralistas. A primeira Semana Ruralista na Arquidiocese aconteceu em 1956, após o primeiro encontro dos Bispos do Nordeste, o qual contou com a participação de Dom Adelmo. Neste mesmo ano aconteceu seguidamente uma série de outras semanas em quase todos os municípios do Estado¹². A criação dos Sindicatos Rurais e dos Círculos Operários culmina com a instalação da Rádio Educadora Palmares de Alagoas, integrada ao MEB (Movimento de Educação de Base), marcando esta época. O Centro Social Dom Adelmo Machado seria o espaço aberto para a formação, treinamento e avaliação dos agentes sociais. Sobre a Rádio Educadora Palmares é importante dizer que posteriormente esta teve seus transmissores lacrados por ordem do governo militar que se instalou no país. (Livro de Tombo da Arquidiocese de Maceió no. 14)

A Ação Católica levou a Doutrina Social da Igreja às Escolas, Universidades, Meios de Comunicação, Sindicatos, Fábricas e ao campo. Estimulou a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã. Os trabalhos desenvolvidos por Dom Adelmo Machado valorizaram o aspecto sócio-cultural, renovando a postura da Igreja de Alagoas, diante das questões sociais por conta do processo de industrialização.

Dentro de um clima de mudanças e de ações sociais, a Igreja se propunha uma reestruturação da sociedade brasileira, sob as bases cristãs. Tais propostas foram fundamentadas nas Encíclicas Sociais “*Rerum Novarum*” e “*Quadragesimo Anno*”, que

¹² Conforme registro no Livro de tomo 14 da Arquidiocese de Maceió página 69.

trataram das questões sociais dos trabalhadores, tais como: questões salariais, direito à greve e repouso semanal etc.

O trabalho muito prolongado e pesado e uma retribuição mesquinha, dão, poucas vezes, aos operários ocasião de greves. É preciso que o Estado ponha cobro a esta desordem grave e freqüente, porque estas greves causam dano não só aos patrões e aos mesmos operários, mas também ao comércio e aos interesses comuns; e em razão das violências e tumultos, a que de ordinário dão ocasião, põem muitas vezes em risco a tranqüilidade publica. O remédio, portanto, nesta parte mais eficaz e salutar é prevenir o mal com a autoridade das leis, e impedir a explosão, removendo a tempo as causas de que se prevê que hão de nascer os conflitos entre os operários e patrões. (RERUM NOVARUM, 1891, p. 41)

Dom Adelmo foi um homem muito atuante em diversas áreas, principalmente nas áreas social e da educação. Quanto à sua atuação política era muito discreto. Orientava os fiéis quanto à situação política do Estado, de acordo com as normas da Igreja Católica, através das cartas circulares que eram enviadas ao clero alagoano, e também publicadas no jornal O Semeador, imprensa oficial da Igreja Católica alagoana, que durante muitos anos foi de grande circulação em todo o Estado. Sobre o governo Muniz Falcão, encontramos diversos relatos no Livro de Tombo da Arquidiocese referentes a esse período que apontam para uma possível aproximação com Muniz Falcão. Eram relatos que tratavam inicialmente do processo de autorização para o casamento do mesmo, isto porque Muniz tinha sido acusado de ser casado em outro Estado da Federação, fato este que, se comprovado, tornaria impedido de casar-se novamente de acordo com as leis da Igreja Católica, segundo relato do próprio bispo, no Livro de Tombo da Arquidiocese no. 15. O livro de Tombo da Arquidiocese se destinava ao registro de todas as resoluções, decretos, portarias, cartas circulares, as atividades e eventos realizados no âmbito da Arquidiocese. Depois de realizadas várias buscas, contando com a colaboração do próprio governador, que informou todos os lugares em que residiu antes de chegar a Maceió. Nada foi verdadeiramente constatado quanto ao possível casamento do Senhor Governador, podendo assim seu casamento ser realizado, o que aconteceu segundo as normas e regras do Direito Canônico Católico. Posteriormente, encontramos diversos comentários sobre a situação política do Estado de Alagoas, sobretudo os fatos ocorridos na Assembléia Legislativa Estadual e a abertura do processo de “impeachment” contra Muniz Falcão, a pedido do Deputado Oséas Cardoso.

Vale ressaltar que Muniz tinha o apoio de setores da Igreja. Um de seus grandes amigos, entre o clero alagoano, era o Pároco da Igreja de Nossa Senhora da Graças. Monsenhor Pedro de Oliveira Cavalcante fazia questão de demonstrar em sua pregação sua

opção política e fazia defesa pública do amigo governador. Foi na sua paróquia que aconteceu a festa de posse de Muniz Falcão para o governo do Estado. Pelos fatos citados, podemos observar que o diálogo entre a Igreja e o Estado se mantinha freqüente e permanente entre seus representantes legais, garantindo a estabilidade e a ordem política e religiosa por parte das instituições. Esta conversação será sempre necessária para a *manutenção social* e para que o cotidiano se mantenha como tal em estabilidade. Sobre este tipo de conversação Berger nos diz:

O veículo mais importante da realidade é a conversa. Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos de funcionamento de um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva. A conversa significa principalmente, sem dúvida, que as pessoas falam umas com as outras. Isto não nega o rico halo de comunicação não-verbal que envolve a fala. Entretanto a fala conserva uma posição privilegiada no aparelho total da conversa. (2004. p. 202,203)

Um amigo e apoiador da criação da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, foi o médico e também Deputado Estadual Lourival de Melo Mota, cuja família fazia parte do setor da indústria do açúcar de Alagoas. Encontramos vários registros nos Livros de Tombo da Arquidiocese que mostravam os laços de amizade estabelecidos entre o Dr. Lourival e o então Arcebispo Adelmo Machado. Lourival foi presença constante no processo de criação da Escola. Também foi dele a doação do imóvel aonde viria ser a sede definitiva da Escola até à sua integração à Universidade. Para que ocorresse a doação do imóvel foi criada uma Fundação, denominada Fundação Leobino e Adelaide Mota, em homenagem aos pais de Dr. Lourival. A Diretoria da Fundação seria constituída pelo Arcebispo, representantes do clero e membros da sociedade alagoana¹³.

As relações que a Igreja de Maceió estabeleceu tanto no âmbito político como social, sempre foi de aproximação com as classes mais favorecidas, representadas pelas oligarquias da sociedade local. Era às oligarquias alagoanas que a Igreja recorria e recorre ainda hoje quando necessita realizar suas obras, como foi o caso da Escola de Serviço Social. Foi ao Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar, que Dom Adelmo primeiro procurou para pedir ajuda para a criação da Escola¹⁴. O Sindicato dos Usineiros era o maior símbolo do maior poder deste grupo econômico no Estado. A Igreja quando procurava desenvolver ações na área social, recorria aos grupos econômicos, posicionando-se ao lado daqueles que estavam no poder, chegando até mesmo à legitimar suas ações, mas, ao mesmo tempo procurava atuar

¹³ Livro de tomo n. 15 da Arquidiocese de Maceió, p. 51 v. e 52.

¹⁴ Livro de Tombo 14 da Arquidiocese de Maceió, p.37.

junto aos mais carentes buscando minimizar o quadro de pobreza e miséria da população. Estabelecia-se assim uma linha de limite plausível entre as necessidades da população e ausência do Estado no atendimento destas necessidades, evitava assim, os riscos de ameaças à ordem social. A ordem social era frequentemente ameaçada e necessita de mecanismos que as mantenham e justifiquem. A religião desenvolvia um papel preponderante nestes mecanismos na busca da socialização.

Os processos fundamentais de socialização e controle social, na medida em que têm êxito, servem para atenuar essas ameaças. A socialização procura garantir um consenso perdurável no tocante aos traços mais importantes do mundo social. O controle social procura conter as resistências individuais ou de grupos dentro de limites toleráveis. Existe ainda outro processo centralmente importante que serve para escorar o oscilante edifício da ordem social. É o processo de legitimação.

Por legitimação se entende o “saber” socialmente objetivado que serve para explicar e justificar a ordem social. (Berger, 2004.p.42)

De acordo com o Prof. Álvaro Queiroz, as relações entre a Igreja e a Política em Alagoas, sempre foram estreitas. A participação do clero na política alagoana foi efetiva e ativa. O autor lista várias participações do clero alagoano, nas mais diversas instâncias do poder local. Participações que vão desde a ocupação em cargos públicos, a cadeiras na Assembléia Legislativa Estadual, na Câmara Federal e até mesmo no Senado, como foi o caso do eloqüente Monsenhor Cícero Teixeira de Vasconcelos, que foi o Senador mais votado em 1945 com 32.140 votos. (1996.p.33)

Especificamente, no período considerado populista da política alagoana exercido por Muniz Falcão, tivemos a atuação de vários padres na política local, seja ocupando cargos públicos ou apoiando as ações do governo. Dentre os padres atuantes, destacamos o Cônego Luiz de Medeiros Neto, que cumpriu mandato federal durante sete legislaturas consecutivas, que vai desde 1946 a 1974. Este Deputado teve papel preponderante quando da criação da Universidade Federal de Alagoas e na autorização para o funcionamento e reconhecimento da Escola de Serviço Social. Era o apoio e presença certa nas viagens realizadas por Dom Adelmo Machado ao Rio de Janeiro, em 1956, quando tratava, junto às autoridades federais, dos assuntos relacionados à criação da referida escola. (Queiroz. 1996.p.32e 33)

Outra figura importante nesta época foi: Monsenhor Pedro de Oliveira Cavalcante, partidário convicto de Muniz Falcão, cedeu as instalações de uma de suas obras assistenciais para a realização da festa de posse do então governador eleito. Por causa de sua

relação de amizade, exerceu por muitos anos o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado. Pe. Américo Henrique Santos e Monsenhor Tertuliano Passos engrossavam as fileiras dos partidários de Muniz. E Pe. Antônio Cabral, pároco de Fernão Velho, então um bairro operário de Maceió, militou em organizações sindicais e nos círculos operários. Era aliado de Muniz e defensor dos direitos trabalhistas dos operários, o que posteriormente levou a ser conhecido como “apóstolo dos operários”. (Queiroz. 1996, p.34 e 35)

1.2 - A Escola de Serviço Social Padre Anchieta

Em um Estado onde as obras sociais existentes eram poucas, desorganizadas e sem a devida qualificação profissional, a criação da Escola foi uma realização que buscou amenizar os problemas pelos quais passava a população carente, procurando desenvolver um trabalho social mais voltado para melhorar as condições de vida dessa população. A primeira tentativa de profissionalização, já citada anteriormente esbarrou com a falta de pessoal qualificado para o desempenho das funções. Tomou então a primeira Dama, Senhora Leda Collor de Mello, a iniciativa de ir ao Rio de Janeiro, mais especificamente à Escola de Serviço Social de Niterói, com o intuito de criar um Curso de Serviço Social em Alagoas. Tal iniciativa não logrou êxito, pois a Escola não tinha pessoal suficiente em seus quadros para atender a essa demanda. A Direção da Escola de Niterói alertou que não dispunha de pessoal técnico qualificado para o acompanhamento do trabalho de implantação de uma Escola e sugeriu a realização de um curso de Introdução ao Serviço Social, o que ainda não seria a qualificação necessária para o exercício da profissão. Assim, no segundo semestre de 1952, realizou-se durante seis meses o curso de Introdução ao Serviço Social, ministrado pela professora da Escola de Serviço Social de Niterói, Hilda El Jaick, também funcionária do SESI, vinda da Escola de Niterói. (Seixas. 1978, p. 12)

A tentativa seguinte foi iniciativa de Dom Adelmo Machado, no mesmo ano do seu retorno a Maceió, já como Arcebispo Coadjutor. Para tratarmos dos primórdios da Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Maceió, teremos que necessariamente lembrarmos dos trabalhos da Ação Católica de Alagoas e da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social. Esta Fundação foi criada por Dom Ranulpho Farias, em 1952, sob sua direção pessoal, e tinha

como objetivo criar várias outras obras de Assistência Social e Educacional. Com a criação da Fundação Arquidiocesana de Serviço Social aconteceu a institucionalização das obras assistenciais já existentes. De acordo com Peter Berger, com a institucionalização das obras sociais as ações são submetidas ao controle social primário.

O controle social primário é dado pela existência de uma instituição como tal. Dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento foi submetido ao controle social. Novos mecanismos de controle só serão exigidos se os processos de institucionalização não forem bem sucedidos. (Berger. 2004.p.80)

O processo de institucionalização da Escola de Serviço Social não ocorreu da mesma forma, pois para que esta fosse criada foi necessário fazer a reformulação dos estatutos da fundação. Na reunião do dia 27 de novembro de 1955, a Fundação Arquidiocesana seria a entidade mantenedora da Escola¹⁵. Para que isto pudesse acontecer seria necessária a reformulação de seus estatutos. Pois neles previam apenas a assistência educacional a crianças e adultos de ambos os sexos, sem especificação quanto aos níveis de ensino. Nesta mesma reunião foi sugerido por Dom Adelmo a reformulação dos referidos estatutos, sendo entregue aos presentes uma cópia de uma proposta de reformulação. Três dias depois, na reunião realizada do dia 30 de novembro do mesmo ano, foi aprovada a mudança no estatuto, ficando com a seguinte redação:

Art. 2º. Sua Finalidade é exercer sem intuito lucrativo, uma beneficente ação social abrangendo várias modalidades assim distribuídas: escolas gratuitas de letras e profissionais para crianças e adultos de ambos os sexos, e escolas de nível médio e superior. (Livro de Atas da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social)

Os demais artigos permaneceram inalterados. As modificações foram aprovadas em reunião realizada três dias depois. Assim no dia 09 de dezembro de 1955, em reunião presidida por dom Adelmo Machado, a Arquidiocese de Maceió criou a Escola de Serviço Social Padre Anchieta. Nesta reunião já contava com presença de Madre Zilda Galvão Leite, que foi apresentada por Dom Adelmo aos presentes, como diretora da recém criada escola, sendo assim aclamada por todos. A partir daquele momento Madre Zilda Galvão Leite, Assistente Social, da congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, juntamente com Dom Adelmo passou a trabalhar pela regulamentação da escola. Por sugestão de Madre Zilda, foi designada uma comissão para elaborar o regimento da instituição. A mesma foi composta

¹⁵ Livro de Atas da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social.

por: Dom Adelmo Machado, Zilda Galvão Leite, Monsenhor Batista Wanderley e Roldão Oliveira¹⁶.

Durante o ano de 1956, Dom Adelmo trabalhava para a concretização de seus objetivos para a escola. O prédio da Ação Católica, localizado ao lado da Catedral, seria a sede da Escola. Em fevereiro daquele ano, foi promovida a Semana de Estudos para as religiosas da Arquidiocese de Maceió. Esta semana foi divulgada através de carta circular do próprio Dom Adelmo a todas as congregações religiosas ainda em dezembro de 1955. A temática versava sobre a organização religiosa e o serviço social. Como resultado da Semana de Estudos saiu à criação do Regional da Conferência das Religiosas de Alagoas com dois Departamentos, sendo um de Catequese e outro de Serviço Social, além da proposta para realização de um Curso de Serviço Social. Sob a presidência de Padre Irineu Leopoldino de Souza, Secretário Geral da CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil), a Semana contou ainda com a presença da Diretora da Escola de Serviço Social de João Pessoa, na Paraíba¹⁷.

Prosseguindo com o seu trabalho para a criação da Escola de Serviço Social, no final do mês de abril de 56, Dom Adelmo Machado escreveu uma carta ao Presidente do sindicato solicitando apoio. Fez ainda nesta carta uma síntese da situação pela qual passava o Estado, em seu aspecto social:

... as obras e serviços existentes entre eles a LBA e o SAM (Serviço de Assistência a Menores) atuam com benemerência... Está faltando a meu ver, para que essas obras rendam mais e para evitar redundância em uns casos e deficiência em outros, um centro de estudos do homem em face desses problemas todos e do grau de rendimento desses mesmos serviços que muitas vezes, atuam ao mesmo tempo sobre o mesmo homem, sobre a mesma família. ...Na América do Norte, todo grupo escolar, todo hospital qualquer serviço de maior movimento tem um ou vários Assistentes Sociais que acompanham e orientam.... Não tenho ilusões quanto aos resultados imediatos. Seus benefícios não serão medidos com metros e depende de várias circunstâncias e diversos fatores livres. (Livros de Tombo da Arquidiocese de Maceió no. 14. p 37).

Em maio daquele ano, viajou para Fortaleza, sede do regional das Missionárias de Jesus Crucificado, a fim de estabelecer entendimento com a superiora, quanto à vinda das religiosas para assumir os trabalhos da Escola. Os processos já se encontravam em andamento, o entendimento de Dom Adelmo com as religiosas decorria com perfeição, pois, em junho, ter-se-ia a visita da superiora da congregação Irmã Maria de Lourdes Santos. Dom

¹⁶ Livro de Atas da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social; página 08.

¹⁷ Livro de Tombo n. 14 da Arquidiocese de Maceió. P. 116 a 120.

Adelmo já contava com o apoio e colaboração de Madre Zilda, que muito lhe auxiliou em todo o processo. Desde a organização do prédio onde iria funcionar a organização do regimento e também do processo de autorização, em tudo teve sua participação¹⁸.

Em agosto, foi iniciado o processo de institucionalização da Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Alagoas. Dom Adelmo e Madre Zilda, além de membros do clero alagoano, viajaram ao Rio de Janeiro, a fim de tratar, junto às autoridades federais, da autorização para o funcionamento da Escola. Tudo acontece bem e então a Escola foi autorizada a funcionar em janeiro de 1957¹⁹. Ainda em outubro de 1956, divulgou-se o prospecto da Escola de Serviço Social Padre Anchieta.

A divulgação foi realizada através de jornais, panfletos e em palestras proferidas pelos membros da Diretoria, nas Escolas Secundárias de Maceió. Iniciaram-se as inscrições para o vestibular, que aconteceu em 1957, tendo 40 inscritos e somente 19 foram aprovados. O processo seletivo constava de provas escrita de Inglês, Francês, Português, Geografia Geral, História Geral e do Brasil. Além de entrevista com a diretora da escola. O aluno também era informado dos objetivos da profissão e das exigências da escola. Entre os requisitos para ingresso constava das seguintes exigências: idade mínima de 18 anos e máxima de 40 anos, atestados de bons antecedentes, de sanidade mental e certificado de conclusão do curso Pedagógico ou Científico.

Em fevereiro de 1957 conforme registro no livro de tombo n. 14 da Arquidiocese, aconteceu um curso intensivo de serviço social sob a coordenação da Assistente Social Aracy Cardoso da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo como colaboradoras as missionárias de Jesus Crucificado. Este evento contou com a participação de representantes de vários diretórios acadêmicos, pessoas da sociedade e os futuros alunos da escola já inscritos para o vestibular.

A todos os eventos que antecederam a criação da escola, Pe. Luiz Marques denominou-os de “Movimento de Serviço Social”, em artigo d’O sementeiro datado de fevereiro de 1957, no qual faz referência ao curso realizado e atribuem a Dom Adelmo a instalação da escola que *está marchando a passos largos* e a situação do Serviço Social no Brasil.

¹⁸ Livro de Tombo da Arquidiocese de Maceió n.14 p.218.

¹⁹ Livro de Tombo da Arquidiocese de Maceió n. 14 páginas 135 a 149.

No Brasil, o Serviço Social, contando apenas vinte anos de existência, se difundiu com uma abençoada celeridade e com uma aceitação descomunal. Apenas 3 Estados do Brasil não possuem esta escola. Das 24 Escolas de Serviço Social existentes no Brasil, 20 são de orientação católica, sendo que 10 são entregues às religiosas. (livro de tomo 14. p.144)

O sonho de Dom Adelmo, tomou forma e transformou-se em realidade pelas mãos de mulheres religiosas, as Missionárias de Jesus Crucificado. Em 19 de março de 1957 foi proferida a aula inaugural da Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Maceió, ministrada pelo Dr. Lourival de Mello Motta, convidado posteriormente para ser professor da referida escola.

Para o Arcebispo, a Escola de Serviço Social significava um espaço de formação de profissionais, técnicos de cultura geral, necessários para o desenvolvimento das ações assistenciais, e de agentes conscientes da necessidade de usar a investigação científica, como elemento fundamental para a identificação dos problemas do homem.

De acordo com seu regimento do artigo 2º. as finalidades da escola eram as seguintes: Promover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; Ministrando cursos de pós-graduação; Ministrando cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão; Promover estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento de seus programas de ensino, como outros de interesse geral, ou que tenham por objetivo contribuir para a solução de problemas sociais à luz dos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, com particular atenção para os interesses desta região.

A formação das futuras Assistentes Sociais tinha um caráter técnico, profissional, humano e cristão, dentro das diretrizes doutrinárias da Igreja Católica como previa em suas finalidades e era organizado em duas dimensões: a teórica e a prática. A teórica compreendia as disciplinas básicas para a formação do Serviço Social: Serviço Social de caso; Serviço Social de grupo; Desenvolvimento de Organização da Comunidade; Administração em Serviço Social; Psicologia; Sociologia; Pesquisa Social e Estatística; Economia Social; Direito; Ética; Higiene e Medicina Social. Além das disciplinas de caráter obrigatório: Introdução à Filosofia, Doutrina Social da Igreja, Cultura Religiosa, Política Social e Higiene Mental e Psiquiatria²⁰.

²⁰ Livro de Tombo n. 14 p.137

A formação prática obedecia a estágios supervisionados nas periferias de Maceió, nos centros comunitários, associações de moradores nas entidades assistências sejam ou não da Arquidiocese. Posteriormente com a implementação das semanas ruralistas esses estágios passaram a ser desenvolvido também na área rural, sob a orientação do Serviço de Assistência Sindical Rural-SAR. É importante destacar que a organização didático-pedagógica e administrativa da Escola Padre Anchieta de Alagoas seguiu o modelo da Escola de Serviço Social da Universidade da Paraíba.

De acordo com o Parecer no. 537 da Comissão de Ensino Superior de 13 de dezembro de 1956, nos itens IV: *Seu corpo docente foi bem selecionado, conforme currículum vitae*, e era composto por padres, religiosas (Missionárias de Jesus Crucificado) e leigos, membros da sociedade local. O currículo dos respectivos professores era parte integrante do processo para a autorização de funcionamento do curso. Diferente da afirmação de Fernando Medeiros no que diz: *o corpo docente da escola teve de ser constituído de forma improvisada*, o Parecer 537 diz que o corpo docente foi bem selecionado conforme currículo vitae, dos professores²¹. Estes mesmos professores foram aceitos pela Universidade Federal quando da integração da Escola em 1971.

A prática sob a forma de estágio começava ainda no primeiro ano. Os primeiros campos de estágio foram: SESI, SESC, Posto de Puericultura do bairro do Pinheiro, na comunidade do Trapiche da Barra, onde fora implantado um programa de Serviço Social e posteriormente seria criado o Centro Social da Paróquia de São José, e no bairro do Vergel do Lago. Destes locais apenas os dois primeiros possuíam Assistentes Socais, sendo que no Trapiche o trabalho fora implantado pela diretora da escola Madre Zilda Galvão e seu pároco que na época era o holandês Padre Silvestre Vedregoor. Para tanto foi utilizado alguns galpões que tinham sido abandonados pelo Exército. O esforço na implantação dos campos de estágio demonstra o pioneirismo das religiosas na profissionalização dos serviços sociais. (Santos, 1978, p. 28)

Na luta pela expansão de campos de atuação foi aberto um campo de estágio na Usina Alegria, a pedido da Diretora da Escola, que em virtude das dificuldades apresentadas, não durou muito tempo. E assim com o empenho da Diretora e o apoio do Arcebispo, pois era

²¹ Idem.

um homem muito bem relacionado na sociedade alagoana, os campos de estágio foram se ampliando, e em 1961, a Escola já contava com 12 campos. (Santos. 1978 p. 28.)

Em 1957, dentro do então chamado Movimento do Serviço Social, a Fundação Arquidiocesana de Serviço Social criou mais dois novos estabelecimentos, que posteriormente serviriam como campo de estágio para as futuras Assistentes Sociais. O Centro Sócio-Pedagógico da Arquidiocese e a Escola Artesanal São José, do Bairro do Pinheiro, ambos destinados à formação de lideranças e a profissionalização. A Igreja ao mesmo tempo em que desenvolvia ações de caráter assistencialista de combate à pobreza, também se preocupava com a formação profissional. Não era um mero deslocamento de ações de assistência para ações de formação, como escreve Fernando Medeiros:

Na explicitação dos objetivos e justificativas para a criação destes estabelecimentos, percebe-se claramente um deslocamento de uma ação meramente assistencial para uma ação de formação, seja de novas lideranças, seja educativa e profissionalizante. (Medeiros, 2007. p.88)

Pois pela criação, quase que paralela, de três fortes instituições, a Escola de Serviço Social, o Centro Pedagógico e a Escola Artesanal, todas criadas no ano de 57, demonstravam a complementaridade desse trabalho, onde o objetivo era ao mesmo tempo assistir a pessoa e formar o profissional. Isto constitui o diferencial da Igreja. Naquele momento, a Igreja foi quem primeiro despertou para o triste *espetáculo da pobreza* e miséria existentes em nosso Estado. O Centro Sócio-Pedagógico tinha como objetivo formar lideranças para atuarem nos mais diversos campos assistidos pela Igreja. A Escola Artesanal foi criada para: “proporcionar, gratuitamente, a crianças de ambos os sexos, um curso pré-vocacional, como também cursos profissionais de artes e ofícios, a adolescentes do sexo masculino.”²² Estas instituições viriam completar as ações desenvolvidas pela Igreja de Maceió neste período rico de realizações.

No momento de criação da Universidade Federal de Alagoas, a Escola de Serviço Social, dentre as demais faculdades existentes na época, foi a única a não ser integrada. As razões eram as mais variadas. Por parte da Igreja, a integração não era interessante naquele momento. Para os alunos ficou a grande decepção e alegavam a falta de diálogo entre eles e a direção como uma das causas. Com o passar do tempo a escola já não possuía mais condições de se manter. Os apelos para que fosse integrada à Universidade

²² Livro de Atas da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social; páginas 13 e 14.

vieram tanto do lado dos professores, quanto dos alunos e mesmo da própria Congregação, dadas as dificuldades para sua manutenção. Outro fator era o isolamento que a Escola vinha sofrendo. Esta integração só aconteceu em 1971, depois de um longo processo que se iniciou na Direção de Madre Zelly. Segundo o Professor Radjalma Cavalcanti, em seu discurso por ocasião da comemoração dos 50 anos do Curso de Serviço Social em Alagoas, após várias reuniões foi nomeada a ex-aluna e agora professora da Escola, Maria Tereza Nunes Palmeira para estabelecer os entendimentos com a Universidade Federal, do qual ele também fez parte. A integração aconteceu ainda em 71, após a celebração de um convênio. Houve um vestibular apenas para o Curso de Serviço Social, que aconteceu no Trapichão, conhecido estádio de futebol de Maceió. Quanto aos professores, para ingressarem na Universidade tiveram que passar por um processo seletivo que constava entre outras coisas ministrarem uma aula diante de uma banca examinadora composta por professores da própria Universidade e outros vindos do Estado de Sergipe. Todos os professores foram aprovados e aproveitados. Ainda hoje o Curso de Serviço Social é considerado um dos melhores cursos da Universidade Federal de Alagoas. Houve momentos em que o Curso de Serviço Social concorreu com Direito e Medicina em número de inscritos para o vestibular.

A comemoração cinquentenária do Curso contou entre outras coisas com a posição de placa comemorativa e o lançamento do livro com depoimentos dos participantes da comemoração, pesquisas realizadas sobre o curso entre outros artigos. Entre os presentes estavam algumas das primeiras alunas e professores da Escola Padre Anchieta. Contamos também com a presença de Madre Zelly hoje com mais de 80 anos, que fez um simples e belo depoimento e Irmã Lourdes Mafra. Sentimos, no entanto o fato de não ter sido feita nenhuma referência ao grande idealizador deste ousado projeto Dom Adelmo Cavalcanti Machado. A Universidade Federal de Alagoas e o Curso de Serviço Social ficam devendo à história da educação o reconhecimento desta tão importante figura.

As primeiras Assistentes Sociais de Alagoas se reuniram 10 anos depois, para celebrarem os dez anos de profissão. Este fato foi motivo de notícia na imprensa local. Reafirmaram o compromisso assumido em 30 de abril de 1961, de contribuir para a promoção humana no sentido de cada pessoa se tornar um participante ativo no processo de desenvolvimento dentro da visão comunitária.

O pioneirismo de nosso grupo de profissionais e a coragem que sempre tivemos para superar os bloqueios, traduz nesta comemoração, o mérito que

sermos as Assistentes Sociais que somos. Lembramos que estas características profissionais foram obtidas pela eficiente atuação de nossos professores e supervisores, pela integração nos campos de trabalho e pelo conhecimento da problemática vivenciada.

Assim escrevia Maria José Cavalcanti em seu discurso por ocasião desta comemoração, reconhecendo a atuação das religiosas na formação destas profissionais.

Ali estavam elas, entregues à sociedade alagoana ocupando postos nas mais variadas instituições, verdadeiros frutos das Missionárias de Jesus Crucificado na Escola Padre Anchieta. Estas Assistentes Sociais ocuparam cargos nas várias repartições públicas de nosso Estado, no âmbito federal e estadual. Algumas delas tornaram-se professoras do Curso de Serviço Social, agora pertencente à Universidade. Ocuparam a Secretaria Estadual de Ação Social e até o Ministério da Ação Social, do governo Collor, assumido por Margarida Procópio, que havia sido formada pela Escola Padre Anchieta.



Foto 01: Comemoração da passagem dos Dez anos da Escola de Serviço Social Padre Anchieta

01- Almira Alves Fernandes
 02- Idailza dos Santos Beirão
 03- Magda Almeida Wanderlei
 04- Madre Zilda Galvão Leite

05- Maria do Carmo de Lima Veras
 06- Maria Correia Crispim
 07- Maria José Cavalcanti de Lima
 08- Moema Santana Correia

2. AS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO E A VIDA RELIGIOSA

Para conhecermos todos os lados da construção histórica das mulheres nos seus mais variados aspectos, teremos que compreender e procurar superar todos os conflitos, buscando dar um salto na construção de uma nova história, resgatando a contribuição das mulheres ao longo do tempo. Mary Del Priori nos diz:

A história das mulheres é relacional, e inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral: a do Brasil, ou mesmo aquela do Ocidente cristão. (1997. p.08)

Observaremos que cultural e socialmente a condição da mulher sempre foi de submissão nos seus mais variados aspectos, porém também de desafios e luta por superação. Nem sempre vitoriosa, mas nunca de acomodação. Como Rose Marie Muraro nos explica:

Se considerarmos a cultura como princípio organizador das sociedades humanas, observaremos que ela terá de ser definida como princípio que determina a relação do ser humano consigo mesmo; com os outros seres humanos; com os seres do outro sexo; com o meio ambiente em que o grupo vive e, finalmente, com a transcendência. (1991. P. 115)

As relações homens e mulheres foram definidas culturalmente dentro de determinantes de poder patriarcal, embora nem sempre tenha sido assim. Pouco se fala sobre as sociedades matriarcais ou matricêntricas, onde o poder era exercido pela mulher. Nas sociedades patriarcais, as relações de poder entre os sexos eram determinadas pelo homem em todos os aspectos da vida em sociedade. Desde a divisão do trabalho, ao homem era atribuído o sustento e à mulher o cuidar da casa e dos filhos; ao homem o espaço público e como consequência o espaço religioso. (Muraro,1991. p. 115)

No aspecto religioso, as relações foram sempre reflexos das relações socialmente construídas, com alguns matizes, e exceções. Por exemplo: a sociedade avançou com relação aos espaços conquistados pelas mulheres na Igreja no que se refere à participação das mulheres na hierarquia do poder. Partindo da participação das mulheres no Movimento de Jesus e posteriormente na construção da Igreja Cristã. Essa participação foi negada e

distorcida. Nos escritos aparecem sempre como colaboradoras, figurantes espectadoras, objetos de curas. Quase nunca como protagonistas. Em alguns relatos, como os que encontramos nas cartas paulinas, é muito provável que as mulheres tivessem tido um papel ativo e participante na construção da Igreja Primitiva. Paulo ainda procura demonstrar que as mulheres trabalharam lado a lado com ele, em pés de igualdade, com direitos e responsabilidades iguais aos homens, o que não era comum naquela sociedade, sendo elas protagonistas na história da Igreja.

Paulo afirma que as mulheres trabalharam com ele em pé de igualdades. Fl.4,2-3 afirma explicitamente que Evódia e Síntique “combateram” lado a lado com ele. Como numa corrida atlética, essas mulheres competiram lado a lado com Paulo, Clemente e o resto dos co-missionários de Paulo na causa do evangelho. (Fiorenza. 1992, p.202)

Assim a relação da mulher com a Igreja é marcada pela negação, subordinação e conflito numa conjuntura social extremamente machista e patriarcal, e com poucas possibilidades de acesso ao poder ou de ocupar cargos na hierarquia religiosa. Muito embora ao longo da história já tenham dado provas de capacidade intelectual, moral e prática de exercê-los nas poucas e escassas oportunidades que tiveram em exercê-los. Em algumas Igrejas cristãs essa relação já avançou. São pastoras, diaconisas e bispas. Não sabendo se esse processo foi mais ou menos traumático, ou quais aspectos ficaram pelo caminho. O mais importante é que já avançou, não nego que muito ainda precisa ser conquistado. Enquanto que na Igreja Católica o sonho de Irmã Marlene²³, que queria ser padre e de tantas outras continuam sendo sonhado. Continua sendo negado. Continuamos no processo de negação e até mesmo de perseguição por aqueles que não ousam ao menos acreditar nessa possibilidade.

A contemporaneidade contribuiu muito para a inserção da mulher como sujeito de sua própria história. Entretanto, as relações sociais de sexo ainda são desiguais, principalmente no campo religioso. Um exemplo disso está no fato de que algumas mulheres, possuidoras de carisma, não podem exercer funções de liderança em suas comunidades locais por serem simplesmente mulheres. (In revista IHU- on- line 210)

As transformações ocorridas no decorrer do século XX marcaram a história da vida religiosa feminina no Brasil. A prática junto aos pobres tornar-se um elemento imperativo e legitimador de seu engajamento enquanto religiosas. Como Maria José Nunes Rosado Nunes nos diz:

²³ Irmã Marlene, Missionária de Jesus Crucificado foi Vigária de Paróquia sem Padre no Município de Nísia Floresta na Arquidiocese de Natal.

De fato, uma parte delas não coloca mais a instituição, sua congregação e, no limite, a igreja, como referência primordial ou como espaço privilegiado para a realização de seu projeto de vida. São a prática junto aos pobres, a “comunhão de vida” com eles e a participação em “suas lutas”, os elementos legitimadores de seu envolvimento como religiosas. (1997, p. 506)

O Concílio Vaticano II, realizado nos anos 60, a Igreja respondeu aos apelos sociais do mundo. O Concílio veio propor profundas mudanças internas para a Igreja Católica, também em seu relacionamento com as outras igrejas e com a sociedade. Como conseqüência ocorriam também mudanças na estrutura e na vida das religiosas, como forma de integração com esse novo modo de pensar e de ser igreja.

O Concílio insistiu na imperiosa necessidade de repensar a situação da Igreja no mundo e sua responsabilidade ante o mundo, e afirmou que a Igreja, seja qual for sua ulterior determinação específica, não pode abdicar de sua necessária encarnação e responsabilidade no mundo real. Isto significa o fim da auto compreensão eclesial autônoma, que eficazmente se absolutizava a si mesma, como se o que ocorre no mundo e na história não a tocassem na compreensão teológica de sua identidade e de sua missão. (Codina, 1993. P.183)

De acordo com Beozzo, (1985) a Igreja Católica no Brasil havia se preparado para o Concílio através dos trabalhos e experiências episcopais que já vinha desenvolvendo, principalmente nos estados da região Nordeste. Esses trabalhos ajudaram muito no processo de discussão não somente do Concílio e também na realização do Plano de Pastoral de Conjunto

Neste Tempo, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), fundada em 1957, que antes mesmo da realização do Concílio suscitava mudanças na vida religiosa, veio reforçar as mudanças propostas pelo Vaticano II.

A CRB foi das primeiras Conferências de Religiosos criadas no mundo. Já bem antes do Concílio Vaticano II que as recomendou, ela se havia organizado e adquirido fisionomia própria. Foi assim um elo a mais na evolução da Igreja no Brasil, principalmente após a criação da CNBB, dois anos antes. (Azevedo,1982,p 45)

As conseqüências do Concílio para as religiosas desse tipo de compreensão do projeto religioso foram aos poucos sendo incorporadas. Houve um processo de organização no qual algumas religiosas que já vinham participando de trabalhos nessa linha, como foi o caso de Irmã Irany que através da Conferência Latino Americana de Religiosos (CLAR) ajudou a preparar as congregações religiosas para esse novo tempo. Posteriormente, percebe-

se, porém, uma nova retirada das religiosas do novo campo de missão do sugerido com o Vaticano II. A Igreja vai tentar cessar essas experiências de inserção, justamente pela perda de muitas vocações e por outras causas. A falta de apoio eclesial também foi uma das causas do recuo. As Religiosas retornaram aos seus conventos. Nunes pergunta-nos:

Ainda se conhece de fato, muito pouco da vida das religiosas no Brasil. Quem são elas? Onde vivem? Como vivem? De que alegrias e dores, sonhos e frustrações são tecidos o seu cotidiano? (1997, p. 507).

A segunda metade do século XX trouxe a modernidade e com ela uma crise de valores, que atingiu internamente a vida religiosa. O processo de urbanização e de industrialização acelerado e a ligação da economia ao capital internacional, aliado aos meios de comunicação de massa, principalmente a Televisão, proporcionaram novos comportamentos.

A realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) está ligada às alterações profundas da Igreja. A Igreja compreendia de forma nova a sua presença de mundo.

O cristão deveria agora “inserir-se no mundo” e ser um “fermento na massa” para usar expressões da literatura religiosa de época. Influenciar a sociedade baseando-se em ideais cristãos passou a ser um dever imperativo dos fiéis católicos (Nunes, 1997, p.496).

O movimento bíblico teve a sua importância neste momento de mudanças do século XX. O contato com o Deus de Jesus Cristo serviu para rever a imagem de Deus – Pai, não mais autoritário, que o mundo católico machista adotava. Descobriram-se novos valores.

Era bem diferente o discernimento da vida religiosa. Os fundamentos estavam na “*fuga mundi*” ou “separação do mundo”. O ideal religioso exprimia-se na negação de valores, comportamentos e normas da sociedade vigente. Tudo na vida religiosa devia ser diferente para marcar uma “distinção” do mundo. Daí justificarem-se os pesados hábitos, os altos muros das casas religiosas ou colégios, os horários rígidos, as exigências de silêncio às refeições, a obediência estrita, as penitências, tudo isso criava um mundo à parte.

A princípio os “capítulos de renovação” cuidaram, sobretudo com a troca de hábito por roupas comuns e as residências por pequenas casas ou apartamentos. Ressaltavam agora o início das mudanças, com isso retira-se a tranquilidade das casas religiosas inserindo-se no meio do povo.

É um fato incontestável que a vida religiosa vem se questionando, pelo menos, há duas décadas, sobre o tipo tradicional de sua presença na Igreja e na sociedade e vem, conseqüentemente, buscando formular nova estratégia em vista de uma Vida Religiosa mais adequada à Igreja do Vaticano II, Medellín e Puebla, mais adequada à vida de nosso povo. (Teixeira, 1982, p 9)

A mentalidade moderna, com a valorização das pessoas, com a representação dessacralizada da vida, incorporaram-se à visão do mundo das religiosas. Agora fala-se mais em realização pessoal que em “sacrifício pessoal”. O incentivo ao relacionamento interpessoal substituiu o medo das “amizades particulares” ou mesmo suspeitas. A democratização atinge as escolhas das superiores, que passam a serem eleitas pelos grupos e não mais nomeadas. O novo Código de Direito Canônico, de 1983, diferenciava para as religiosas as instruções fornecidas como “não saíam de casa sozinhas”. O mesmo não se refere aos religiosos. Enfim, a grande novidade de agora era viver “como os outros”, de viver a realidade como acontece “lá fora”. Agora, não mais “separadas” do mundo.

Nesse clima de mudanças, de um novo modo de viver sua relação com o mundo as religiosas foram estimuladas à profissionalização, a seguirem cursos superiores. Assumiram também outras funções além do ensino e da enfermagem. A Igreja, por sua vez, assumia cada vez mais o campo social, com as pastorais criativas e movimentadas, advindas com o sopro do Vaticano II.

Esse clima moderno agitava o interno das Igrejas, que onde encontraram agentes mais ativos, que fizeram gerar grandes novidades. Documentos da Igreja afirmavam o chamado de religiosos e também de freiras para trabalhos pastorais cada vez mais imperativos.

Em Puebla, encontramos destaques referentes à mulher e à sua participação na realidade temporal: *“A mulher deve estar presente nas realidades temporais, contribuindo com seu ser próprio de mulher para participar com o homem na transformação da sociedade.” (DP, 848).* Internamente, a mulher, em Puebla, foi reconhecida como evangelizadora, resgatando assim sua presença, apesar de ter sido subestimada na Igreja.

A mulher deve contribuir eficazmente na missão da Igreja, não como recurso suplementar de hierarquia, mas como agente de pleno direito e como parte da comunidade eclesial tanto na coordenação pastoral quanto na tomada de decisões e na coordenação de tarefas. (DP, 845).

A resposta a esse chamado faz destas mulheres verdadeiras discípulas no sentido do anúncio e do serviço como nas comunidades da igreja primitiva onde as mulheres exerciam este tipo de ministério.

“Lucas mostra que de fato as mulheres exerciam de fato o ministério de anunciar a Palavra do Reino de Deus e sua realização na ressurreição” (Arns, 2004 p.246).

Também Paulo, encontramos o trabalho, em conjunto, de homens e mulheres, servindo juntos na comunidade, a exemplo de Febe, que é nomeada diaconisa de Cêncri. Isto reforça que o servir, não se referia simplesmente a serviços domésticos e inferiores, mas, de forma mais ampla, tratava-se de um verdadeiro serviço eclesial.

As religiosas ocuparam cargos de coordenação ou secretariados em organismos paroquiais, regionais e até nacionais. Alguns bispos também ousaram chamá-las para a promoção humana ou a busca de formas novas de comunidade. A aproximação da hierarquia da Igreja reorientava assim o trabalho das congregações que continuavam com seus trabalhos específicos, mas então possuíam a novidade de um serviço mais direto pastoralmente. Esse fato levou muitas religiosas ao trabalho em paróquias e dioceses.

A formação profissional das religiosas influenciou bastante na mudança e diferenciação de serviços. Por exemplo: as Missionárias de Jesus Crucificado já atuavam na direção de outras Escolas de Serviço Social em outros Estados, antes de virem para Maceió. A Escola de Maceió surgiu dentro desse contexto de necessidade de mudança e renovação social. Assim, as Missionárias tornaram-se portadoras de uma grande consciência cidadã, ao formar agentes de mudança social em terras alagoanas, quando, neste contexto histórico, formaram as primeiras Assistentes Sociais. A esta experiência devemos acrescentar o trabalho pastoral desenvolvido na Paróquia de União dos Palmares. Mais tarde, em Maceió, durante alguns anos, coordenaram o projeto denominado de Escola de Ministérios, onde, de intensivamente preparavam agentes de pastorais para um momento específico da Igreja. Hoje, elas podem ser encontradas recolhidas em sua humilde residência em um dos bairros da cidade de Maceió.

Vimos as religiosas assumirem tarefas no mundo, enquanto a maioria das mulheres ainda estava “no lar”. Condizendo com a história das mulheres na sociedade, as freiras foram pioneiras em assumirem serviços de educação na direção de colégios, na saúde

pela assistência que prestavam aos enfermos nas já conhecidas Santas Casas de Misericórdia e no campo da assistência social.

Mesmo assim, mulheres e homens viviam diferentemente seus papéis religiosos, porque a sociedade os tratava de forma diferenciada. São eles, os homens que ditam as normas e regras da vida religiosa pela própria posição que ocupam na hierarquia da igreja. No entanto, nem por isso as religiosas podem ser tomadas por passivas receptoras das ordens masculinas. “A história da vida religiosa feminina no Brasil é marcada por submissão e transgressões, passividade e criatividade,” (Nunes.1997, p.482).

Historicamente, no Brasil Colonial, houve sérias restrições à constituição de conventos, por causa de política populacional.

Ainda que, em princípio, elas pudessem como os homens, decidir pelo casamento ou pela vida religiosa, de fato, esse direito de escolha acabava negado às mulheres. Os conventos estavam no centro da política demográfica portuguesa para a colônia; eram proibidos ou incentivados segundo os interesses sóciopolíticos e econômicos em jogo (Nunes 1997, p. 485).

Com um toque de inteligência criaram-se casas de “recolhimento”, casas de reclusão, que mais tarde podiam tornar-se conventos, mas não canonicamente. O primeiro recolhimento foi erigido em Olinda em 1576. Trata-se da Ordem Terceira Franciscana, dirigido por Irmã Maria Rosa. (Nunes, 1997, p. 485).

Sobre esses recolhimentos convêm anotar a defesa de Isabel Maria, quando questionada pelo bispo sobre a existência de seu “convento clandestino”:

Com uma ousada carta de próprio punho, na qual [...] diz que jamais pediu licença para viver piedosamente em sua própria casa, com suas parentas e amigas, pois não crê que seja necessário pedir e que ninguém lhe poderia negar o direito de viver virtuosamente (Nunes, 1997, p. 485).

Por outro lado, a exigência de pureza de sangue para o ingresso no convento significava a interdição para mestiças e para filhas de judeus, chamados “cristãos novos”. Dessa forma, ter uma filha no claustro tornava-se um fator de prestígio social. Para as mulheres brancas, das classes altas, os conventos serviram muitas vezes para recolher as que não tinham encontrado casamento ideal ou para impedi-las de algum casamento não desejado. Contam-se histórias de mulheres enclausuradas contra a própria vontade. Incluímos nesse momento o fato notório de bebês deixados em asilos e orfanatos, frutos de uniões ilícitas de

mulheres “de boa linhagem”, que eram acolhidos anonimamente através de uma caixa giratória externa, chamada Roda dos Expostos. (Nunes, 1997, p. 488).

Os conventos e os recolhimentos segundo Maria José Rosado Nunes, foram, sem dúvida, lugares de submissão, mas também lugares de revanche. Assim escaparam de casamentos não desejados, bem como aquelas que pediram divórcio de seus maridos que as maltratavam fisicamente e dissipavam sua herança. Digno de observação foi o fato de os conventos terem sido, por muito tempo, um dos poucos lugares em que as mulheres aprendiam a ler e a escrever, até o século XIX. Por outro lado também, a exigência de um dote colocava uma barreira praticamente intransponível para a entrada de mulheres brancas pobres em uma casa religiosa. Muitas mulheres foram recebidas como escravas a serviço das religiosas professoras. Houve tentativas de criação de instituições religiosas para mulheres mestiças ou brancas pobres, mas tais permissões foram negadas, até o final do século XVIII. Até a saída das freiras da clausura para as ruas, muitos mistérios foram vivenciados a duras penas por mulheres que sempre ou quase sempre foram colocadas em segundo plano. (Nunes, 1997, p.486).

Numa conjuntura social extremamente machista e patriarcal, e com poucas possibilidades de acesso ao poder ou de ocupar cargos na hierarquia da Igreja, as mulheres foram abrindo espaço ocupando todas as funções que lhes fora possível. E assim ao longo da história deram provas de capacidade intelectual, moral e prática de exercê-los nas poucas e escassas oportunidades que tiveram. A Igreja Católica continua negando, chegando mesmo a perseguir quem ousa ao menos acreditar e expressar essa crença na possibilidade de um presbiterato feminino, apesar da contribuição que comprovadamente que já deram.

2. 1 - As Missionárias de Jesus Crucificado

As Missionárias de Jesus Crucificado, um grupo de jovens organizado por Maria Villac, em Campinas no Estado de São Paulo, onde teve início como Associação e posteriormente a convite de Dom Barreto, elas tornaram-se Congregação Religiosa. A vida em comunidade começou em um espaço cedido pela família Villac. Neste tempo apresentaram a Dom Barreto, Bispo de Campinas a proposta de regulamento para se tornarem associação com uma descrição dos trabalhos que até então desenvolviam. Eram 11(onze)

jovens que desenvolviam os trabalhos de catequese, visitas às famílias carentes e orações. Atuavam principalmente nos bairros mais carentes de Campinas.

Em 1927, o grupo já contava com cinco anos de existência, quando recebeu de Dom Barreto a proposta de transformar a associação em congregação religiosa. Em 03 de maio de 1928, nascia a Congregação Religiosa das Missionárias de Jesus Crucificado. A partir de então o grupo se organiza e diferentemente das demais Congregações existentes naquela época, as missionárias desenvolveram trabalhos nas ruas da periferia, não usavam hábitos religiosos e faziam o apostolado, à noite, enquanto a maioria das congregações religiosas não ousava fazê-lo. Possuíam um forte espírito de família, constatado no relacionamento entre as irmãs e também com suas próprias famílias. Podemos também constatar esse espírito de família no relacionamento das irmãs no trabalho desenvolvido na comunidade de Nísia Floresta, em 1963. Foi a primeira paróquia sem padre confiada a religiosas. Trabalho pioneiro no mundo, o qual foi denominado de vigárias de paróquia sem padre.

Os trabalhos que inicialmente eram de catequese, posteriormente ampliaram-se e se dava também em forma de visitas, reuniões com operários, obras de misericórdia e no envolvimento com a Ação Católica e com o Movimento por um Mundo Melhor.

Em 1955, as Missionárias organizaram o departamento de Estatística da Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil (CRB). Este departamento posteriormente deu origem ao CERIS. Neste departamento as Missionárias atuaram até 1970, quando foram solicitadas para assumirem o Serviço de Estatísticas do Vaticano, onde lá permaneceram por 11 anos. Sendo a primeira congregação religiosa a realizar um trabalho no exterior, embora não fosse uma atividade missionária. Trabalharam ainda no Secretariado Nacional do Apostolado das Religiosas, criado pela CNBB, em 1965, dentro das propostas de atividade da Pastoral de Conjunto, que tinha como objetivo encorajar a renovação da estruturas congregacionais.

Irmã Irany Bastos foi enviada pela Confederação Latino América de Religiosos (CLAR) para Roma durante a realização do Concílio Vaticano II. De acordo com seu relato, esta experiência proporcionou a convivência com outras religiosas, e tinha como objetivo ajudá-las na compreensão das mudanças que estavam ocorrendo em toda a América Latina. Foram ajudadas pelo Cardeal Suenens a programar o “aggiornamento” das Congregações Religiosas femininas. “Estive em Medellin”, assim escrevia Irmã Irany em seu relato quando

da sua participação nesta Conferência. Em sua participação na II Conferência Episcopal, em Medellín, Irmã Irany chamava a atenção para a participação das religiosas. Segundo ela encontrou muitas religiosas foram encontradas colaborando na organização do evento. A maioria delas realizando trabalhos domésticos, outras nos trabalhos da secretaria, porém apenas cinco eram participantes e mesmo assim sem direito a voto. Sem tecer maiores comentários, mas pelo simples registro que Madre Irany Bastos fazia desta observação por ela realizada, demonstrou sua consciência crítica quanto à participação feminina nas importantes discussões e decisões que a Igreja Católica realizava naquele momento. Mais uma vez não foram convidadas a plena participação na tomada de decisão de sua própria igreja, ficando seu papel restrito à mera colaboração²⁴.

2.2 - As Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta

A primeira experiência das Missionárias de Jesus Crucificado na Arquidiocese de Maceió, aconteceu em 1955, quando aqui vieram a convite de Dom Adelmo Cavalcanti Machado para assumirem a direção de uma Escola de Serviço Social.

O trabalho das Missionárias de Jesus Crucificado com a formação em serviço social era conhecido nacionalmente, pois naquele momento o Brasil contava com a existência de 24 escolas de Serviço Social, sendo que 10 eram entregues às religiosas e 08 eram administradas pelas Missionárias de Jesus Crucificado.

A criação da Escola encontra-se registrada no livro de Atas da Fundação Arquidiocesana, página 08, com a presença de uma das religiosas na reunião, datada de 09 de dezembro de 1955. Neste registro, Zilda Galvão Leite foi apresentada por Dom Adelmo para ser a diretora da recém criada escola, onde consta também a sua assinatura no referido Livro de Atas. Já nos livros de Tombo da Arquidiocese de Maceió as referências quanto à presença das religiosas datam apenas de 1956, por ocasião da carta que Dom Adelmo escreve ao Sindicato dos Usineiros. Uma observação que podemos constatar é quanto aos registros nos livros de Tombo é que estes eram, às vezes, realizados muito tempo depois, o que torna difícil precisar os fatos ora relatados.

²⁴ Relato de Madre Irani Bastos (mimeo).

Madre Zilda Galvão faz parte desta primeira equipe de Missionárias. Elas foram as responsáveis pela criação da Escola e dos primeiros anos da nova instituição. Desde a elaboração do regimento, à formalização do currículo, passando pela divulgação até a realização do primeiro vestibular, em todos estes momentos elas estiveram presentes. Foi Madre Zilda que junto com o Arcebispo lutou pelo processo de legalização da Escola junto ao Ministério da Educação no Rio de Janeiro.

Para a elaboração do regimento foi constituída uma comissão, composta pelas religiosas, leigos, representante do clero, além do próprio Arcebispo. Os membros eram: Madre Zilda, Monsenhor João Batista Wanderley, Senhor Roldão Oliveira e Dom Adelmo Machado²⁵. Já o processo para a autorização e reconhecimento da Escola foi elaborado durante todo o ano de 1956. Dom Adelmo, junto com Madre Zilda, viajaram ao Rio de Janeiro para tratar do referido processo junto ao Ministério da Educação, sendo o mesmo aprovado em janeiro de 1957²⁶.

A superiora Madre Zilda Galvão muito auxiliou a Sua Excia Reverendíssima nos primeiros passos quer na organização da casa, quer no Rio de Janeiro, onde esteve para os preparativos da aprovação da escola. (livro de tombo n.º. 14).

Na etapa seguinte, as religiosas iniciaram o processo de divulgação da instituição junto à sociedade local. A divulgação constou de distribuição de prospectos da Escola, da realização de palestras nas Escolas secundárias, e de notas no Jornal “O Semeador (imprensa oficial católica)”²⁷, e demais órgãos da imprensa local. Outra estratégia de divulgação utilizada pelas religiosas foi a realização de palestras com diretoras de Escolas de outros Estados, conforme relatamos anteriormente com a vinda da Diretora da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Quando iniciado o funcionamento da Escola foi intensificado também o trabalho das Missionárias para formação das futuras Assistentes Sociais, o que foi determinante para a profissão e para todas as ações de cunho social desenvolvidas no Estado. A responsabilidade era muito grande, por isso o zelo e o rigor na condução da escola foi um fator marcante da primeira direção, o que levou Madre Zilda a ser considerada rigorosa e conservadora pelas alunas. Durante o ano letivo as conversas que ela tinha com as alunas eram conhecidas como

²⁵ Livro de Atas da Fundação Arquidiocesana de Serviço Social, p.08 v.

²⁶ Livro de Tombo da Arquidiocese de Maceió n. 14 p.224.

²⁷ O Semeador, jornal da igreja católico fundado em 1913, que durante muito tempo foi de grande circulação no Estado.

“peneira”. Estas conversas nada mais eram que uma análise, onde era analisado em cada uma o perfil adequado ao exercício da futura profissão. Com isso, a turma foi aos poucos esvaziando e o grupo que começou com dezenove alunas terminou apenas com dez.

O esforço das primeiras religiosas para a implantação e implementação da Escola foi muito grande, pois era parte integrante do corpo docente, ministravam aulas, assumiam a Secretaria da Escola e da Supervisão de estágio. Realizaram ainda abertura e supervisão de todos os campos de estágio. Procuraram instalar campos de estágios nos trabalhos sociais que a Arquidiocese já desenvolvia como foi o caso do Posto de Puericultura do bairro do Pinheiro e também junto aos órgãos do Governo. Onde não existia procuraram criar como foi o caso da Usina Alegria e do Bairro do Trapiche da Barra. Neste local, o campo de estágio foi aberto pela Diretora, contando com o apoio do pároco e de membros da comunidade.

A vida universitária da Escola era completada pela política estudantil, como a criação do Diretório Acadêmico Artur Ramos, ainda no primeiro semestre de 1957. Um momento marcante na vida estudantil foi o movimento conhecido como a greve de um terço, onde os estudantes reivindicavam o direito à participação de um terço nos conselhos universitários. Contrariando a vontade de Madre Zilda, as alunas da Escola aderiram ao movimento. A legitimidade do referido movimento não foi reconhecida pela Direção da Escola. Como consequência as alunas tiveram que fazer trinta e três provas como forma de punição comprometendo o ano escolar e causando desagrado no meio estudantil, o que levou a Escola a ser vista por alguns como um mero colégio de freiras. Este movimento foi amplamente divulgado pela imprensa local.

A participação em programas universitários, como eleições estudantis, congressos acadêmicos e seminários se dava através do Diretório Acadêmico. A primeira Presidente do Diretório foi a aluna Almira Alves. A partir de então a atuação não mais parou. De acordo com a ex-aluna Jacyra Seixas, em sua dissertação de mestrado, o movimento estudantil era dividido em duas correntes: uma corrente originária da Ação Católica, e outra corrente, de ordem filosófica e sociológica, que procurava fazer uma discussão em linha marxista. No entanto, em seu primeiro momento, o movimento estudantil vivia uma espécie de atrelamento à Direção da Escola.

Superando todas as dificuldades e vencendo desafios, muitos deles oriundos do pioneirismo da tarefa de implantar em uma sociedade, com as características peculiares da sociedade alagoana, e ainda sem o apoio dos órgãos governamentais, a Escola de Serviço Social Padre Anchieta formava sua primeira turma em abril de 1961. Madre Zilda e equipe cumpriram com mérito sua missão de desbravar as terras alagoanas e pela primeira vez entregar à sociedade alagoana, profissionais qualificados para atuar na política de Assistência Social.



Foto 01: Formatura da Primeira Turma de Serviço Social da Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Maceió. Fonte: arquivo particular da ex-aluna Maria José Cavalcante.

A segunda direção da Escola foi entregue a Madre Zely Perdigão Lopes, que com seu estilo próprio, adota uma linha mais progressista, porém dando continuidade às ações iniciadas aqui no Estado por Madre Zilda em tudo o que se referia à formação das Assistentes Sociais. Sobre sua atuação detalhamos no terceiro capítulo.

2.3 - Exemplo de Vanguarda

A efervescência da década de 60 marca profundamente a Igreja Católica e a sociedade de uma forma geral, especialmente a América Latina. Foi uma época de intensas transformações no mundo e conseqüentemente na Igreja. Na sociedade, as transformações advindas com os processos de industrialização, o acelerado processo de evolução dos meios de comunicação de massa e os movimentos feministas foram marcas daquele momento social, bem como as diferenças que se acentuavam entre os países de Primeiro e Terceiro Mundo. Na Igreja, o Concílio Vaticano II veio provocar alterações dentro da estrutura da Igreja, nos seus mais variados campos de ação pastoral. A proposta agora era que “O cristão deveria ser fermento”. Como conseqüência propõe alterações na vida das religiosas.

Após o Concílio, os bispos latino-americanos cuidaram de realizar em terras próprias o espírito eclesial de renovação deixado pelo Vaticano II. Assim em Medellín a Conferência dos Bispos Latino-americanos, seria de muita importância para os caminhos da Igreja latino-americana. É a Igreja que se volta especificamente para o homem deste continente.

Reunida em Medellín, “a Igreja latino-americana situou no centro de sua atenção o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico. Assim sendo, não se acha desviada mas voltou-se para o homem, consciente de que para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem” (Catão, 1998, p.265)

Condizendo com este momento de mudanças dos anos 60, em Alagoas, as Missionárias continuavam suas lutas na consolidação do Curso de Serviço Social. Em outro Estado da Região Nordeste estas mesmas religiosas iniciavam um novo desafio.

A cidade de Natal, no Rio Grande do Norte viveu pastoralmente um excelente momento histórico, o que favoreceu ao desenvolvimento deste e de outros trabalhos. Figuras consideradas de peso circularam em Natal. Nomes como de Frei Valfredo Teppe, Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), Padre José Marins com o “Movimento por um Mundo Melhor” entre outros. Segundo relato de Padre Otto Eufrásio de Santana, grandes idéias, como o MEB, os Sindicatos Rurais e a Educação Política, surgiram em Natal.

Neste clima pastoral, as Missionárias de Jesus Crucificado foram convidadas pelo então Administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal, Dom Eugênio de Araújo

Sales, para assumirem a experiência pioneira no mundo de serem vigárias de uma paróquia sem padre.

Com o carisma de ir ao povo e a missão de servir, assim as Missionárias assumiram esta nova tarefa. O Trabalho foi implantado no município de Nísia Floresta²⁸, que ficava a 25 km de Natal. Com uma população de 10.300 habitantes e de fácil sobrevivência graças à região ser rica na pesca de camarão, porém, um município carente e sem assistência, o que poderia dificultar mais ainda o trabalho das religiosas.

Efetivamente, o trabalho teve início em três de outubro de 1963, logo após o lançamento do Plano de Emergência da CNBB, muito embora toda a discussão e preparação tenham acontecido desde maio deste mesmo ano. Pois, de acordo com Elizabet Fiorenza essa proposta constava da integração das religiosas no trabalho pastoral das dioceses como proposta do Plano Pastoral de Conjunto.

A Igreja então convocou religiosas para que se integrassem ao trabalho pastoral desenvolvido nas paróquias e dioceses. Textos das décadas de 1960 e 1970 - documentos oficiais dirigidos a religiosos, e literatura corrente - exortavam as freiras à integração no trabalho pastoral, lembrando o caráter eclesial da vida religiosa. Um deles é bem significativo. Trata-se dos resultados do Plano de Emergência, elaborado pelo episcopado nacional em 1962. (Fiorenza p.502)

Duas razões que justificavam a escolha por Nísia Floresta: a primeira, o município de Nísia localiza-se próximo de Natal, o que facilitaria a assistência de que as religiosas poderiam necessitar; a segunda, Dom Eugênio, havia decidido iniciar uma experiência com mulheres no comando de uma paróquia. E isto justamente, no município de nascimento de uma mulher também pioneira na história do feminismo no Brasil.

A proposta consistia em transformar aquela paróquia em uma comunidade viva, de culto e fé. A atuação das irmãs era de ação, reflexão e oração, o que também lhes serviam de reforço e apoio na hora do desânimo. Inicialmente, o trabalho das religiosas fora de

²⁸ Nísia Floresta foi educadora e antropóloga, escritora e poetisa, nascida em 12 de outubro de 1810, em Papari, Rio Grande do Norte. Foi batizada como Dionísia Gonçalves Pinto, mas ficou conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nísia é o final de seu nome de batismo. Floresta, o nome do sítio onde nasceu. Brasileira é o símbolo de seu ufanismo, uma necessidade de afirmação para quem viveu quase três décadas na Europa. Augusta é uma recordação de seu segundo marido, Manoel Augusto de Faria Rocha, com quem se casou em 1828, pai de sua filha Lívia Augusta. Destacou-se na luta abolicionista e também sobre a emancipação feminina, que mereceu uma apreciação favorável de Augusto Comte, pai do positivismo. Nísia faleceu em Rouen, na França, aos 75 anos a 24 de abril de 1885, de pneumonia. Em 1954, quase 70 anos depois, seus despojos foram trasladados para o Rio Grande do Norte e levados para a sua cidade Natal, Papari, que já se chamava Nísia Floresta.

conhecer a Paróquia e seus habitantes, apresentar-se a eles, independentemente se eram católicos ou não. Bem como dar-lhes assistência espiritual, ouvir, realizar batizados, casamentos e celebrações, Estes dentre outros foram alguns dos trabalhos desenvolvidos pelas religiosas. Somente não realizavam os sacramentos da Confissão e da Eucaristia. *Essa substituição era evidentemente parcial porque nunca puderam presidir o ritual Eucarístico ou ouvir os fiéis em confissão. (Fiorenza P.502)*

Usando uma dinâmica própria, características do trabalho feminino, procuraram dinamizar a comunidade e envolver o povo naquilo que realizavam. Preocuparam-se em formar lideranças. Frequentemente, as Irmãs realizavam serenatas na Praça da Matriz e o Lucernário (Celebração das luzes). Apesar da existência oficial de um vigário que celebrava todos os domingos, eram as religiosas as responsáveis pela coordenação de todos os movimentos da Paróquia. Com direito também à participação na reunião do clero, que se reunia regularmente todas as quartas-feiras.

Envolver os habitantes no trabalho foi talvez a mais importante de todas as características. O trabalho era voltado para o povo, especialmente para os mais simples. Eram para eles que elas estavam ali. Segundo Padre Otto, que foi Vigário de Nísia, em 1965, o trabalho era desenvolvido basicamente através do contato pessoal, na maioria das vezes em visitas casa a casa. Isto nos faz lembrar a Igreja Primitiva onde os primeiros cristãos se reuniam nas casas. Onde as mulheres os acolhiam era a chamada igreja na casa delas. Inicialmente, estas visitas tinham como objetivo conhecer a população e também se apresentarem para ela, se colocarem a serviço. Fazer um mapeamento do município era outro objetivo. Posteriormente as visitas foram realizadas com o intuito de convidar os habitantes para as atividades da Paróquia e celebrações, que passaram a ocorrer com maior frequência na cidade e nos povoados.

No que se refere à sobrevivência das religiosas o povo passou a ser seu parceiro e colaborador. Não lhes faltava nada dentro da simplicidade com que viviam. Sempre que necessitavam de algum alimento era comum alguém da comunidade aparecer na sua porta com exatamente aquilo de que estavam necessitando naquele momento. Esse mesmo povo foi quem primeiro aceitou e apoiou a experiência, reagindo positivamente e participando das atividades propostas pelas religiosas. É claro que existiram dificuldades. A carência da população, a falta de compreensão por parte de alguns poucos, que as próprias religiosas com muita habilidade souberam superar e a divulgação prematura da experiência também

dificultou um pouco o trabalho. Pois Nísia passou a ser invadida por pessoas do Brasil e do exterior para conhecer a experiência. A atenção que as religiosas tinham que dedicar aos visitantes fazia com que, às vezes, deixassem de fazer algumas de suas atividades propostas. A freqüente mudança das religiosas também foi outro fator que dificultou um pouco, o que foi superado graças ao empenho e diálogo de Padre Otto. As vitórias e os avanços conquistados com o decorrer do trabalho se deram a longo prazo. E assim a experiência de Nísia Floresta durou 25 anos e foi amplamente divulgada na Igreja e no mundo. Outras paróquias foram criadas posteriormente a ela, porém hoje pouco se sabe sobre elas.

A ligação e o apoio entre as diversas casas existentes era outra característica marcante desta Congregação que vivia em espírito de família. Apoiavam-se mutuamente. Este fato pôde ser percebido em diversos momentos, pela presença de membros da congregação para fazer palestras na Escola Padre Anchieta nos momentos que antecederam sua criação. Um deles em especial que aqui merece registro, quando em 29 de outubro de 1963, já na administração de Madre Zelly, um grupo formado por trinta e cinco alunos da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, acompanhado por três missionárias, foi visitar e conhecer o trabalho desenvolvido pelas missionárias em Nísia Floresta.

2. 4 - As missionárias de volta às terras alagoanas

Muito embora homens e mulheres tenham cada um a sua maneira muito particular e específica de se relacionar com a religião e com a Igreja, a dedicação, atuação e a capacidade das mulheres no desempenho das atividades dentro desta mesma Igreja são inegáveis e comprovadas desde a Igreja Primitiva até os dias de hoje.

Depois de alguns anos as missionárias de Jesus Crucificado retornaram ao Estado de Alagoas para um outro importante trabalho. Na Paróquia de Santa Maria Madalena, no município de União dos Palmares, Alagoas, desenvolveram um trabalho missionário de evangelização e ação social. A comunidade foi dividida em áreas e assim como em Nísia Floresta, os trabalhos foram iniciados com visitas às famílias, o que serviu para conhecer a comunidade, além de fazer um levantamento das necessidades. Com isso, também descobriram valores e aptidões. Construíram centros comunitários, e capelas, realizaram diversos cursos profissionalizantes ajudaram as famílias carentes com o trabalho

desenvolvido na própria comunidade. Ao mesmo tempo realizaram reuniões onde avaliaram o trabalho e celebrações numa perfeita ligação entre a fé e a vida.

A metodologia do Ver, Julgar e Agir, oriunda da Juventude Operária Católica (JOC) foi a mais utilizada pelas religiosas em seu trabalho missionário. De acordo José Oscar Beozzo a Ação Católica gerou na Igreja do Brasil uma aguda consciência ético política do evangelho. Os conflitos sociais e político conduziram os cristãos a um compromisso de militantes. Neste momento, a ação católica brasileira passou do modelo italiano da ação católica geral ao modelo belga francês da Ação católica especializada.

Mais decisivo foi assumir o método de revisão de vida da JOC de Cardijn, Ver, Julgar e Agir, numa feliz combinação de esforço de conhecimento da realidade, julgamento ético e intervenção militante. (Beozzo,1973, p.73)

Todas as datas litúrgicas eram acompanhadas de gestos concretos. Nos centros comunitários realizavam, reuniões de jovens, do grupo de alcoólicos anônimos, Apostolado da Oração e de outros movimentos, como também os encontros de preparação para os sacramentos do Batismo, Matrimônio e catequese.

A Congregação ficou instalada na periferia da cidade de União do Palmares, onde residiam feirantes, bóias frias e trabalhadores rurais. União dos Palmares fica a cerca de 80 km de distância de Maceió, é conhecida nacionalmente como a terra de Zumbi dos Palmares onde foi localizado o quilombo.

Depois da experiência bem sucedida da Escola de Serviço Social, e da Paróquia de Santa Maria Madalena, as Missionárias de Jesus Crucificado desenvolveram o trabalho denominado Escola de Ministérios, onde foram as responsáveis pela formação de lideranças cristãs para atuarem nas paróquias da Arquidiocese de Maceió. Constava da formação de leigos através de cursos com carga horária definida. A temática constava entre outros, de análise de conjuntura social política e religiosa, palestra e debates com padres e outra figuras da sociedade. Funcionava em sistema modular com atividades teóricas e práticas. Ao final era fornecido um certificado aos participantes que deveriam em suas paróquias ser agentes multiplicadores. No entanto nem todas as paróquias enviavam seus representantes pela linha avançada do trabalho. Aqueles que participaram da Escola de Ministérios continuam membros atuantes em suas comunidades.

3 - A ESCOLA PADRE ANCHIETA FRENTE AO REGIME MILITAR DE 1964

A chamada “Revolução de 64”, que denominamos de golpe militar foi a tomada do poder pelos militares, ocorrido em março de 1964, diante de um momento de instabilidade política pelo qual passava o país. A alta da inflação, as greves, as rebeliões em alguns lugares por militares (revolta dos marinheiros e revolta dos sargentos), as lutas pelas reformas de base foram alguns dos fatores que contribuíram para esse fato. Aliado a estes fatores havia o desagrado dos militares com o presidente João Goulart. Este fato dividiu a sociedade entre aqueles que apoiavam os militares e os que se posicionavam contrários, como conseqüências houve perseguições, prisões e mortes.

As relações de Jango com o Exército nunca foram das melhores. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, seu nome foi, primeiramente, vetado pelos militares ao tentar assumir a presidência do país. Para isso houve mudança do regime do país para o parlamentarismo, que posteriormente veio a ser derrubado pelo Congresso. Num segundo momento, em 1964 foi derrubado por estes mesmos militares em um golpe aos 31 de março de 1964. Jango havia assumido os poderes presidenciais em janeiro de 1963 e nunca fora bem aceito, nem pelos militares, nem pela maioria conservadora da sociedade, que temia sua aproximação com Fidel Castro e com o Socialismo. Sua força política estava na aproximação com a esquerda e no apoio que dava aos sindicatos. As demonstrações públicas de Jango em realizar as reformas de base, reclamadas pela sociedade, colocava o seu já frágil governo em um caminho de enfrentamento com as forças conservadoras. Aos 13 de Março de 1964, depois de um comício realizado na Praça da Central do Brasil anuncia sua disposição de lançar o governo na campanha pelas reformas de base. Em resposta ao comício, os paulistas realizaram a Marcha pela Família com Deus e pela Liberdade. As freqüentes rebeliões na área militar e as greves marcaram o primeiro semestre de 64 e outros conflitos transformaram o país num verdadeiro barril de pólvora, prestes a explodir. Segundo Elio Gaspari a Revolução iria acontecer de qualquer jeito, podendo ser tanto de um lado quanto do outro.

“Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no dispositivo militar e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial. Na segunda semana de março, depois de uma rodada de reuniões no Rio de Janeiro, o governador Miguel Arraes, de

Pernambuco, tomou o avião para o Recife avisando a um amigo que o levava ao aeroporto: “volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei”. (2004. p 51)

A crise atingiu seu ponto máximo aos 30 de março de 1964, com o discurso de Jango para os sargentos no Automóvel Clube. No dia seguinte, o golpe que havia tido início em Minas, quando os militares assumiram a presidência do país. Iniciava-se um dos períodos mais difíceis da história do Brasil.

A justificativa dos militares para a realização da “revolução” se fundamentava na Doutrina de Segurança Nacional, com o objetivo de um Estado forte e a manutenção da ordem social. De acordo com Comblim, *Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá à nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é, naturalmente, uma força.* No Brasil para impor essa doutrina se utilizou todo o aparato militar, suprimindo os direitos individuais e democráticos, mantendo a população afastada do poder decisório do Estado e alheio às principais decisões do país. Reprimiu ainda qualquer posição contrária a essa “ordem social”. (Comblim, 1978. p.54)

As manifestações favoráveis e contrárias ao regime foram iniciadas por todos os lados. Estudantes, padres e religiosos ligados aos movimentos sociais, sindicalistas, operários e dirigentes dos partidos de esquerda fizeram parte do foco de resistência. Na medida em que aumentaram as manifestações contrárias, também aumentaram as pressões por parte dos militares. As perseguições e prisões ocorriam em todas as regiões do país. O artigo “Mataram Vlado” da Revista Aventura na Historia traz uma análise da ditadura militar e assim descreve:

Entre outubro de 1969 e dezembro de 1973, 2 mil pessoas passaram pelo DOI_CODI em São Paulo: 502 reclamaram de sofrerem tortura e pelo menos 40 foram assassinadas. (2005, p. 28)

Em 1964 os militares decretaram o Ato Institucional nº.1 que depôs o Presidente João Goulart. Em outubro de 1965, o Ato nº. 2 foi a resposta dos militares pela derrota que haviam sofrido. Este Ato Institucional suprime os partidos políticos e reduziu o poder do legislativo. Manifestações de toda ordem se espalharam pelo país até que em dezembro o governo assinou o AI-5 que dava poderes absolutos ao Presidente e fechava o Congresso Nacional. Este ato representava o emprego da “linha dura” na condução do país, que consistia na intransigência luta anticomunista, onde as Forças Armadas eram a porta-voz das exigências do Estado. (Comblim. 1978.p. 160 e 161)

Posteriormente, o presidente Ernesto Geisel prometeu promover a abertura do regime ditatorial que não chegou a acontecer. Entre janeiro a julho de 1974, cerca de 500 membros do Partido Comunista foram identificados, 200 foram presos e pelo menos 14 morreram. (Revista Aventura na Historia, ed.26. 2005 p. 28)

A hierarquia da Igreja Católica num primeiro tempo manifestou-se favorável aos militares, pois se acreditava estar combatendo os comunistas. Em vários Estados houve missas pelo “êxito da Revolução”. Somente mais tarde, com o endurecimento do regime e a decretação do Ato Institucional nº. 05, foi que a hierarquia da Igreja se posicionou contrária ao regime. Vale destacar que setores da Igreja desde o início já se posicionava contra, diferentemente da hierarquia, que só mudou de posição num segundo momento. Um fato que marcou este momento foi o evento realizado na Catedral da Sé, em São Paulo, liderado por Dom Paulo Evaristo Arns, por ocasião da morte do jornalista Wladimir Herzog. Dom Paulo chegou a ser procurado por dois secretários do governo que lhe pediram para cancelar o evento e avisando que existiriam na Praça cerca de 500 policiais com ordem para atirar em caso de protestos por parte da população. Mas o Arcebispo não cedeu às pressões e o culto aconteceu com certa cautela no intuito de evitar que a população fosse colocada em risco.

“Não sei se já não é hora de um protesto mais forte. Quem sabe sair pelas ruas”. Reposta de Dom Paulo Evaristo Arns, quando foi informado da morte de Wladimir Herzog. (Revista Aventuras na Historia, p.30).

3.1 - Reflexos do golpe militar em Alagoas

A década de 50 foi marcada politicamente pelo fenômeno do populismo de Muniz Falcão, de ações para o planejamento do desenvolvimento econômico do Estado e de grandes realizações na área social. Também foi marcada pelo avanço na organização dos trabalhadores através de seus sindicatos e outras organizações de classe. Estas organizações tinham o apoio do governador, pois como já dissemos anteriormente o mesmo era Delegado do Trabalho, portanto justifica-se o fato destas organizações terem avançado durante este período.

Na década de 60, diferentemente da década de 50, houve um retrocesso nos avanços conseguidos pela classe trabalhadora no governo anterior. O Governador Luiz de Souza Cavalcante possuía formação militar, foi também um dos principais articuladores no

Estado de Alagoas do golpe militar que depôs o presidente João Goulart, em 1964. O governador Luiz Cavalcante era ligado às oligarquias alagoanas, que novamente voltaram a exercer o controle político no Estado a partir do momento em que ele assumiu o governo. A base do setor agrário agora estava reforçada e os sindicatos voltaram a sofrer profunda repressão.

O Governador Luiz Cavalcante fazia profundas críticas ao governo de João Goulart. Por outro lado, anunciava a realização da reforma agrária dentro da lei, procurando com isso demonstrar sua preocupação com as questões agrárias, chegando até a promover assentamento nos municípios de Maceió e Rio Largo no ano de 1961. Em 1963, destinava uma área de terras no município de Pilar, a 35 km de Maceió, com o objetivo de fundar um núcleo de colonização que nunca chegou a se concretizar. Estas ações faziam parte do discurso contra o governo e com o objetivo de mostrar que a questão agrária poderia se resolver de forma oposta à proposta de Jango, com terras do governo estadual e sem entrar em conflito com os usineiros seus aliados políticos, já que esta era uma das principais questões das reformas de base.

A situação do país começou a se agravar em março de 1964. Em Alagoas já vinha se agravando pela luta que, tanto a igreja como Estado vinha travando com os tidos comunistas. A ação repressiva do governador Luiz Cavalcante proibia qualquer ação tida por ele como de caráter comunista. Um exemplo foram os comícios que estavam programados e divulgados nos principais meios de comunicação do Estado, para acontecer no dia 30 de março de 64. Seria um comício em apoio às reformas de base, organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Diretório Central dos Estudantes (DCE) e União dos Estudantes Alagoanos (UEEA). Deveria ser realizado na Praça Deodoro, o comício, mas, o mesmo foi proibido pelo governador Luiz Cavalcante, sob alegação que tal comício teria um caráter subversivo e o “bom brasileiro” não deveria comparecer. Outra alegação seria evitar o enfrentamento com outro ato, que aconteceria no mesmo dia e horário, no Parque Rodolfo Lins, próximo ao local do comício, evento este organizado pelo Movimento Feminino Pró-Democracia, ligado à Marcha pela Família. Os dois eventos foram cancelados por ordem do governador. Esta atitude demonstra como agia o governador em relação aos “comunistas”. Sobre estes eventos assim anuncia o jornal católico “O Semeador”:

“Os comícios no parque Rodolfo Lins e Praça Deodoro São proibidos pelo governador Luiz Cavalcante. Tais comícios teriam um caráter subversivo e o bom brasileiro não deveria comparecer.” (O Semeador, 30/03/64).

O governador de Alagoas se antecipou ao golpe e, na noite anterior ao mesmo, realizou uma ação policial na qual levou à prisão líderes de partidos considerados de esquerda, sindicalistas, estudantes secundaristas e universitários, além de outras pessoas ligadas ao movimento sindical e do campo. Esta atitude lhe deixou em situação privilegiada perante seus colegas militares, sendo muito elogiado pela imprensa local e nacional. Nos dias que se seguiram ao golpe a imprensa local estampava manchetes com os títulos: “A corajosa posição do governador”, se referindo a sua antecipação ao momento nacional. Em outra manchete “A polícia continua à caça aos agitadores comunistas: mais prisões e outros libertados”. As sedes dos sindicatos e organizações estudantis como a UESA, foram vasculhadas à procura de material subversivo.

3.2 - A posição da Igreja em Alagoas no golpe militar

Na década de 50, em Alagoas os problemas sociais urbanos se agravaram por conta da migração do homem do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. No campo, a situação também se agravava pelas condições de abandono, exploração e miséria em que vivia o trabalhador rural, provocados pela concentração de terras, além da expansão das áreas de cultivo da cana - de - açúcar. Estas foram as principais questões que levaram a Igreja Católica de Maceió a se preocupar e procurar meios de intervir nesta questão. Apesar desta preocupação, a intervenção somente aconteceu após o encontro dos Bispos do Nordeste.

A Igreja já há muito tempo vinha se preocupando com o avanço do comunismo principalmente no meio rural. O Movimento das Ligas Camponesas, que era forte no Estado de Pernambuco, representava para a Igreja de Alagoas uma forte ameaça. Em 1956, por ocasião da reunião da Província Eclesiástica de Maceió, formada pelos Estados de Alagoas e Sergipe, os bispos identificaram a presença do comunismo no meio operário da cidade e do campo. Na ocasião sugeriu providências, alertando para o fato de que o abandono, a miséria e exploração por parte dos proprietários de terras tornavam-se campo fértil para as ações dos comunistas.

Além dos operários das cidades, merece especial interesse o operário rural, que está numa situação de abandono e de miséria, explorados, sobretudo pelos políticos, trabalhado pelos agitadores, menosprezado pelos senhores das terras. Consideramos essa situação extremamente grave e de conseqüências imprevisíveis, se uma ação conjunta do Episcopado não conseguir atuar com coragem e energia. A Igreja é a única força que ainda merece, em nossa zona, a confiança do homem no campo. Mas é preciso que os bispos, coletivamente, ajam com prontidão e sabedoria. (Província eclesiástica de Maceió, 26 de set. de 1956).

Surgiram como iniciativa da Arquidiocese para a problemática agrária, a partir de 1956, as Semanas Ruralistas. Em Alagoas, a primeira semana aconteceu no mesmo ano da criação da Escola Padre Anchieta, em novembro de 1956²⁹. As Semanas Ruralistas foram realizadas de forma seqüenciada, principalmente nos municípios da zona canavieira. Como conseqüência, mais tarde, a igreja teria que lidar com os sindicatos e as lideranças rurais que a própria Igreja Católica ajudou a criar depois da promoção das Semanas Ruralistas. Algumas destas lideranças foram presas quando ocorreu o Golpe, acusadas de estarem ligadas às Ligas Camponesas de Francisco Julião.

Em 1961, aconteceu o Primeiro Congresso de Trabalhadores Católicos promovidos pelo “Movimento por um Mundo Melhor”. Neste congresso foi criado o Serviço de Orientação Religiosa de Alagoas (SORAL). O SORAL foi criado nos mesmos moldes do Serviço de Assistência Rural (SAR) do Rio Grande do Norte. O SORAL possuía as mesmas finalidades e objetivos do SAR, que era o de promover a sindicalização, o cooperativismo e formar de lideranças rurais, o que serviria de acordo com os propósitos da igreja para combater os comunistas. Na formação de lideranças contava com o apoio do Movimento de Educação de Base (MEB). (Medeiros, 2007, p.99)

Sobre o sindicalismo rural a igreja emitia uma nota através da cúria sobre a importância do sindicalismo rural, alerta para o cuidado que se deve ter quando a sua condução se referindo a propagação das idéias comunistas:

Sindicalização rural experiência iniciada no nordeste de formação de lideranças digna de ser estendida a todos os centros rurais, sobretudo quando agitada por reivindicações justas, mas conduzidas com segundas intenções. (livro de tombo 15, p.32)

O SORAL serviu também como campo de estágio para os alunos da Escola Padre Anchieta, onde foi grande a atuação de seus alunos nesta área.

²⁹ Medeiros, Fernando Antonio Mesquita de. O homo inimicus: A igreja católica, ação social e imaginário anti-comunista em Alagoas. Maceió, Edufal, 2007 p. 98e 99.

O SORAL foi para a Igreja Católica um dos principais órgãos destinado a conter ao avanço do Comunismo e das ligas camponesas. Vale destacar que as ligas camponesas foram um fenômeno ocorrido nacionalmente e que tiveram um momento forte em Pernambuco, em Alagoas não teve grande projeção. Pouco se ouviu falar sobre elas, surgiu apenas em 1963 sob a forma de uma organização chamada de “amigos das ligas” em Maceió e alguns outros municípios. No Estado de Alagoas a atuação da igreja no campo se deu através do SORAL e do MEB. (Arruda Melo, 1990 p.90)

A Igreja Católica de Maceió já vinha desenvolvendo uma verdadeira cruzada anticomunista e aproveitava todos os momentos para defender sua causa. Em carta circular datada de 11 de maio de 1962, o Arcebispo Dom Adelmo Cavalcante já orientava os católicos a não votar em candidato comunista e reforçava a necessidade de uma atuação mais efetiva da igreja no sentido de conter o avanço dos comunistas.

Quem vota em candidato que tem em sua legenda, candidatos comunistas está ajudando a vitória desses adversários da religião e da democracia. Quem vota em candidato comunista é propagador do divórcio, comete um pecado que brada aos céus e está acumulando sobre sua cabeça, seu patrimônio, sua família, desgraças e perdas irreparáveis, porque está fazendo entrar em sua casa, o demolidor da ordem democrática, da família e da religião³⁰. (Livro de Tombo no. 15 da Arquidiocese de Maceió, página 65 e 66)

O jornal católico O Semeador trazia diariamente uma manchete na primeira página alertando contra o perigo comunista.

Na 3ª. Sessão do concílio 220 padres brasileiros fazem condenação ao comunismo. (O Semeador, 21/01/64)

As reformas de base são apenas slogan. Elas são ações comunistas. Denuncia o governador do Rio Grande do Sul Meneghetti. (O Semeador, 27/01/64)

O Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina é um evento considerado comunista e é intitulado nos jornais como “Congresso Comunista de Brasília”. (O Semeador 27/01/64)

Este discurso anti-comunista esteve presente durante o período que antecedeu o golpe militar de 64. O jornal católico “O semeador” foi o instrumento mais usado pela igreja de combater ao comunismo. O Semeador foi muito bem utilizado pelo clero e pela elite intelectual católica. Outro instrumento utilizado foi a Rádio Educadora Palmares, também

³⁰ Livro de Tombo 15. p. 88.

católica, onde existia também um programa diário as 07:30h da manhã, denominado “Pátria Amada” em homenagem as forças armadas³¹. Estes dois instrumentos foram de grande aceitação entre os católicos e tornaram-se habituais, tanto que a circulação concorria com os outros jornais locais da época. Para o Arcebispo caberia à imprensa católica cuidar do bem da sociedade.

Este grupo que se posicionava anti-comunista e era formado pela ala mais conservadora da igreja se colocou naquele momento, favorável ao golpe de 64. A isso se aliou o fato que o golpe ocorreu como consequência de uma série de acontecimentos políticos e de um momento de mudanças social que esta política provocava, o que levou a setores da sociedade, entre eles a igreja católica a se posicionar com um discurso anti-comunista e divulgar em todos os meios este discurso. Um exemplo foi a proibição de divulgação do Jornal Brasil Urgente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (Livro de Tombo 15, p.157) A posição da igreja católica perante o golpe militar de 1964 foi bastante variada, a ala considerada progressista apoiava as reformas de base e outras ações do governo de Jango, conseqüentemente este grupo se colocou em oposição ao golpe.

Na Igreja, católica de Maceió assim como no resto do país houve tendências favoráveis e contrárias ao golpe militar. As tendências contrárias ao golpe vieram principalmente de organizações como o Movimento de Educação da Base (MEB), Juventude Operária Católica (JOC) Juventude Universitária católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), religiosas e religiosos, padres e profissionais e outros.

O Movimento de Educação de Base (MEB) era coordenado em Alagoas pela Congregação Religiosa das Missionárias de Fátima. Teve uma atuação forte e ativa principalmente no movimento agrário durante os difíceis anos do regime militar. Tinham uma atuação combativa e se posicionaram contra o golpe e ao regime imposto no país naquele período. Porém com o endurecimento vindo com o AI-5 em 1968 e sem o apoio da hierarquia da igreja tiveram que recuar pela manutenção da própria sobrevivência.

³¹ Jornal Católico O Semeador, 10 de janeiro de 1964. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

3.3 - A Escola de Serviço Social Padre Anchieta e sua posição frente ao regime militar

Na década de 60, a mobilização que mais marcou o movimento estudantil em Alagoas foi o problema dos excedentes. Os excedentes eram aqueles estudantes que passavam no vestibular, porém a universidade não possuía vagas para atendê-los. A outra mobilização ficou por conta da repercussão do golpe em Alagoas, que foi não diferente do resto do país, onde os estudantes estavam entre os principais opositores do regime. Segundo José Alberto Saldanha de Oliveira as lideranças estudantis universitárias de Alagoas atuaram muito mais no campo da legalidade do que na clandestinidade, justificando o fato de que o movimento estudantil buscou meios para agir e se colocarem em oposição ao regime militar, sem empreender ações de enfrentamento, ou que os levasse à prisão. (1994. p.18)

A Escola de Serviço Social Padre Anchieta teve atuação em oposição ao regime militar por parte das religiosas que compunham a direção e corpo docente, de estudantes, professores. A atuação dos alunos da Escola Padre Anchieta foi sempre ativa desde a criação do Diretório Acadêmico Arthur Ramos. A escola era o centro de diálogo com outros diretórios, lá era espaço aberto para as reuniões e discussões. De acordo com José Alberto Saldanha de Oliveira em seu livro *A Mitologia Estudantil*, em outubro de 1968, aconteceu nas dependências da Escola Padre Anchieta o seminário em defesa da legalidade da UNE e contra a Lei Suplicy que extinguiu o Diretório Nacional dos Estudantes e criava a “Federação Nacional dos Estudantes”. De acordo como depoimento de Maria José Chiappeta³², todos os estudantes que participaram deste evento foram convocados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) a prestar depoimento, porém os alunos da Escola Padre Anchieta, antes de depor eram devidamente orientados por Madre Zelly. Como resultado final do seminário quatro estudantes foram presos. Três deles pertenciam ao curso de Serviço Social, foram eles Maria de Lucia de Souza, José Nascimento de França, Iraildes e um estudante do curso de engenharia. (Oliveira, 1994. p.152)

De acordo com Radjalma Cavalcante foi durante a direção de Madre Zelly que os alunos da Escola iniciaram uma intensa participação na vida pública estudantil. Um exemplo foi a participação no trote estudantil que acontecia anualmente, porém a participação

³² Maria José do Nascimento Chiappetta, ex-aluna da Escola Padre Anchieta, foi convocada a depor no DOPS, por haver participado do Seminário que defendia a legalidade da UNE. Depoimento pertencente ao arquivo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

naquele ano era um fator de risco dada a situação política do país. Sobre este trote os jornais locais anunciavam um trote comunista³³.

Segundo Radjalma Cavalcante o trote estudantil era um momento bastante interessante, onde todas as faculdades participavam do trote que era realizado em forma de desfile pelas ruas do comércio. Somente quem não tinha trote era a faculdade de Serviço Social Padre Anchieta. Ele propôs a Madre Zelly a realização do trote que teve como resultado espancamento por parte da polícia por terem apresentado cartazes de protesto contra o regime militar.

Eu cheguei para Madre Zelly e falei: Madre Zelly vamos fazer o trote de Serviço social e ela disse: Radjalma vê lá o que você vai me arranjar. Eu disse: Não se preocupe não. Isso deve ter sido em 1966 ou 1967. Ai nós preparamos o trote de serviço social com cartazes, etc. E ai nós fomos desfilar. Todos os cursos desfilando, a rua do comércio cheia de gente, ali em frente do São Luiz. Por acaso a gente vinha logo atrás de engenharia e de engenharia estava uma turma muita combativa contra o regime militar e quando a gente vinha passando ali na rua do comércio, os cartazes dos estudantes de engenharia estava tudo assim: viva o exército, viva a marinha, viva a revolução e todo mundo estranhando, no meio do comércio eles arrancaram o primeiro cartaz ficou no cartaz de baixo: abaixo o exercito, abaixo a ditadura, nesse momento tinha policia de um lado e de outro, o cassetete começou a comer e o cassetete não ia diferenciar quem era de engenharia, nem de serviço social. (Discurso por ocasião dos cinquenta anos do curso de Serviço Social em 2008)

A Escola de Serviço Social Padre Anchieta promoveu ainda cursos e seminários sobre temas como socialismo, capitalismo e marxismo. Dentre as conferências que promoveu naquele período de efervescência política, a mais concorrida foi a conferencia realizada com a presença de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife. Segundo a ex-aluna Maria José da Silva³⁴. Entre os questionamentos que os alunos fizeram a Dom Helder estava a dificuldade de adesão política de todos os estudantes e obtiveram de Dom Helder a resposta: “Vocês jamais contarão com todos, não vão contar com as massas, mas em toda massa tem sempre uma minoria lúcida e audaciosa”.

De alguns fatos encontramos registros em diversos momentos desta atuação, entre eles a greve de 1/3, na qual os estudantes pleiteavam a participação de um terço dos estudantes no Conselho dos professores.

³³ Jornal Gazeta de Alagoas 18 de fevereiro de 1964. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

³⁴ Maria José Silva, popularmente conhecida como Tênar. Foi arquivista do Diretório Acadêmico Arthur Ramos entre os anos de 62 e 64. Depoimento pertencente ao arquivo do curso de serviço social da universidade Federal de Alagoas.

No ano de 1965, dentro de uma política de ocupação dos espaços legais já que a UNE vinha sofrendo todo tipo de perseguição por parte do regime militar, os estudantes de Alagoas buscaram uma forma de enfrentamento no campo da legalidade procurando ocupar os espaços permitidos. Foi nessa política que em agosto de 1965 conseguiram eleger com uma votação expressiva de 552 contra 402, para o recém criado Diretório Estadual dos Estudantes uma diretoria composta pelos estudantes, Pedro Teixeira Duarte, Abraão Montenegro de Albuquerque, Marcio Beltrão Siqueira, Neulisses Gama Rocha, Márcio Joaquim Gomes de Barros, Celso Araújo Silva, Maria de Lúcia de Souza e Edson Correia Silva³⁵. Maria Lucia de Souza era Presidente do Diretório Acadêmico Arthur Ramos da Escola de Serviço Social Padre Anchieta. A eleição desta diretoria tinha como objetivo “evitar que a imposição da Lei Suplicy levasse à criação de uma entidade controlada pelo regime”. (Oliveira, 1994, p. 148 e 149).

Em 1968, o governo endureceu ainda mais as suas ações. Em março a polícia entrou em conflito com os estudantes no restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, tendo como consequência a morte do estudante Edson Luis de Lima Souto, com isso surgiu uma onda de manifestações em várias cidades do país em protesto pela morte do estudante. Em Alagoas os diretórios acadêmicos participaram das manifestações com a realização de uma missa celebrada na catedral metropolitana e da decretação de uma greve de 72 horas. O Jornal Gazeta de Alagoas de 31 de março de 1968, relata a participação na greve das Faculdades de Engenharia, Direito, Serviço Social e Economia realizada pelos diversos Diretórios em protesto pela morte do estudante Edson Luis³⁶. (Jornal Gazeta de Alagoas, p. 08).

Alguns alunos da Escola desenvolveram trabalho na área rural através do SORAL e sofreram diversas perseguições sob alegação de ligação com os comunistas. A aluna da Escola de Serviço Social Padre Anchieta Maria de Lucia Souza que dirigiu o Diretório acadêmico Artur Ramos juntamente com o José Nascimento de França, realizou estágio junto ao SORAL, foi presa várias vezes acusada de subversão. Em uma dessas prisões Lucia foi resgatada por amigos de dentro da delegacia sendo transportada até Salvador na mala de um carro. Viveu na clandestinidade por aproximadamente 10 anos. (França, 2008, mimeo)

³⁵ Termo de posse do Diretório Estadual dos Estudantes de Alagoas, Livro de Atas da Pró-reitoria Estudantil do ano de 1965, da Universidade Federal de Alagoas.

³⁶ Jornal Gazeta de Alagoas, 31/03/63, p.08. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Dentre a participação do clero alagoano podemos destacar as figuras de Padre Clóvis Pradines e Padre Salomão de Barros Lima que também eram professores da Escola Padre Anchieta. O professor José Nascimento de França, foi aluno da escola e presidente do Diretório Acadêmico Arthur Ramos no período de 1964 e 1965, em seu relato, dizia que foi preso várias vezes. Sua primeira prisão ocorreu ainda enquanto aluno da Escola Padre Anchieta por realizarem o seminário em defesa da UNE, e que foi o Padre Clóvis quem o acolheu e lhe orientou quando foi libertado da prisão.

Coincidentemente, neste período, o discurso anticomunista do governo de Luiz Cavalcante e o da hierarquica Igreja de Maceió no período entre 61 e 64, era praticamente o mesmo, chegando ao ponto que quando ocorreu o golpe militar, Dom Adelmo Machado celebrou uma missa de ação de graças juntamente com os militares pelo “Êxito da Revolução”³⁷.

Quanto à Escola, houve uma primeira fase marcada pela criação, instalação, divulgação e abertura de campos de estágios, enquanto a segunda fase, na década de 60, foi marcada pela abertura da escola para o movimento estudantil, também para encontros, reuniões e debates promovidos pelos diretórios acadêmicos de outros segmentos³⁸. Outro ponto marcante desse período foi a realização de cursos de capacitação na área social e atuação no mundo através de um contato mais estreito com a realidade social por meio dos campos de estágio. (Santos. 1975 p.04)

Esta segunda fase se iniciou em 1963, quando Madre Zelly Perdigão Lopes assumiu a Direção da Escola tendo como sua vice-diretora Irmã Lourdes Mafra que aqui chegou em 1965. Madre Zelly era considerada de uma ala mais progressista da Igreja. Definiu de início dois objetivos para a sua direção: divulgar a Escola no meio estudantil e mudar a feição assistencialista da Escola. Incluiu ainda o discurso pelas reformas de base na pauta de discussão da Escola Padre Anchieta. Propôs uma nova dinâmica para a Escola. Aconteceu a reformulação do currículo e a promoção dos Encontros de Coordenação e atualização do Serviço Social (ECASSAS)³⁹, além da luta pela integração do Curso na Universidade face às dificuldades que a escola vinha enfrentando e às exigências do Ensino Superior.

³⁷ Jornal Católico O Semeador, 03 de abril de 1964. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

³⁸ Discurso do professor Radjalma Cavalcante por ocasião da comemoração do cinquentenário do Serviço Social em Alagoas.

³⁹ Relatórios anuais da Congregação, do acervo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

O “contato mais estreito e permanente com a realidade social local” de que fala Verçosa somente pode ser considerado para o início da década de 60 quando a escola reavaliar sua prática e objetivos, realizando uma mudança de rumos inspirando uma nova geração da Ação Católica que começava a se configurar na Arquidiocese. (Medeiros.2007 P. 86)

Do ponto de vista acadêmico, os Encontros de Coordenação e atualização do Serviço Social (ECASSAS) tornaram-se uma marca desta nova administração e tinham o objetivo de promover a avaliação teórico- prática do Curso. Participaram dos encontros: os professores, alunos, Assistentes Sociais e representantes de outras instituições, além de conferencistas convidados. Os encontros foram realizados anualmente no período entre 1963 a 1971 durante a gestão de Madre Zelly, com uma temática bem variada dividida entre palestras, exposições, círculos de estudos e avaliações, onde ao final apresentavam conclusões e sugestões. Os anais dos encontros serviram como documentos onde registraram a relação entre o ensino e o campo da prática do Serviço Social. (Santos, 1975. P.37)

De acordo com Jacira Seixas Santos, ex-aluna da escola, em sua dissertação de Mestrado, afirmou que o primeiro encontro aconteceu em 1963 e tinha como tema: A Realidade do Nordeste - Alagoas e o Serviço Social nas Obras Sociais. Realizou-se em 08 palestras. Ao final, as sugestões foram: atuação junto aos sindicatos e comunidades urbanas e rurais e a vinculação da Igreja e de programas governamentais. Este primeiro encontro foi o marco de referência para a nova linha de atuação do curso.

Em outubro de 1963, ainda dentro desta linha mais voltada para a realidade social, um grupo formado por trinta e cinco alunos da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, acompanhado por três missionárias, foi visitar e conhecer o trabalho social desenvolvido pelas missionárias de Jesus Crucificado no município de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte.

Em 1964, aconteceu o segundo encontro. Este teve como tema: Ética Profissional e o Campo de Serviço Social. Foi analisado o perfil moral e ideal do Assistente Social; a ética profissional em relação às instituições. As considerações geradas nesse encontro exigiram uma maior coordenação entre teoria e prática⁴⁰. Curiosamente neste encontro não foi feita nenhuma referência ao momento político do país, restringindo o tema apenas aos aspectos éticos; pelo menos se acontecer alguma discussão nada ficou registrado nos relatórios da escola.

⁴⁰ Anais do segundo ECASSA, acervo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

O terceiro encontro aconteceu em 1965 e teve como tema o estudo dos processos e análises da programação de Serviço Social dos campos de estágio. Surgiu a necessidade de um Departamento de matérias afins, bem como de um técnico especializado em cada campo. Neste encontro foi analisado individualmente cada campo de estágio com suas peculiaridades. Ainda em 65 e contando com 32 assistentes sociais formadas pela Escola Padre Anchieta, sentindo a necessidade de um órgão que representasse e defendesse os direitos da categoria, nasce a APASAL (Associação Profissional dos Assistentes sociais de Alagoas).

Em 1966 foi realizado o quarto encontro, onde o tema voltou-se para o Estudo do Currículo do Serviço Social, em virtude dos participantes considerarem que o curso estava à margem da sociedade. Esta discussão teve como resultado a proposta de modificação na estrutura do curso como objetivo de adaptar o curso aos novos tempos e as demandas sociais da época. A nova proposta acrescenta as disciplinas de Psicologia da Personalidade e a disciplina de Sociologia fica restrita ao aspecto antropológico. A disciplina de Cultura religiosa que antes era ministrada em três anos foi reduzida para um ano. As modificações propunham dar ao curso um caráter profissional com “disciplinas científicas”.

Em 1967 aconteceu o quinto encontro com o objetivo de analisar e criticar o relacionamento entre os Assistentes Sociais, a escola e os supervisores e alunos. Ao contrário de todos os outros este encontro foi muito curto durando apenas um dia, enquanto os demais tinham a duração de três dias. As razões não são explicitadas. Mesmos assim são identificadas as seguintes causas: auto suficiência; falta de pessoal para assumir os trabalhos; ausência de reuniões dos supervisores com a escola e falta de preparo do supervisor. Naquele momento pleiteava-se o ingresso na universidade e a escola passava por dificuldades financeiras.

Em 1968, foi realizado o sexto encontro, onde a proposta foi de que fossem reunidos alunos, professores, supervisores e representantes dos órgãos de classe, para discutir as propostas do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS). Durante o ENESS foi elaborado um documento reafirmando as decisões tomadas pelos alunos representantes das 17 Escolas de Serviço Social. Entre as proposições estava a necessidade de fundamentação científica para o Serviço Social, com a inclusão das disciplinas de Realidade Brasileira e Metodologia Científica. Neste ano o governo decreta o Ato Institucional nº. 5, este ponto não entra na pauta de discussão do encontro, mas esta na pauta da escola.

Estranhamente, nos relatórios da Congregação deste ano, não foi feita nenhuma referência ao Ato Institucional. Sobre este fato assim diz Maria José da Silva⁴¹:

Eu vivenciei a Escola no Período pré-revolucionário e início do período revolucionário, entretanto minha participação no grêmio e sendo arquivista, fui orientada a catalogar o acervo que pudesse comprometer a escola, os alunos. Não tínhamos livros comunistas, as palavras, conscientização, além de outras eram muito mal vistas e podiam dar cadeia e ou desaparecimento. Não dei continuidade, pois um vendaval, misteriosamente fez desaparecer quase todo o material. (Mimeo, 2008)

No sétimo encontro em 1969, a temática foi variada. A avaliação do estudo da realidade do Nordeste e de Alagoas; avaliação do programa de estágio de observação; avaliação do estágio integrado e avaliação do planejamento dos campos de estágio. Entre as sugestões a mais importante foi a de criação de um órgão para realizar pesquisa e planejar a supervisão de estágio.

O oitavo encontro realizado em 1970 sem grandes repercussões apresentou como temática a avaliação dos campos de estágio e a aprendizagem prática segundo áreas e instituições.

O nono e último encontro aconteceu em 1971, onde o processo de integração à Universidade Federal já estava bem avançado e a temática discutia a posição e o valor da Escola de Serviço Social Padre Anchieta na Universidade Federal de Alagoas. Teve como objetivo preparar professores e alunos para o ingresso à Universidade. Vivia-se o último ano de existência da Escola Padre Anchieta. Teve como um dos palestrantes o ex-reitor Dr. Aristóteles Calazans Simões. Foram ainda convidadas diretoras de outras escolas que haviam passado pelo mesmo processo como foi o caso de Recife, Aracaju e Natal, onde compareceu somente a Professora Evany Gomes de Matos Mendonça, diretora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, que ressaltou a importância do ingresso para a formação teórico e prática dos assistentes sociais.

Outras ações da escola merecem nosso registro. Sempre em atualização com seu tempo a escola participou de todos os órgãos de representação da classe e ajudou a fundar outros órgãos da categoria no estado como foi o caso da APASAL. Seguindo esta linha a escola participou de todos os encontros da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.

⁴¹ Maria José da Silva, Ex-aluna e arquivista da Escola em seu depoimento prestado por ocasião do cinquentenário da Escola de Serviço Social Padre Anchieta.

Quanto à reformulação do seu currículo a escola ampliou e atualizou sua estrutura curricular três vezes: a primeira, para a inclusão das disciplinas Psicologia e Doutrina Social da Igreja; Na segunda reformulação em 67, baseada na convenção da ABESS foram acrescentadas as disciplinas de Teoria do Serviço Social e Metodologia Científica e retirada da cultura religiosa; a terceira e última ocorreu face à necessidade de ingresso à UFAL, foram acrescentadas as disciplinas de: Estudos dos Problemas Brasileiros, Educação Física e os estágios setoriais e especialização de habilitação específica.

Com a situação política do país no regime ditatorial, aumentou a responsabilidade na formação dos Assistentes Sociais. Cabe ressaltar aqui a postura de Escola de Serviço Social Padre Anchieta que nesse sentido era considerada avançada por se apresentar como um espaço pluralista e democrático, preocupado em responder aos anseios da sociedade, sobretudo naquele momento para a classe estudantil.

A direção da escola e o corpo docente preocuparam-se em responder a essa situação aprofundando a consciência crítica dos futuros profissionais. Isso era um dever inadiável. A consequência desse trabalho sério trouxe lutas para a direção da escola e para os seus professores. A escola é tida como subversiva, por ter se colocado em oposição ao regime militar. A escola representou um espaço democrático, pluralista, e de resistência ao regime autoritário que se instalava no país. Os relatos são os mais variados sobre a atuação das religiosas e dos alunos. Relatos que vão desde a abertura da escola para reuniões e encontros dos jovens estudantes, ao momento em que serviu como abrigo para outros que por conta da repressão tinham que serem escondidos da polícia.

De acordo com o Professor Radjalma Cavalcante, em seu discurso por ocasião da comemoração dos cinquenta anos do Serviço Social em Alagoas, a Escola era espaço aberto para reuniões inclusive de outros centros acadêmicos.

Nós tivemos certo período de mobilização durante 65 e 68. Durante esses quatro anos houve certo espaço. Nós éramos o presidente do DCE, a madre Zelly, aqui presente abriu a instituição pra gente fazer reunião lá. Houve uma reunião, o governo havia fechado a Une e nós fomos fazer uma discussão lá sobre a UNE. No outro dia os jornais publicaram e levaram umas trinta a quarenta assistentes sociais para a delegacia e foram fichadas como subversivas porque tinha feito essa reunião lá.

O corpo discente, através do diretório Artur Ramos, respaldou em Alagoas as posições progressistas da Executiva Nacional de Serviço Social (ENESS), órgão filiado a

UNE, que se encontrava na clandestinidade. O Diretório Acadêmico realizou em Maceió um seminário no qual defendeu a legalização da UNE, contra a Lei Suplicy que transformou os diretórios em centros cívicos⁴². Este Seminário foi realizado nas dependências da Escola Padre Anchieta em um momento onde nenhuma outra Faculdade abria espaço para que acontecessem certas reuniões com medo de sofrer represálias; Madre Zelly não se intimidava em abrir a escola para que lá acontecesse esse e outros eventos. Em um momento totalmente adverso a tais ações ela revelou uma verdadeira atitude de rebeldia cristã. Segundo Ivone Gebara rebelde é aquele que manifesta publicamente seu inconformismo em relação a diferentes situações de injustiça e dominação.

Os rebeldes não optam pela rebeldia como caminho. Optam sim, por caminhos que julgam ser pautados pela justiça e igualdade entre as pessoas. O substantivo ou adjetivo lhes é atribuído na medida em que se reconhece seu comportamento contra o “status quo” em vigor.

Desde uma perspectiva social progressista foram considerados rebeldes as pessoas que manifestaram publicamente seu inconformismo em relação a diferentes situações de injustiça e dominação. (Gebara, 2006, p. 135)

Nesta perspectiva, Madre Zelly poderia ser considerada uma rebelde, pois podemos constatar em todos os relatos e discursos, em todos os momentos de atuação, sua postura de inconformismo e de luta contra aquela situação pela qual passava o país. Ela sempre orientava seus alunos quando estes por diversas razões eram convocados a depor. Em casos de prisões procurava advogados para atendê-los, e os visitava na prisão. Chegando até a abrigar alunos nas dependências da Escola.

A hierarquia da Igreja católica aqui em Maceió, era representada por Dom Adelmo Machado, reconhecidamente a grande liderança da ação católica no estado, aliado aos usineiros e ao governador do Estado Luiz de Souza Cavalcante. Portanto, como consequência, a hierarquia da Igreja se posicionou favorável ao golpe militar e contra a suposta “ameaça comunista”, o que levou os grupos religiosos contrários ao regime a uma espécie de sufocamento por parte do seu principal líder.

⁴² Depoimento de Maria José Chiapetta, que foi aluna da Escola Padre Anchieta e chegou a ser convocada a depor no DOPS por ter participado do seminário. Sendo orientada por Madre antes do seu depoimento.

Posteriormente essa posição da hierarquia da igreja sofreu mudanças, pois o jornal *Gazeta de Alagoas*⁴³ publicou uma nota do Arcebispo de Maceió Dom Adelmo Machado se solidarizando com os estudantes pelo ato público de protesto contra a prisão dos estudantes no congresso de Ibiúna. Tem-se ainda conhecimento de casos em que o próprio arcebispo chegou a proteger algumas pessoas atingidas pelo regime. Um dos casos é o do padre Luis Santos que foi preso e levado para a 7ª. Região militar em Recife, onde Dom Adelmo se colocou ao lado do padre em todo o momento em que lá esteve, chegando ao ponto de enfrentar os militares e afirmar que se levassem o padre teriam que o levar junto. Este é o caso mais conhecido da posição de Dom Adelmo em relação ao regime. “A Igreja Católica afastou-se gradualmente do regime militar e setores da hierarquia da igreja passaram a uma posição aberta de oposição à ditadura” (Medeiros, 2007, p.147).

Quanto à atuação de Dom Adelmo junto a Escola Padre Anchieta as religiosas afirmaram que este em nenhum momento se colocou publicamente do lado delas embora lhes desse apoio espiritual em momentos difíceis como, por exemplo: quando ocorreram as invasões, convocações para depor e nas prisões de alunos e professores.

⁴³ Jornal *Gazeta de Alagoas*, 18 de outubro de 1968, página 04. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento de Jesus começou como um movimento de rebeldia em relação ao judaísmo de sua época, assim nos diz Ivone Gebara. Congregou homens e mulheres que de certa forma sentiam-se oprimidas e injustiçadas. Uma leitura míope dessa história de tantas rebeldias, que se juntam à história do cristianismo, limitou a ressaltar a rebeldia como fenômeno marcadamente masculino onde as mulheres na maioria dos casos aparecem como colaboradoras. Neste trabalho tivemos a intenção de mostrar o papel de mulheres religiosas que num momento histórico realizaram ações de inserção social e de oposição ao regime político imposto ao país naquele momento e que por tal feito poderiam ser consideradas rebeldes. Principalmente por manifestarem publicamente sua posição não como colaboradora, mas sim como pessoas cidadãs que conduziram o processo. Rebeldia neste contexto aparece como uma qualidade daqueles que se manifesta contra toda situação de opressão e injustiça. (Gebara, 2006, p.136)

O perfil dessas mulheres Missionárias de Jesus Crucificado chamou-nos a atenção desde sua fundação em Campinas, São Paulo, por volta de 1928. Com formação universitária, elas entraram no cenário eclesiástico brasileiro com uma atuação diferenciada. Assim elas ocuparam diversas funções no Brasil junto à CNBB e mesmo junto ao Vaticano. Na Igreja de Natal, elas chegaram a participar das reuniões do clero, espaço apenas reservado para os padres. Anteciparam os termos que mais tarde alimentariam embora em vão o sonho de um ministério ordenado na Igreja. Quanto à ordenação, a Igreja precisa considerar que as mulheres tiveram um grande papel na história de Jesus e estão muito presentes nos atos do Evangelho. São Paulo fala sobre a apóstala Júnia e a diaconisa Febe, de Cencris. Com o tempo, a Igreja foi se tornando cada vez mais masculina e patriarcal apesar dos tempos exigirem mudanças.

Ivone Gebara nos diz que: *a partir do acordar da consciência histórica das mulheres, está se operando uma mudança qualitativa na humanidade*, esta mudança a que ela se refere está se processando lenta e gradualmente nos mais diversos aspectos. A mudança que aconteceu na sociedade alagoana a partir do trabalho das Missionárias de Jesus Crucificado na criação e condução da Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Maceió. Aconteceu não somente com o surgimento da profissão de Assistente Social como resultado desta mudança, mas todos os acontecimentos que ocorreram como consequência da criação da escola. Os espaços abertos para a nova profissão já a partir da abertura dos campos de estágio

e posteriormente dos postos ocupados pelas profissionais formadas pela Escola Padre Anchieta. Esta mudança também se processou em cada paróquia pela atuação das lideranças formadas pela escola de ministérios. Embora pela descontinuidade do trabalho e os rumos que a própria igreja tomou não cresceu e nem frutificou.

Não nos cabe julgar os acontecimentos da época, mas apenas constatar as transformações ocorridas em um momento onde o governo populista de Muniz Falcão propunha mudanças estruturais para o aparelho do Estado. A criação do primeiro plano de desenvolvimento econômico para o estado foi talvez o fator mais marcante no mesmo período da criação da escola. As realizações do governo de Muniz Falcão os embates políticos, seu impeachment e seu retorno ao poder, entre outros fatos ocorridos naqueles tempos tiveram sua influência na vida de todo e conseqüentemente na vida da escola. Sendo uma instituição recém criada da sociedade alagoana todos os fatos direta ou indiretamente que atingem esta sociedade atinge também todas as suas instituições. Claro que não foi um tempo somente feito de glória e vitórias, houve tempo de adversidade vividos nos chamados anos de chumbo, houve perseguições, prisões e mortes, mas superando todos os desafios a escola foi uma realidade que deixou marcas até hoje.

Nesta reflexão sobre um período e uma instituição de grande importância para a sociedade alagoana desejamos destacar o papel desempenhado por aquelas que foram as grandes responsáveis por hoje termos a formação de assistentes Sociais. A figura de Dom Adelmo Machado por ter dado o primeiro passo, e principalmente as religiosas Missionárias de Jesus Crucificado que na sua missão de servir e ir ao povo conduziu e não permitiu, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, que aquela pequena sementinha morresse. Foram fiéis e com responsabilidade, compromisso e determinação, lutaram por quase dez anos até que ela fosse integrada à Universidade Federal de Alagoas. O resultado hoje encontra-se estampado em várias instituições onde as primeiras Assistentes Sociais atuaram.

Não ousaria dizer que tudo foi explorado no que se refere à Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Maceió. Esta escola teve diversos momentos e diversas dimensões que podem e devem ser exploradas. Dimensões sociais, políticas e religiosas. Importância social e política pela importância já destacada. Dimensão religiosa não apenas porque a Escola foi criada pela Igreja Católica, mas porque foram mulheres religiosas que junto com o então Arcebispo Adelmo Machado criaram a escola, souberam conduzi-la, algumas vezes em condições adversas. Dentro destas dimensões buscamos explorar um pouco o aspecto

religioso numa perspectiva de gênero através da atuação das Missionárias de Jesus Crucificado desde sua criação até o momento em que esta escola foi incorporada à Universidade Federal de Alagoas. Não tivemos a intenção de transformá-las em heroínas tampouco tecer julgamento de valor daquilo que fizeram. Não era essa nossa intenção. Tínhamos apenas o interesse de desvendar o papel social e histórico que foram capazes de desempenhar na sociedade alagoana, na institucionalização de uma profissão, pois até aquele momento nada existia no sentido de profissionalização dos Serviços Sociais no Estado de Alagoas. Nosso objetivo era encontrar as razões que permitiram naqueles tempos tais realizações. Vivia-se o medo da ação comunista. Em resposta, a Igreja organizou entre tantas ações as semanas ruralistas e os sindicatos rurais.

Porém, nem tudo foi dito ou escrito, muito precisa ser explorado, buscado, descoberto. A cada passo dado, a cada documento encontrado e depoimentos ouvidos, fomos sentindo a necessidade de um trabalho maior em torno do papel da Escola Padre Anchieta para a sociedade alagoana. Os depoimentos são os mais variados e revelam situações e acontecimentos que conduzem a reforçam a importância dos fatos já levantados. As limitações impostas pelo tempo entre outras razões fazem com que deixemos muita coisa para serem exploradas em um trabalho posterior.

Parteira de um povo é assim que Leonardo Boff se refere as Irmãzinhas de Jesus e ao trabalho realizado por elas junto aos índios Tapirapé em terras do Araguaia, quando a tribo já estava em processo de extinção. Com o espírito de ir para conviver e não para converter, realizaram um trabalho missionário que garantiu a multiplicação do povo que em poucos anos passou de 47 para 520 membros, sem que fosse necessária a conversão de nenhum membro da tribo para o cristianismo. Valorizaram a cultura, a religião e a língua e fizeram o renascer de um povo. Ousando tecer uma comparação aproximada e simbólica, podemos dizer que as Missionárias de Jesus Crucificado foram em Alagoas parteiras de uma profissão e de uma geração de profissionais comprometidos com a vida.

REFERÊNCIAS

1-FONTES PRIMÁRIAS

Livro de Atas da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social

Livro de Tombo da Arquidiocese de Maceió no. 13. 1953 - 1955

Livro de Tombo da Arquidiocese de Maceió n.º 14. 1955 - 1960

Livro de Tombo da Arquidiocese de Maceió n.º 15. 1961 - 1964

Livro de Tombo da Arquidiocese de Maceió no. 16. 1965 - 1978

2-CARTAS CIRCULARES

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nordeste II. A situação dos trabalhadores urbanos e rurais nordestinos, 14 de julho de 1966.

MACHADO, Adelmo Arcebispo de Maceió. Carta circular – Preparando a arquidiocese para a graça do concílio . 21 de setembro de 1961.

MACHADO, Adelmo. Arcebispo de Maceió. Os católicos em Consciência não podem votar em candidatos comunistas, 19 de novembro de 1946.

MACHADO, Adelmo. Arcebispo de Maceió: Carta Pastoral.

3-JORNAIS

Diário de Alagoas (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas)

Gazeta de Alagoas (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas)

O Semeador (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas)

4-DISCURSOS E DEPOIMENTOS

BASTOS, Irani. Relato da experiência de Nísia Floresta (Mímeo) 1968.

Depoimento da Ex- aluna Maria José da Silva, arquivista do grêmio estudantil da Escola Padre Anchieta de Maceió. (Arquivo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas)

Depoimento da Ex- aluna Maria José do Nascimento Chiapetta.(Arquivo do Curso de Serviço Social da Universidade federal de Alagoas)

Depoimento do Prof. José Nascimento de França. Ex-aluno e professor do Curso de Serviço Social. (Arquivo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas).

Discurso de Madre Zelly Perdigão por Recepção do título de Doutor Honoris Causa, 1987. (Arquivo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas).

Discurso do Prof. Radjalma Cavalcante por ocasião dos 50 anos do curso de Serviço Social.(Arquivo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas).

5-RELATÓRIOS

Relatórios da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, anos de 1956,1964,1965, 1968, 1970 (Pertencentes ao arquivo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas).

6-LIVROS

ALTAVILLA, Jayme de. **Historia da Civilização**. Maceió: Edufal 1988.

AQUINO, Maria Pilar. **A Teologia, A Igreja e a Mulher na América Latina**. São Paulo: Paulinas 1997.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____, Dom Paulo Evaristo; GORGULHO, Frei Gilberto; ANDERSON, Ana Flora. **Mulheres da Bíblia**. São Paulo: Paulinas, 2004.

AZEVEDO, Marcelo de Carvalho. (In.) **CRB – Dez anos de Teologia**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BEOZZO, José Oscar (Org). **A Igreja Latino- Americana às vésperas do Concílio**. São Paulo. Paulinas, 1973.

_____, José Oscar. (Org.) **O Vaticano II e a Igreja Latino - Americana**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BERGER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas: Uma Visão Humanística**. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BYRNE, Brendam – **Paulo e a Mulher Cristã**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. **Planos de desenvolvimento de Alagoas**. 1960 – 2000. Maceió: Edufal, 2005.

CODINA, Victor. **Para compreender a Eclesiologia a partir da América Latina**. São Paulo: Paulinas 1993.

COMBLIN, Pe Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional – O poder militar na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978.

CONCLUSÕES DA CONFERENCIA DE PUEBLA, 4ª ed. São Paulo. Paulinas, 1979.

CONCLUSÕES DE MEDELLÍN: A IGREJA NA ATUAL TRANSFORMAÇÃO DA AMÉRICA LATINA À LUZ DO CONCÍLIO: Petrópolis. Vozes. 1968.

CUEDRA, Ute Seibert. **A Mulher nos Evangelhos Sinóticos. Revista de Interpretação Bíblica** – RIBLA n.º 15, Petrópolis, Ed. Vozes 1993-2.

FIORENZA, Elizabete S. **As Origens Cristãs a partir da Mulher: uma nova Hermenêutica** São Paulo: Paulinas, 1938.

Freiras tomaram conta de tudo, **Revista Visão** – julho de 1964.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo. Companhia da Letras. 2002.

GEBARA, Ivone. **A mobilidade da Senzala feminina: mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo**. São Paulo: Paulinas 2000.

_____, Ivone. **As Incômodas Filhas de Eva na Igreja da América Latina**. São Paulo, Paulinas, 1989.

_____, Ivone. **Pensar a Rebelião Cristã a partir das relações de gênero. In Gênero e Religião no Brasil: Ensaio Feministas**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

ISNARD, Clemente Dom. Reflexões de um Bispo sobre as instituições Eclesiásticas atuais – São Paulo: Olho d'água, 2008.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. **O Homo Inimicus: a Igreja Católica, Ação Social e o Imaginário Anticomunista em Alagoas**. Maceió: Edufal 2007.

MURARO, Rose Marie. **Mulher Cultura e Igreja In: Culturas e evangelização: a Unidade de razão evangélica** – São Paulo. Loyola, 1991.

_____, Rose Marie. **Textos da Fogueira**. Brasília Letra viva 2000.

NUNES, Maria José Rosado. **Freiras no Brasil In: História das mulheres no Brasil** – São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. **A Mitologia estudantil: Uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano**. Maceió. Sergasa. 1994.

PRIORE, Mary Del (org.). **Historia das Mulheres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto 1997.

QUEIROZ, Álvaro. **Clero e Política nas Alagoas**. Maceió: Gráfica Bom Conselho, 1996.

_____, Álvaro. **Episódios da Historia de Alagoas**. Maceió: Edições Cata-Vento, 1999.

RERUM NOVARUM: Carta Encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários, São Paulo, Paulinas, 1981.

Revista IHU-on-line n. ° 210

RODRIGUES, Dom Fernando Iório. **Dom Adelmo, Homem de Deus e do Povo**. Maceió: SERGASA, 1984.

SANTISO, Maria T, P. **A hora de Maria a hora da Mulher**. São Paulo. Paulinas, 1982.

SANTOS, Jacira Seixas dos. **Dissertação de Mestrado; O Serviço Social em Alagoas**. 1978.

TEIXEIRA, Décio Batista. (In.) **CRB – Dez anos de Teologia**. Petrópolis: Vozes, 1982.

TENORIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: Edufal, 1995.

TEPEDINO, Ana M. **As discípulas de Jesus**. Petrópolis: Vozes, 1990.

ANEXOS

Escola de Serviço Social Padre Anchieta, de Alagoas

Rua Barão de Anadia — 110

Maceió — Alagoas





CELEBRAÇÃO DOS 50 ANOS DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Congregação - Cônego Antônio Assunção e Filho
" - Fernando Regis do Amaral

Ata da reunião da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social de Clacioso para tratar da fundação da Escola de Serviço Social e da nomeação de sua diretoria.

Em nove dias do mês de dezembro de mil novecentos e cinquenta e cinco realizou-se na sede da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social, às dez horas mais uma reunião da diretoria com o fim de tratar da fundação da Escola de Serviço Social de Clacioso. Chamaram-se presentes o Excmo. e Revmo. Sr. Bispo Auxiliar, Dom Adélmo Alacado, Vice-Diretor da Fundação. Inicialmente o sr. Presidente declarou aos membros presentes a finalidade da reunião, que era levar a efeito a fundação da Escola de Serviço Social em Clacioso. O sr. Presidente realçou aos presentes a necessidade da fundação da Escola de Serviço Social com a finalidade de formar assistentes sociais dando-lhes cultura geral e o preparo técnico, a fim de colaborar para a solução de problemas tão graves e tão humanos que surgem sob todos os aspectos e em todas as classes sociais. Vários membros da diretoria tomaram e justificaram

livro de Tombo 15

89 135

Trabalhos de S. Adelmo

"Escola de Assistência Social"

Dêsde o inicio de seus trabalhos nesta Aca-
demiada, tratou o Excm. e Revm. Sr. D. Adelmo
Cavalcante Machado, Sr. Arcebispo Coadjuutor,
de fundar nesta sede de Macaé, uma Escola
de Assistência Social, conforme as fei exis-
tentes em outras Capitais de diversos Es-
tados do país.

S. Excia. Revmca. passou todo o ano
de 1956 capitando desse assunto, não se
enfrentando laboriosamente.

Escolhida para tal fim, a sede da
Acção Católica, edificio novo, ao lado
da Catedral, que bem se prestava ao
inicio do funcionamento da Escola,
pôs-se S. Excia. Revmca. em acção, para
a immediata execucao do projecto.

Conseguiu a vinda, para esta Capital
-afim de dirigir a instituição- das Re-
ligiosas Missionárias de Jesus Crucificado.

A Superiora nomeada, Madre Teilda
Falção, muito auxiliou a S. Excia. Revmca.
nos primeiros passos, vier na organização
da casa, vier no Rio, onde esteve, para
os preparativos da approvaçã da Escola.

Obtido, por S. Excia. Revmca., o parecer
favoravel, foi logo o projecto introdu-
zido no Rio, no Ministerio da Educaçã,
sendo approvado em Janeiro de 1957. E
Publicados os Estatutos, começou entã

4 de Maio
1957

Dia 29 - 4 - 961

Na ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL "PADRE ANCHIETA", de Alagoas

Às 18 horas — Te Deum

Oficiantes: Monsenhor Antônio Valente

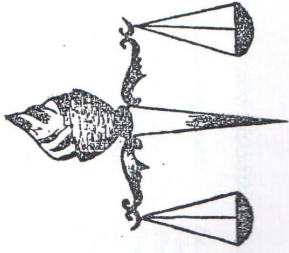
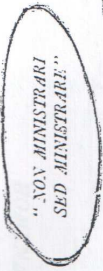
Conego Antônio Assunção

Padre Celso Alípio Mendes Silva

Às 20 horas — Hora da Saudade

Professor — Dr. Lourival de Mello Matta

Aluna — Almirra Gouveia Alves



ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL PADRE ANCHIETA, DE ALAGOAS

Dia 30 - 4 - 961

Às 8,30 horas — Missa em ação de graças

na Catedral Metropolitana —

Celebrante — D. Adélmo Machado

Orador — Padre Humberto Cavalcanti

Às 20 horas — Colação de Grau

no Teatro Deodoro.

...papi ens ep epitudineld e para deus deq ep umix
...dade.
...prode es e mamoy o opunevel 'ummoa wem para o para sipoosad sez
...rique-
...e eternos, orientar as rique-
...da pessoa humana, descobrir-lhes
...direitos inalienáveis da
Prometo, como Assistente Social,
.....

Na presença de DEUS, com o testemunho de todos os
presentes, eu, Carla Cavalcanti

JURAMENTO

PARANINHO—

D. Adelmo Cavalcante Machado

DIRETORA—

Madre Zilda Galvão Leite

NOSSA HOMENAGEM—

D. Raulino da Silva Ferraz — Arcebispo Metropolitano

Tenente Coronel Luiz de Souza Cavalcante — Governador do Estado

Jornalista Sandoval Cajá — Prefeito da Capital

Dr. José Lager Filho — Inspetor Federal

Madre Maria Villas — Geral das Missionárias de J. C.

Madre Dulcé Martins — Provincial das Missionárias J. C.

HOMENAGEM PÓSTUMA

Padre José Brandão Lima

GRATIDÃO AOS NOSSOS PROFESSORES—

Dr. Paulo Quintella Cavalcante

Pe. Luiz Marques

Dr. Lourival de Mello Motta

Conego José Luiz Leite Soares

Dr. José Xisto Gomes de Melo

Dr. Jarchas E. da Rosa Oliveira

Ivete Torres

Pe. Humberto de Araújo Cavalcanti

Dr. José Franklin Casado de Lima

Dr. Edgar Valente de Lima

Pe. Celso Alípio Mender Silva

Conego Antônio Assunção

Alaide Pereira

Dra. Maria Rejane Carqueira

Dr. Theo Brandão

Magaly Lopes Brandão

Dr. Alcino de Barros Moretti

Olacilia Navarro

Irmã Maria Gurião Marques

Irmã Maria José Gurgel Guedes

Neo-Assistentes Sociais e seus respectivos
Trabalhos de Conclusão de Curso

ALMIRA GOUEVA ALVES — O Serviço Social Rural Visando à Organização Comunitária de Chinaré.

CLÉA MARIA DE ARAÚJO RAMOS — Entressamento do Serviço Social do Comércio (SESC) com o Sanatório General Severiano da Fonseca.

IDALIZA BEZERRA DOS SANTOS — Importância do Trabalho em Equipe.

MÁGDA DE ARAÚJO ALMEIDA — O Serviço Social em um Programa de Educação Sanitária.

MARISA CORREIA COSTA — Tentativa de Recuperação Junto aos Moradores dos Galpões do Vergel do Lago.

MARIA DO CARMO DE LIMA VERAS — Uma Experiência de Serviço Social numa Comunidade Paroquial.

MARIA JOSÉ CAVALCANTI LIMA — Atuação do Serviço Social do Comércio (SESC) Num Bairro de Maceió.

MILTES MEDEIROS SANTA CRUZ (Oradora) — Conselho de Representantes de Firms Comerciais.

MOEMA MEDEIROS DE SANTANA — Estudo da Situação dos Operários de uma Empresa Textil de Alagoas.

ZAIRA DE BARROS MATTÁ — Tentativa de Aplicação de Serviço Social numa Pequena Comunidade.

Apontamentos para o Depoimento sobre o Serviço Social em Alagoas, para a pesquisa histórica da Faculdade de Serviço Social de Alagoas – 50 anos do Serviço Social, em 2007.

Fizemos parte da 6ª geração de alunos do curso de Serviço Social, da Escola Pe. Anchieta de Alagoas. Primeira turma da direção da Madre Zely, de 1964 a 1967. Classe volumosa, em relação as anteriores, éramos de início 25 alunos. Entre eles, José Nascimento, Lúcia Souza, Sônia Teixeira, Margarida Procópio e a saudosa Cerize de Oliveira Costa.

Vivíamos nesta década de 60, o momento histórico da época, com engajamento e participação no enfrentamento da questão social e política. Participamos de grupos universitários, como o JUC e DCE entre outros. Colaboramos com o MEB e o movimento de alfabetização do DCE e do Diretório Acadêmico Artur Ramos.

Dedicávamos com exclusividade ao curso e ao estágio. O horário integral era uma obrigatoriedade do curso. À tarde aulas, pela manhã estágio. Ao optar pelo curso foi necessário deixar de trabalhar. Decisão que valeu a pena. Isto por que na relação de trabalho como profissional contamos com a abertura de espaço para trabalho. Esta conquista foi um mérito dos Pioneiros do Serviço Social em Alagoas.

Vindo de outro Estado, D. Magaly Brandão conquistou e aumentou o quadro de assistentes sociais no SESC e na LBA. As assistentes sociais Zeca e Janete Calheiros foram às sucessoras no SESC e LBA.

No Estado, na Secretaria de Saúde: Almira, Moema, Selma Leão; Na Secretaria de Educação: Clíres e Vanda; No SESI: Idaila e Carmita; No antigo DNERU: Zilta Nogueira; Hospital de Doenças Mentais: Jacyra Seixas; Campanha de Tuberculose: Cleinha e Otacília.

O Serviço Social foi aceito e reconhecido pela Sociedade Alagoana. A divulgação do curso e das Ações Profissionais, amplamente registrada por repórteres admiradores do curso e das jovens estudantes. Entre eles Eliezer Inácio (tel: 3223-5712), Barros Neto, Nilton Oliveira, Etienne Pires de Melo, Carivaldo Brandão (este, esposo de Magaly Brandão). A minha escolha pelo curso contou com a ajuda decisiva de um deles.

D. Adelmo Machado, o criador do curso de Serviço Social era um apaixonado pelo enfrentamento da questão social. Para combater os problemas sociais, criou com o apoio de seus párocos os Centros Sociais, nas comunidades: Vergel, Trapiche, Coréia, Jacintinho. Neles várias gerações de assistentes sociais fizeram seus estágios. Eu registrei a história do CSRAM no trabalho de conclusão de curso: “A Escola Comunitária” – 1967.

Ele ainda articulou-se com o Estado, Município e Empresas Privada, no Brasil e Exterior, conseguindo diversos recursos para a criação de várias ações: Cáritas, Rádio Palmares, MEB, Centro de Treinamento – CSRAM, com extensão de vários programas, na comunidade de Vergel do Lago (1960 – 1964 construção).

Na programação da Cáritas, Margarida Procópio fez seu estágio, e posteriormente foi a assistente social de lá. Mais tarde, Ministra da Assistência Social no governo de Collor.

No CSRAM, irmã Gurgel, Zilta, Eliane Barros, Norma Barbosa e Therezinha de Jesus criaram e mantiveram estágios do Serviço Social. Therezinha, Valdecila, Irmã Vicência permaneceram como assistentes sociais por vários anos.

O Centro Social do Trapiche, foi coordenado pela assistente social Cerize Costa de Oliveira. Ela foi a 1ª Professora de Ética Profissional, que não chegou a

assumir. Seu testemunho profissional foi exemplar, dedicou-se com Pe. Silvestre e Adriano a causa da "Igreja dos Leigos". Em anexo discurso de um líder local por ocasião da sua morte. Lúcia Lyra foi a sucessora. 16.323-4222

A Comunidade do Jacintinho teve Quitéria como responsável pelo Centro Social (Tel: 3355-8060).

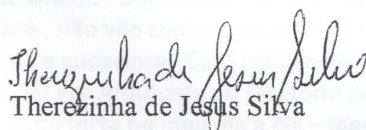
O Centro Social da Coréia, o coordenador de lá foi o assistente social José Nascimento.

A Contribuição do Sindicato, Conselho e Diretório Acadêmico foi relevante no acesso ao trabalho dos novos profissionais. Registramos aqui um fato de grande repercussão. Na ocasião do contrato da Escola Pe. Anchieta com a LBA, para permanência de estágio remunerado, ficou acertado, que após formatura, todos seriam admitidos no quadro daquela instituição. Entretanto, esta se recusou a cumprir a cláusula do contrato, abrindo concurso público para ocupação das vagas. A intervenção do Sindicato na ocasião com a direção de Selma Leão, foi decisiva para a conquista do emprego, deixando de realizar o concurso por falta de candidatos. Os antigos estagiários, foram admitidos como novos profissionais do quadro, pelo desempenho da chefe da DSS e o Diretor da Instituição, Magaly Brandão e Jarbas Gomes de Barros: Eu fui uma delas a ocupar o cargo de assistente social da LBA, até chegar a aposentadoria (1991).

Trabalhei também com cargo de chefia no Departamento de Serviço Social da Secretaria de Saúde (1970 – 1975).

Desde recém formada, que passei a ser professora voluntária da Escola Pe. Anchieta e posteriormente por concurso professora auxiliar, assistente e mestre do serviço social da Ufal (1970 – 1990), aposentada em 1990.

Espaço e abertura de trabalho foi uma conquista por mim vivenciada na profissão que escolhi.


Therezinha de Jesus Silva

Maceió 2007

ENTREVISTA COMO EX- ALUNA DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL –PE. ANCHIETA, DE ALAGOAS

RESPOSTAS - Roteiro ANEXO

1 -Não sei dos motivos da criação da Escola de Serviço Social PE. Anchieta, de Alagoas , mas considero ter sido um grande avanço nos trabalhos das Senhoras de Caridade da Arquidiocese e o contato do Arcebispo com instituições de outros Estados onde o Serviço Social era atuante.

2 – Para mim foi de grande importância pois :

1–Abriu minha visão de mundo e ofereceu caminhos e estratégias para a luta do dia a dia ;

2 - Formou –me Assistente Social e potencializou a obter uma parcela significativa na divisão social do trabalho entrar no mercado de trabalho ,

3 – Promoveu em mim um aprofundamento da religião católica e aplicação da doutrina social da Igreja, a ênfase dada no “ OUTRO “ e na “ RESPONSABILIDADE “ com letras de ouro”. (Madre Zilda Galvão)*

3 – A Escola - abriu espaço para os estudantes de Serviço Social e par alunos de outras Faculdades;

3.1- Instrumentalizou os estudantes, promoveu Cursos Intensivos e Seminários sobre temas pouco conhecidos e l discutidos sem aprofundamento, como: Socialismo, Capitalismo, Marxismo, gerando grande debate e formação de grupos por interesses afins.

3.2 – Promoção de Cursos de Liderança , aberto à comunidade e era muito freqüentado por membros dos Diretórios Acadêmicos.

3,3 – Promoção de Conferências, sendo uma delas ministrada por Dom Helder Câmara , muito concorrida. Após essa conferência , alunas de serviço Social se acercaram de Dom Helder e lhe falaram da dificuldade de adesão política de todos os alunos da Escola , demonstraram desânimo . Dom Helder foi muito incisivo em afirmar: “ Vocês jamais contarão com todos , não vão contar com as massas ; mas em toda massa tem sempre uma minoria lúcida e audaciosa . Com essa vocês contam! Descubram...”.

Nessa época , ano 62/63 , eu era Arquivista do Diretório Acadêmico Artur Ramos e até hoje , esta expressão é muito forte no meu dia a dia – identificar aliados.

3.4 -Em 1962- houve a greve Nacional dos estudantes por um terço (os estudantes queriam que um terço da sua categoria participasse do Conselho dos Professores das Faculdades. O Diretório Acadêmico Artur Ramos realizou Assembléias e por votação não aderiu à greve Nacional, considerando que nós já tínhamos um terço de participação, já avaliávamos os professores, chegamos solicitar o afastamento de alguns deles e por vezes fomos atendidos . A remuneração dos professores era pequena e comentavam que alguns deles nem aceitavam o valor das suas horas aulas e deixavam como doação para a Escola.

A greve se prolongou e num dado momento , um estudante foi assassinado no Rio de Janeiro. Voltaram as Assembléias do Diretório Artur Ramos que deliberou pela adesão à greve , em repúdio pelo assassinato do estudante carioca .

[Digite texto]

Madre Zilda Galvão foi a primeira Diretora da Escola de Serviço Social PE. Anchieta, de Alagoas

5.1 lazer, como nas festas juninas a formação de quadrilhas tendo os pares compostos por estudantes do sexo masculino das Faculdades de Medicina , de Engenharia, vez que em Serviço Social a predominância era do sexo feminino.

5.1.1- Bailes do Calouro, Eleição de Rainha dos Calouros, nos quais o Serviço Social elegeu sua rainha em anos consecutivos

5.1.2 -Festa da primavera, dentre outros momentos de animação

5.2 - estudos, - realização de Círculos de Palestras e de Seminários, próprios do Curso e abertos à Comunidade Estudantil

5.3 - de lutas – a busca e o apoio nas conquistas estudantis e comunitárias

6 – Quando da incorporação da Escola à Universidade eu já estava formada , mas creio ter havido boa receptividade dos alunos até porque havia essa liderança da Escola no meio estudantil, entretanto , a sociedade considerou que o conceito de Serviço Social cairia , haveria perda da qualidade do ensino, por ser um ensino público e massificado, no qual não se dava valor à religião , onde o marxismo predominava e a perda dos valores básicos era inevitável.

7 – Creio que os ex Alunos da Escola Pe. Anchieta, de Alagoas , viveram o processo didático -metodológico de Caso, Grupo e Comunidade, com forte aspecto psicologista e ainda , tendo gravado o sentido o respeito ao “ OUTRO” e da “Responsabilidade com Letra de ouro”, permanência mais prolongada nos campos de estágio esses profissionais demonstram maior preocupação uns com os outros e com o todo, demonstram grande empatia e grande capacidade de trabalho, de vencimento de obstáculos , como o da incorporação e da manutenção do Curso, do Departamento, da Faculdade. Grande número desses ex- alunos foram e estão sendo formadores como docentes, como supervisores, como coordenadores de campos de Estágio, ou seja , deram grande contribuição aqueles formados e ou que estão se formando na Universidade. Hoje temos uma Faculdade de Serviço Social, com metodologias e novo currículo e conteúdos novos, atendendo à uma demanda cada vez mais exigente e diversificada. É evolução, progresso. Parabenizo aos que fazem a Faculdade de Serviço Social hoje , os que fizeram –na outrora.

8 – Eu vivenciei a Escola no período pré—revolucionário e início do período revolucionário , entretanto minha participação no grêmio e sendo arquivista , fui orientada a catalogar o acervo que pudesse comprometer a Escola , os alunos. Não tínhamos livros comunistas , as palavras, conscientização, ale de outras eram muito mal vistas e podia dar cadeia e / ou desaparecimento. Não dei continuidade , pois um vendaval , misteriosamente fez desaparecer quase todo material.

Também participei das palestras , dos cursos e dos Seminários , realizados na própria Escola, campo aberto para os debates. Peço desculpas: pela demora em responder ao roteiro de pesquisa e pelo conteúdo , caso já o tenha e /ou pela sua insignificância.

Maceió, 21.novembro de 2008 Maria José da Silva

[Digite texto]

Madre Zilda Galvão foi a primeira Diretora da Escola de Serviço Social PE. Anchieta, de Alagoas

Freiras tomaram conta de tudo

O pequeno município de Nisia Floresta, no Rio Grande do Norte, foi escolhido para um trabalho pioneiro: freiras batizam, pregam e, brevemente, vão distribuir a comunhão. Esse trabalho é o retrato vivo de uma Igreja em Estado de Concílio.

A experiência repercutiu mais depressa no estrangeiro do que no Brasil, e muitos bispos assediaram Dom Eugênio Salés, então Administrador Apostólico de Natal, com pedidos de informação. O próprio Papa Paulo VI tomou conhecimento da experiência.

Tudo começou na noite de 3 de outubro do ano passado, quando o povo se reuniu na Praça da Matriz de Nisia Floresta, sob o luar, para ouvir Madre Irani Bastos e suas companheiras, que, ao violão, fizeram sua primeira serenata.

A paróquia não tinha vigário, embora todos os domingos um padre ali celebrasse missa.

Nisia Floresta é um município localizado numa das mais férteis regiões da Zona Agreste do Rio Grande do Norte, a 60 km de Natal. Espalhadas pelo seu território, existem 18 lagoas, além de riachos em abundância, o que certamente explica o fato de apresentar a região elevado índice de esquistossomose.

Não há médico nem enfermeiro. Uma vez por semana um dentista visita a colônia de pescadores do porto. O município compreende 318 quilômetros quadrados, com população de 10.300 habitantes.

Históricamente, a grande novidade de Nisia Floresta é que ela se tornou a primeira paróquia do mundo a ser oficialmente entregue a frei-

ras, embora haja um vigário oficialmente designado, que a visita nos fins de semana, para celebrar missa, confessar e distribuir a comunhão. As freiras têm jurisdição igual à do vigário. Batizam em casos de urgência, fazem a encomenda dos mortos, preparam os noivos para o casamento, orientam espiritualmente os momentos de apóstolado dos leigos, o movimento de casais, pregam na igreja. E brevemente poderão distribuir a comunhão.

A paróquia responsabiliza-se pela coordenação, na sua área, de todas as atividades do chamado "Movimento de Natal", e apóia, na medida do possível, o sindicalismo rural.

Os mais orgulhosos pelo rejuvenescimento espiritual de Nisia Floresta são os seus habitantes. Desde os meninos Luís e Jorge, um com nove e outro com doze anos, que explicam a organização da diocese e dos coroinhas, até o tabelião Agripino, que agora dá o braço a torcer: "Eu era dos mais pessimistas, mas a verdade é que cada dia se nota mais progresso no trabalho".

Conta ele que, "no princípio, o povo pensava que as freiras vinham instalar algum colégio, e ficara meio desconfiado. Mas agora todos compreendem que elas vieram apenas para servir, e gostam muito delas".

Como boa cidade nordestina, Nisia Floresta, politicamente, divide-se em dois grupos, ambos poderosos e ambiciosos. O trabalho das religiosas começa a modificar profundamente a mentalidade da população, e os políticos, sentindo a influência que elas exercem na comunidade, tentam tirar proveito. Mas as freiras nada querem com a política. "Somos irmãs de todos e com

todos nos portamos de maneira igual", diz.

A explicação do "milagre" de Nisia Floresta encontra-se nas próprias freiras e no seu modo de viver.

Na cozinha reina a Irmã Elza Brito Martins, maranhense morena de 28 anos. Tão boa cozinheira quanto pregadora.

A irmã caçula, com apenas 22 anos, chama-se Maria José Cardoso ~~Pa-~~ e também é nordestina. A mais velha, de 33 anos, é a Irmã Rosa Seabra Ferreira.

A quarta é a madre. Como as outras, fez questão de dizer o nome completo: Marlene Pessoa de Lins, 27 anos, pernambucana. Acredita em todos porque acredita em Deus. Ama a todos porque ama a Deus. Serve a todos porque serve a Deus.

Foi militante da Ação Católica nos morros suburbanos do Recife, para onde ia depois das aulas na Faculdade de Teologia da Universidade Católica. Conta que o seu ideal de juventude era irrealizável: ser padre. Até que encontrou o Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado, o que melhor se adaptava aos seus desejos: ficaria consagrada a Deus sem separar-se do mundo, condição básica para se realizar.

De onde vêm as irmãs? Em 1929 Dom Francisco Carlos Barreto fundou a Ordem, na cidade de Campinas, em São Paulo.

Regem-se por um estatuto flexível quanto ao hábito das religiosas: podem vestir-se de acordo com a época, respeitando o decore e a modéstia. Dentro desse princípio, evoluíram do *tailleur* azul, meia preta e chapéu de 1929 para o vestido ou saia e blusa de hoje. Têm um hábito bonito e simples, azul-marinho, que usam em casa e nas cerimônias religiosas.

O estatuto é inflexível quanto ao espírito da congregação: consagração a Deus sem separação do mundo, porque o único objetivo é o apóstolado. A congregação não pode ter obras de subsistência.

Aliás, a subsistência das freiras, em Nisia Floresta, constitui uma lição de fé das mais vivas. Os recursos da paróquia não vão além de 40 mil cruzeiros: 30 mil do aluguel de uma casa da paróquia, em Natal, e 10 mil cruzeiros doados pela Prefeitura. Mas só com o jipe ("esse grande bem que nos foi oferecido pelo Bispo-auxiliar de Nova York, Monsenhor Edward E. Swannstrom") gastam o dinheiro todo.

De que vivem, então, as freiras? A madre explica: "Vivemos da Providência. Há dias em que não temos nada, mas alguma coisa aparece, trazida pelo povo. Ainda no domingo passado não havia nada e o vigário estava aí para almoçar. Pouco antes das 11 horas apareceu uma galinha, já cozida. E como almoçamos bem naquele dia!"



As freiras de Nisia Floresta fazem serenatas e os paroquianos cantam com elas